

## AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. *Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail [recursoscontínuos@dirbi.ufu.br](mailto:recursoscontínuos@dirbi.ufu.br).*

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**LEONARDO DOS SANTOS RODRIGUES**

**EDUCAÇÃO PÚBLICA:  
CONCEPÇÕES E PROJETOS  
UBERLÂNDIA (1950 – 1970)**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção de título de bacharel e licenciado em História, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Emísia Jacinto Barbosa.

**UBERLÂNDIA  
2010**

## **Agradecimentos**

Primeiramente a Deus, pela conservação da minha saúde e força para superação dos obstáculos que surgiram ao longo da trajetória da graduação.

À minha família pelo apoio, pela compreensão e pelos exemplos e conselhos fornecidos ao longo da vida, muitos dos quais decidi seguir na certeza de que seriam cruciais para meu sucesso profissional e sobretudo pessoal.

Aos meus pais, Vantuir dos Santos Gonsalves Rodrigues e Cleide de Fátima Rodrigues, que apesar da distância, sempre estiveram de prontidão para me auxiliar e compreenderam o fato de que eu não mais poderia auxiliar nas atividades da família. Às minhas irmãs também, que sempre me incentivaram e proporcionaram momentos de extrema alegria.

Ao meu companheiro Luiz Fernando Silva, pela compreensão, carinho e paciência, por acreditar no meu esforço e respeitar minhas escolhas, além de ter colaborado com recursos que foram essenciais para o presente trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Público de Uberlândia, pelo bom atendimento e presteza com que me auxiliaram na lida com as fontes primárias oriundas de seu acervo e que foram utilizadas nesta monografia.

À Universidade Federal de Uberlândia, aqui compreendidos os técnicos, professores, secretários, etc. pelo bom atendimento e disponibilização de recursos humanos e materiais que possibilitaram a conclusão da graduação e a redação do presente trabalho.

Aos professores do curso de História pelo apoio e pelos momentos de debate e reflexão que contribuíram para o meu amadurecimento e formação de perspectivas que foram fundamentais na execução desta monografia.

Aos meus colegas de graduação que proporcionaram momentos de diversão, troca de experiências, discussão de posições, apoio, incentivo e respeito, contribuindo para minha formação pessoal e enquanto historiador/professor de História. Agradeço especialmente a Márcio Henrique, Maria Helena de Freitas, Maria Helena da Silva, Daniel Ramsés, Letícia Siabra, Mariana de Paula, Luana Pacheco, Cássio Murílio, Juliana Vatúsi, Flaiane Martins, Júlio César, Susana Santana, Jenifer Rodrigues, Helen Tatiana, Flávia, Aline e Kely. Deixo a vocês meu sincero “Obrigado!”, admiro-os muito e espero que a nossa amizade não se perca com o fim da graduação.

Não poderia deixar de agradecer à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Emísia, tanto pelo apoio, paciência e colaboração ao longo do processo de orientação, quanto pela convivência durante a graduação, nas salas de aula e fora delas. Você é para mim exemplo de esforço, seriedade, compromisso e engajamento, além de ter compartilharmos perspectivas teórico metodológicas e políticas.

## **Resumo**

O presente trabalho busca compreender como a questão da educação, principalmente a educação pública, foi concebida e conduzida pelos poderes públicos em Uberlândia, entre os anos de 1950 e 1970, e como a imprensa local se posicionou diante disso. As principais fontes da administração municipal utilizadas foram os processos da Câmara de Vereadores, incluindo os projetos de lei, os pareceres das comissões de vereadores, as modificações em alguns casos, e a redação final das leis. Sobre a imprensa, foram analisadas sobretudo edições do jornal “Correio de Uberlândia” e da revista “Uberlândia Ilustrada”. Algumas pesquisas com temáticas semelhantes foram significativas, sobretudo para a seleção e localização de documentos.

A História Social foi a principal orientação teórica deste trabalho; conseqüentemente, a educação foi pensada enquanto prática marcada pelas relações sociais da sociedade capitalista.

Na maioria dos documentos é possível perceber que o Estado se responsabilizava minimamente pela educação pública, havia grande incentivo às escolas particulares, muitas instituições privadas ou filantrópicas assumiam responsabilidades do Estado, e a Educação como um todo estava apoiada nos valores do capitalismo. Por causa disso, haviam instituições e objetivos educacionais considerados próprios para cada camada social.

## Sumário

Introdução .....	06
Capítulo 1 - Conjuntura histórica e estrutura da educação na passagem para a década de 1950 .....	20
1.1. Sociedade, política e economia nos níveis nacional, estadual e municipal .....	22
1.2. Legislação e estruturação do ensino público .....	31
Capítulo 2 - O poder público municipal e a educação: projetos e medidas implementadas .....	52
Capítulo 3 - A educação sob a perspectiva da imprensa uberlandense .....	87
Considerações Finais .....	120
Fontes .....	125
Bibliografia .....	132

## Introdução

Desde meu primeiro ano escolar, estudei na rede pública, convivendo desde então com as dificuldades e desafios para este serviço. Apesar dos problemas, consegui concluir a educação básica, e também na graduação estudei em estabelecimento público de ensino. Assim, acredito na educação enquanto via de compensação das desigualdades sociais pois possibilita, ou deveria possibilitar, condições para que alunos oriundos das classes trabalhadoras disputem o concorrido mercado de trabalho do contexto capitalista de forma menos injusta. A educação pública abriria então um maior leque de possibilidades para estes jovens, apesar de não constituir mecanismo infalível para ascensão social. Mas inúmeros obstáculos se colocam para que a educação cumpra esse potencial de equilibrar as disputas na sociedade.

Ao longo do curso de História, cada vez mais o pensava para além do aprendizado duma profissão, ou etapa de carreira profissional, visto que percebia gradativamente uma forte ligação entre as questões abordadas e pesquisas com as quais tive contato e o cotidiano vivido. Coursar história tem me possibilitado um novo olhar sobre minhas experiências pessoais, inserindo-as em contextos coletivos mais amplos, uma percepção mais abrangente e crítica do presente, além de novas perspectivas para o futuro.

As disciplinas “Projeto Integrado de Práticas Educativas” (I, II, e III); Estágio Supervisionado (do I ao V) constituíram-se em meio para debate e discussão de bibliografia em torno da educação pública e do ensino de História. Estas disciplinas, em conjunto com “Historiografia”, “Historiografia Brasileira”, “MTPH”, além de eventos realizados na universidade, foram fundamentais para a compreensão da multiplicidade de vertentes teórico metodológicas, ao mesmo tempo em que eu buscava associa-la à formação de perspectivas para o ensino de História. Desta forma, me identifiquei sobretudo com os pressupostos da História Social de matriz inglesa, que tem como expoentes Eric Hobsbawm e Eduard Thompson. Em consequência dessa opção teórico-metodológica e política, percebo o historiador enquanto inserido nas relações sociais de seu contexto, de onde surgem inclusive as motivações para a pesquisa, bem como a pesquisa enquanto intervenção no social, e não apenas “produção intelectual”. Este tem sido um aspecto comum entre os historiadores sociais que reconhecem o caráter político

da pesquisa histórica e vislumbram a possibilidade de intervenção no contexto em que se inserem, levando-os a assumirem causas específicas:

(...) se estamos lutando por algo, (...) é pelo reconhecimento da diversidade, da pluralidade, do direito de batalhar pela construção de projetos alternativos e, sobretudo, de considerar que a nosso ver estamos produzindo uma história que será sempre política, porque inserida no seu tempo e comprometida com ele.<sup>1</sup>

Necessitamos recompor uma visão crítica do presente que seja também capaz de explicar as razões da pobreza, da fome e do desemprego e que nos ajude a lutar contra a degradação da natureza, o militarismo, a ameaça atômica, o racismo e tantos outros perigos.<sup>2</sup>

Alexandre Fortes e Antônio Luigi Negro comentam as relações de E. P. Thompson com o Partido Comunista na Inglaterra, nem sempre muito amistosas, bem como sua preocupação com a questão nuclear, a simpatia por regimes de esquerda, e a convicção de que a História pesquisada e/ou ensinada mantinha íntimas relações com as experiências cotidianas. Em função disso, o pesquisador de que tratam participou de projetos que ofereciam aulas para adultos, trabalhadores ingleses em geral, nas universidades, com os quais Thompson teria travado um significativo diálogo<sup>3</sup>.

Dessa forma, o alinhamento do historiador com determinadas causas e projetos políticos, não significa, automaticamente, um elemento que comprometa sua pesquisa, seria também algo inevitável, já que o historiador tem seus referenciais e contexto social específicos. Penso que só não devemos buscar de forma obsessiva os valores e posturas que defendemos nas que utilizamos, visto que, sendo geralmente provenientes de diferentes contextos sociais, elas expressam também diferentes valores. Sou contrário, portanto, à tendência de enquadrar as fontes e os objetos de pesquisa em idéias e esquemas pré-concebidos, postura muito comum nos trabalhos de marxistas ortodoxos presos a etapismos e a concepções muito restritas ao campo econômico. Segundo Eric Hobsbawn, autor que fez parte da construção de novas perspectivas para o materialismo histórico, contribuindo para a formação da corrente que seria chamada de “História Social”; o engajamento político do historiador pode contribuir para a desconstrução da idéia de que os intelectuais estariam isolados das relações sociais:

---

<sup>1</sup> FENELON, Déa Ribeiro, *Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. Projeto História*. PUC-SP, n. 10, Dez./ 1993. p. 74.

<sup>2</sup> FONTAN, Joseph. *História- Analisis del pasado y projeto social*. Ed. Crítica/ Grijalbo: Barcelona, 1982. apud FENELON, Déa Ribeiro. *Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação. Projeto História*. PUC-SP. n. 4. Jun. /1985. p.23.

<sup>3</sup> FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio. *Peculiaridades de E. P. Thompson*. In.: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 21- 58

É nessa situação que o engajamento político pode servir para contrabalançar a tendência crescente de olhar para dentro, em casos extremos, o escolasticismo, a tendência a desenvolver a engenhosidade intelectual por ela mesma, o auto-isolamento da academia.<sup>4</sup>

Assim sendo, o debate e busca de melhorias para a educação pública tornaram-se preocupação significativa em minha trajetória. Defendo que o ensino público deveria oferecer condições mínimas e padronizadas, ao contrário do que fazem projetos como o “Escola Referência”, implantado em 2003<sup>5</sup>, que além de criar um clima de disputa entre escolas públicas, concentra verbas e recursos justamente naquelas que já alcançam os melhores resultados; para compensar o individualismo, a competitividade e a ausência do Estado, marcantes na fase atual do capitalismo.

Também a partir da aproximação com a História Social, compartilho de uma concepção alargada de cultura, identificada por Thompson com a expressão “modo de vida”<sup>6</sup>. Compartilhando de uma idéia de vida em sociedade enquanto cruzamento de elementos econômicos, culturais, políticos, sociais, morais, etc., percebo que o capitalismo não é só modelo econômico ou político, e influencia de forma diferenciada as experiências e idéias dos grupos e classes envolvidos.

O período sobre o qual se concentra a presente pesquisa foi marcado por intensa divisão de classes perceptível na imprensa e documentos oficiais no que se refere às condições de vida da população e distribuição da renda. Em um número do jornal “A Tribuna” fala-se das condições de habitação da vila operária em Uberlândia: “Mas não são os impostos, agora tão elevados pelo nosso actual prefeito, que assombam a Villa ou aos seus habitantes. O que assombra é desleixo em que a têm nossos poderes administrativos. Numa escuridão horrível, num matagal sempre constante...”<sup>7</sup>. Vários trabalhos acadêmicos versam sobre as condições de vida desiguais,<sup>8</sup> mas, os

---

<sup>4</sup> HOBBSBAWN, Eric. Engajamento. In.: \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 154.

<sup>5</sup> SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. “Projeto escolas referência”. Disponível em < <https://www.educacao.mg.gov.br/projetos/projetos-complementares/1644-projeto-escolas-referencia>>. Acesso em 12/11/2010.

<sup>6</sup> Segundo Thompson, “em qualquer sociedade cujas relações sociais foram delineadas em termos classistas, há uma organização cognitiva da vida correspondente ao modo de produção e às formações de classe historicamente transcorridas”. (THOMPSON, Edward Palmer. *Folclore Antropologia e história social*. In. : \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 260.) A concepção de “modo de produção” aí presente não se restringe ao econômico, englobando questões políticas, morais, etc.

<sup>7</sup> A VILLA operária está desprezada. *A tribuna*, Uberlândia, 28 fev. de 1934. n. 771, p. 1

<sup>8</sup> MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada*. (Uberlândia, 1965 a 1980)- Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1990.; SOARES, Beatriz R. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. USP, 1988.

documentos de época analisados ao longo da pesquisa esquivam-se da questão do antagonismo entre as classes sociais de forma a insistir em um ideal de interesses comuns à cidade como um todo. Quando os problemas são mencionados, são tratados meramente enquanto ineficiência estatal, como no caso do artigo de jornal acima. Ainda assim, a pesquisa me possibilitou perceber a influência das diferenças de interesse de classe sobre a elaboração das políticas públicas para a educação.

Em função dessa noção abrangente de cultura, os historiadores dessa vertente têm trabalhado com uma grande variedade de temáticas, incluindo o cotidiano urbano, a mulher, a família, o crime, a religião, o trabalho, a educação, etc., como bem lembrou Déa Fenelon<sup>9</sup>. Tratei aqui da educação enquanto perpassada pelas relações sociais, sendo marcada pelas disputas cotidianas. Nesse sentido, a investigação priorizou a identificação dos grupos que conduziram as políticas educacionais, suas concepções e interesses em torno da educação, os grupos a que se destinavam as políticas, elementos estes que eu busquei perceber, sobretudo na terminologia e argumentos utilizados nas fontes, bem como na definição da questão orçamentária, sobretudo a nível municipal. Não tive como objetivo aprofundar em questões como currículo, metodologias e concepções pedagógicas, as poucas considerações que fiz sobre estes pontos dizem respeito mais a hipóteses e informações de outros historiadores, e só foram apontadas na medida em que havia relações significativas com os pontos priorizados na pesquisa.

Utilizei sobretudo jornais, revistas, processos da Câmara Municipal de Uberlândia e atas de reuniões da mesma. Tive um contato menos significativo com as fotografias, mas elas também foram importantes para a investigação, sobretudo aquelas veiculadas pelos órgãos de imprensa.

As fontes utilizadas se encontram basicamente no Arquivo Público Municipal de Uberlândia, e foram selecionadas tanto a partir da orientação da Professora Dra. Marta Emísia Barbosa, quanto das lacunas que surgiam em meio ao processo de pesquisa. Busquei encarar as fontes como sendo mais que detentoras de informações objetivas que eu deveria coletar, me preocupei em observar tanto os elementos implícitos quanto os explícitos, buscando estabelecer elos, mas sempre respeitando as particularidades de cada tipo de documento. Além disso, foi central também o esforço por um olhar crítico em relação aos documentos, investigando sua historicidade, pois como lembra Yara Khoury:

---

<sup>9</sup> FENELON, Déa Ribeiro, *Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. Projeto História*. PUC-SP, n. 10, Dez./ 1993. p. 75.

(...) não só recorremos a uma gama bastante diversificada de fontes, como lançamos um novo olhar sobre elas. Nós as pensamos em sua própria historicidade, como expressões das relações sociais, assim como elementos constitutivos dessas relações. Escolhe-las e analisá-las implica identificá-las e compreendê-las no contexto social em que se engendraram e, igualmente, dentro de nossas perspectivas de investigação.<sup>10</sup>

Conforme eu elaborava questionamentos e hipóteses, buscava confrontá-los junto às fontes. Isso porque, mesmo reconhecendo o papel do historiador na seleção das fontes, elaboração de hipóteses e interpretação, acredito que não podemos partir de idéias pré-concebidas para as quais buscamos a confirmação nos documentos. Muito pelo contrário, os resultados obtidos nas fontes podem nos levar a caminhos inesperados, mas que não devemos ignorar visto que a história é uma ciência da aproximação em relação às experiências passadas, já que a reprodução “fiel” do passado é objetivo que não se pode alcançar. Se as respostas parecem complexas, incômodas, ou mesmo contraditórias, isso se deve a características do real investigado. Nesse sentido, o resultado final da pesquisa não é a confirmação de nossas hipóteses, nem tampouco mera reunião de informações, trata-se da confrontação empírica destes elementos, constituindo o que Thompson chamou de “dialética do conhecimento histórico”.

Para o autor acima mencionado, esta se constitui de uma “tese” (as hipóteses do historiador); uma “antítese” (as evidências trazidas pelas fontes); e uma “síntese” (o conhecimento histórico) resultante da contraposição tese/antítese<sup>11</sup>. Eric Hobsbawm também partilha da idéia de que o historiador trabalha com modelos a serem testados junto às evidências. Para o autor, a elaboração desses modelos está associada à erudição, às experiências, ou posse de uma familiaridade com o objeto da pesquisa da parte do historiador<sup>12</sup>.

No processo de definição de um recorte temporal, fiz um recuo em relação ao projeto de pesquisa por mim elaborado na disciplina “Métodos e Técnicas de Pesquisa em História” (MTPH). A princípio, pretendia abordar o período correspondente à ditadura militar no Brasil, e também me concentraria em uma escola de Uberlândia, a E.E. Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa. A partir dos primeiros contatos com a

---

<sup>10</sup> KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História* (história e oralidade). n. 22, São Paulo, Jun./ 2001, p. 81.

<sup>11</sup> THOMPSON, Edward Palmer. Intervalo: a lógica histórica. In : \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria*, ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 1981. p. 54.

<sup>12</sup> HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. In \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 225.

documentação, percebi a escassez de materiais referentes à referida escola, questão agravada por um incêndio ocorrido na escola em 1987, que destruiu a maior parte dos documentos ali existentes, conforme afirmou a diretora da escola. Percebi também que a definição do recorte a partir do marco predominantemente político da ditadura poderia não corresponder com as temporalidades do campo educacional. Um exemplo disso é que a maior parte da legislação para a educação básica não entrou em vigor logo após o golpe. Além disso, percebi em meio às fontes e bibliografia consultada que muitos elementos marcantes no que se refere à educação pública no período ditatorial não surgiram ali, ou a partir do golpe, eram fruto de processos anteriores, ligados à dinâmica social, política, econômica e cultural. Com isso, defini o período entre 1950 e 1970 como foco da minha pesquisa, mas reconhecendo que elementos de épocas anteriores foram significativos, e também que muitos das questões colocadas no período definido para a pesquisa teriam desdobramento em anos posteriores. Nesse sentido, com base no trabalho de Marilza Rezende, o estado de Minas Gerais chega aos anos 50 com muitos projetos voltados para o desenvolvimento econômico, com destaque para a aposta na industrialização, e também com mudanças na política educacional, marcadas pelo incremento do planejamento, capacitação e divisão das funções, e sobre as quais discutirei adiante<sup>13</sup>. Em relação à economia local, Selmane Oliveira lembra que a cidade de Uberlândia ainda concentrava suas atividades produtivas na agropecuária, e mesmo as indústrias da época estavam voltadas para o beneficiamento de produtos de origem rural. De qualquer forma, já se notavam os primeiros esforços para uma diversificação da produção que seria notável a partir da construção de Brasília e de outras medidas tomadas pelo governo JK, além de lutas dos grupos empresarial e fabril, que beneficiaram a cidade<sup>14</sup>. O recorte temporal vai até 1970 porque, de acordo com Solange Zotti, as mudanças na legislação referentes à educação, efetuadas pelos governantes militares, só passariam a vigorar no ano de 1971, sobretudo no que se refere ao Ensino Fundamental<sup>15</sup>. Segundo a autora, seria a emergência de uma maior preocupação com o currículo específico para cada área do saber, uma diminuição das verbas e ênfase no ensino profissionalizante para as classes trabalhadoras.

---

<sup>13</sup> REZENDE, Marilza Abrahão Pires. A educação mineira dos anos 60 / 70. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 1993.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte; Uberlândia (1950-1985). Uberlândia: Rápida editora, 2002.

<sup>15</sup> ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, Educação e Currículo no Contexto da Ditadura Militar. In: \_\_\_\_\_. Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004. p. 137- 211.

Ainda assim, acredito que alguns fatores do contexto anterior ao período de 1950 a 1970 levaram a tendências que se prolongariam no tempo, algumas delas alcançando mesmo a atualidade. Creio que desde a posse de Getúlio Vargas, em 1930, até o fim do Estado Novo, desenhou-se uma nova relação o Estado e as classes sociais marcada pelo paternalismo autoritário no que dizia respeito às classes trabalhadoras. Assim, os serviços públicos e as questões sociais ganharam relevância<sup>16</sup>, o trabalho passou a ser exaltado, bem como o desenvolvimentismo, mas também a repressão às dissidências.

Defini então como objeto desta pesquisa as políticas públicas em educação empreendidas, ou simplesmente projetadas, no período entre 1950 e 1970, e sua repercussão sobretudo na imprensa. A definição das “políticas públicas” como recorte surgiu da minha convicção de que o êxito da educação pública deve partir do estabelecimento de políticas efetivas, que garantam condições iguais à toda a rede pública, que atuem desde a formação dos professores até o contexto das salas de aula. Os problemas da educação na contemporaneidade, mas também na época aqui investigada, deveriam ser enfrentados coletivamente, e não ser entregues a iniciativas particulares, de um professor ou de uma única escola, pois isso teria alcance mínimo, sem qualquer potencialidade de transformação social.

Dirigi-me às fontes marcado pela idéia de educação pública como obrigação do Estado e direito de todos, mas esta não era uma idéia consolidada no período. Assim, muitas das questões a serem resolvidas em relação á educação, não eram encaradas efetivamente enquanto “políticas públicas”, deveriam ser solucionadas também através do assistencialismo, da ação de instituições filantrópicas, do auxílio da parte de fundos privados. Da mesma forma, o governo público parecia se esforçar em diminuir a distancia entre as instituições públicas e privadas, não no sentido de imprimir condições e objetivos iguais em ambos os casos, mas por colocar ambos os tipos enquanto merecedores dos auxílios dos cofres públicos.

O diálogo com a imprensa surgiu sobretudo a partir da figura de Jerônimo Arantes, que transitava pelos dois espaços, a administração da educação pública e a imprensa local, além de ter possuído uma escola privada, e também a partir da busca de notícias sobre a educação nos jornais. Ao ler tais matérias, muito mais que notícias,

---

<sup>16</sup> Algumas leituras feitas na disciplina “Estudos Alternativos em História do Brasil” traziam um balanço da atuação do governo Vargas no que se refere à questão social, dentre os quais cito: PINHEIRO, Paulo Sérgio. Transição política e não-estado de direito na República. In.: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. pp. 260-305.; TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In.: *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001. pp. 13-56

encontrei concepções, idéias e projetos para a educação que se aproximavam significativamente da forma como os documentos oficiais se referiam à educação.

O jornal “A Tribuna” chegou a noticiar a expansão da rede pública no Brasil em 1941: “Como se vê em dez anos (1931 a 1941) o número de escolas aumentou de 50% e o de alunos matriculados de 75%”<sup>17</sup>. De acordo com Marilza Rezende, a criação dos Ministérios da Educação e Saúde; Indústria e Comércio e do Trabalho teria sido favorável a essa ampliação da educação pública, a partir daí apontada como direito de todos e dever do Estado em muitos documentos oficiais<sup>18</sup>. Outra tendência da época, e que se estenderá pelas décadas de 50 e 60, é a associação entre Moral, Educação, Saúde e Segurança Pública. Não por acaso, a disciplina “Moral e Cívica” criada durante o governo Vargas, foi mantida pelos militares. A educação física nas escolas passava a ser cada vez mais incentivada, ideal que encontrava eco inclusive na imprensa uberlandense, progressivamente adepta das práticas esportivas de um modo geral: “Em estudos um projeto de oficialização. Uberlandenses! Cooperemos com a boa vontade do nosso governo, para que tenhamos uma raça sã e forte, e assim, vermos nosso Brasil brilhar no futuro”<sup>19</sup>.

Na constituição de 1934, a educação pública já aparecia como direito de todos e dever do Estado, e, além disso, previa a aplicação de recursos públicos no auxílio a alunos “necessitados”, conforme lembrou Marilza Rezende. Pude verificar que essa postura se estendeu da década de 30 até o período por mim delimitado para a presente pesquisa. Encontrei documentos da Câmara Municipal de Uberlândia que detalhavam o auxílio aos “Caixas escolares” das escolas da cidade, mesmo daquelas sob responsabilidade do governo estadual, sendo que o dinheiro se destinava aos alunos “pobres”, para que pudessem comprar roupas e material escolar. Pelo que pude averiguar, os “Caixas escolares” em si existiam com a finalidade de propiciar melhores condições para que estas crianças se mantivessem na escola, mas não eram pensadas como uma obrigação do estado, caminhavam mais para o caráter de auxílio, beneficência.

A grande questão que se coloca em relação a esse tipo de prática, é até que ponto ela pode operar no sentido de uma transformação social ampla, ou se está restrita a desdobramentos pontuais, limitados às pessoas que recebiam o auxílio. Além disso,

---

<sup>17</sup> O ENSINO primário no Brasil. *A tribuna*. Uberlândia, 18 ago. 1941. n. 1464. p. 3

<sup>18</sup> REZENDE, Marilza Abrahão Pires. A educação mineira dos anos 60 / 70. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 1993.

<sup>19</sup> A EDUCAÇÃO física no Brasil. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 fev. 1938. n.2 . p. 3

como pretendo demonstrar adiante, a educação “primária” esteve predominantemente voltada para as classes trabalhadoras, e a existência das caixas escolares não parece ter operado no sentido de garantir a qualidade da educação que aqueles alunos estavam recebendo. Ao mesmo tempo, pode ter sido estratégia no sentido de diminuir as responsabilidades do Estado para com as condições de vida dos alunos e de suas famílias já que as caixas escolares não foram mantidas exclusivamente com dinheiro público, contando também com doações de professores e familiares dos alunos em condições menos desfavoráveis.

Conforme se avançava em direção à década de 40, o ideal desenvolvimentista foi se consolidando, e talvez por isso a industrialização da cidade tenha iniciado grande avanço por volta de 1950; e é interessante apontar que a noção de desenvolvimento que percebi em documentos do final da década de 30, mas também dos anos 50 e 60, ultrapassava o campo econômico, falava-se inclusive em “desenvolvimento intelectual”. Percebi clara indicação dessa postura na seguinte matéria do jornal “O Estado de Goyaz”:

Lado a lado há o desenvolvimento de seu comércio e de sua indústria, cresce o seu nível intelectual. Por toda parte são jovens sobraçando livros e pastas, indo e vindo das escolas ou dos campos de esporte. Si muito tem contribuído o professor para este desenvolvimento, grande tem sido o papel dessa imprensa nessa ascensão.<sup>20</sup>

Talvez por essa aposta desenvolvimentista o ensino tenha tomado cada vez mais o caminho da profissionalização, pelo menos aquele destinado às classes trabalhadoras, em detrimento à idéia de escolarização enquanto erudição. Ao invés do termo “educação”, predominante na contemporaneidade, encontrei com mais frequência a palavra “instrução” nos materiais pesquisados. Isso pode ter explicação no pragmatismo imprimido à educação pública e sobretudo ao objetivo de dar aos alunos das classes trabalhadoras apenas a leitura e a escrita mínima, já que, na rede pública, o ensino primário era o mais abrangente, e ainda assim as vagas eram insuficientes.

O processo de busca pelas fontes é sempre imprevisível, instigante, desafiador, e em alguns casos, frustrante. Isso porque, nenhum historiador encontra as fontes devidamente organizadas de acordo com seu objeto, suas inquietações. Assim, depois de identificar quais e que tipo de fontes ajudarão na elucidação de suas problemáticas, um desafio emergente consiste na localização das mesmas. No meu caso, a maioria das fontes fazem parte do acervo do Arquivo Público Municipal, e não tinha, pelo menos de

---

<sup>20</sup>O DESENVOLVIMENTO da cidade. *O Estado de Goyaz*. Uberlândia, 1º set. 1938. p. 5.

início, uma clareza sobre quais fontes seriam importantes, ou mesmo sobre onde encontrá-las. A orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Marta Emísia Barbosa foi fundamental, visto que ela sugeriu, por exemplo, a busca pelos materiais da Câmara Municipal de Uberlândia, de forma que tanto os processos quanto as atas foram extremamente significativos. A maior dificuldade era o fato de que, no caso dos processos, muitas das vezes constava no catálogo do arquivo apenas a numeração dos processos, sem menção ao assunto de que tratavam. Nesse caso, processos sem indicação de tema no catálogo não foram consultados, e não descarto a possibilidade de que alguns deles fossem importantes para minha pesquisa. Já os periódicos, sobretudo os Jornais, foram sugeridos por funcionários do referido arquivo. Logo nas primeiras visitas, quando ainda tencionava fazer a pesquisa focalizando a E. E. Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa, tive contato com algumas fotografias, reproduzidas no parecer de tombamento da referida escola, que se encontrava inserido numa pasta do arquivo referente à escola. Os funcionários do arquivo me apresentaram a coleção Jerônimo Arantes, constituída por fotografias, jornais, revistas, mapas, etc., e percebendo a abundância de fontes que associavam-se à educação, realizei uma busca na internet, tentando encontrar algo mais sobre Arantes. Encontrei então o trabalho de Sandra Lima intitulado "Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos 1919 a 1961", na página da biblioteca da Unicamp<sup>21</sup>. Já no resumo incluído na página da biblioteca da Unicamp, já havia a referência à revista "Uberlândia Ilustrada", a qual pôde ser encontrada sem dificuldades no acervo do Arpu, embora a instituição disponibilizasse apenas fotocópias para manuseio dos pesquisadores, os originais não podem ser sequer fotografados. Chama a atenção a variedade de atividades desempenhadas por Arantes, e sua ligação com as áreas da Saúde e da Educação. Além de diretor da revista, publicada entre 1939 e 1961, Jerônimo foi inspetor municipal de ensino, de 1933 a 1946, e chefe do serviço de Educação e Saúde de 1946 a 1961.

Quero com isso afirmar que a acessibilidade dos documentos depende de diferentes fatores: distância no tempo, entre o período em que o historiador atua e a época de produção da fonte; o acaso; abrangência do objeto de pesquisa; trâmites burocráticos; etc. Mas também, da disposição para a conservação de determinadas fontes em função da importância socialmente atribuída aos sujeitos, espaços, atividades,

---

<sup>21</sup>LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos 1919 a 1961*. Disponível em: <<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000324167>>> Acesso em 05/06/2010.

temporalidade, a que a fonte pertenceu. Se a coleção Jerônimo Arantes é abundante e variada, é porque, entre outros fatores, o referido "personagem" recebeu destaque na memória de certos setores da cidade, sendo associado à educação pública e ao papel de memorialista, e esse destaque chega até a produção acadêmica, já que numa busca superficial pelos meios eletrônicos é possível encontrar quantidade razoável de trabalhos que o envolvem. O mesmo pode ser dito de certas instituições de ensino, e a exemplo disso, a E. E. de Uberlândia, ou "Museu", também conta com boa quantidade de trabalhos divulgados em meios eletrônicos e em periódicos da área da Educação em Uberlândia.

Diversas teses, dissertações e artigos lidos ao longo do período, tanto produzidos por historiadores quanto por pesquisadores dos cursos de educação, voltados para a "História da Educação", auxiliaram significativamente na seleção e localização das fontes. Estes trabalhos utilizaram-se de periódicos e de fontes oficiais que pude, na maioria dos casos, consultar no arquivo público pessoalmente, graças às indicações que estes autores fizeram ao longo dos seus trabalhos. A partir disso, destaco que o cuidado com as normas técnicas e a indicação precisa das fontes não é um mero formalismo, possibilita um diálogo mais efetivo entre os historiadores, e pode auxiliar nos percursos até as fontes, ainda que se tratem de questionamentos e temáticas diferentes.

Muitos dos trabalhos foram desenvolvidos por pesquisadores ligados à linha de pesquisa em "História e Historiografia da Educação", do curso de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. O principal meio de acesso a estes trabalhos foi a revista "Cadernos de História da Educação", ligado ao referido núcleo. Estes trabalhos foram essenciais para a localização de fontes e para a apreensão de informações sobre o panorama educacional do período delimitado para a presente pesquisa. Mas uma ressalva se faz necessária em relação a estes trabalhos, que talvez demarque a diferenciação em relação oriundos de núcleos de cursos de História: senti a falta de discussões teórico-metodológicas mais profundas em relação à utilização das fontes de cada pesquisa. Na maioria dos casos, as fontes foram tratadas apenas como local para a apreensão de informações objetivas ou para a apreensão de "discursos" e "representações".

Esta ausência de discussões teórico-metodológicas aprofundadas poderia ser justificada pelo fato de que não se tratam de trabalhos desenvolvidos em núcleos de pesquisa de História especificamente. Mas estes pesquisadores se colocam como "historiadores da educação", e se pretende afirmar-se como tal, deveriam tratar de forma

mais minuciosa sobre a questão da utilização das fontes, especificando, por exemplo, sua materialidade, o acesso a elas e condições em que estão armazenadas, sua difusão no período em que foram produzidas e no período contemporâneo à pesquisa, sua inserção nas relações sociais, etc.

Não vejo problema no fato dos historiadores em muitos casos elegerem certas temáticas diante da facilidade de acesso às fontes e da existência de trabalhos acadêmicos com recorte e objeto semelhantes. Sobretudo numa monografia de conclusão de curso o tempo disponível para a pesquisa é restrito, principalmente considerando que muitos graduandos trabalham, ou exercem outras atividades para além da formação acadêmica. Não há porque condenar o pragmatismo em si, o que considero criticável é que não se questiona o caminho que levou à eleição de certas temáticas, e à preservação de certas fontes, bem como é comum a reprodução de memórias associadas a grupos, personagens, instituições, épocas, etc., na própria pesquisa sem uma análise crítica destas questões. Podemos até não encontrar todas as respostas para o destaque dado a certos elementos, seja nas pesquisas, seja nas fontes, mas sempre devemos ter em mente que isso não se dá por acaso, e constitui o complexo e conflituoso processo de construção de memórias, do qual a produção historiográfica também toma parte, ainda que seus resultados muitas das vezes alcancem um público restrito.

A presente pesquisa foi escrita em dois capítulos, sendo o primeiro denominado “Conjuntura histórica e estrutura da educação na passagem para a década de 1950”, e que busca fazer uma contextualização histórica nos campos da política, da economia, e da própria educação pública, levando em conta as inter-relações entre as esferas municipal, estadual e nacional.

Para alcançar este objetivo, na primeira parte do capítulo, que recebeu o título “Sociedade, política e economia nos níveis nacional, estadual e municipal” apresento elementos da economia, da política, da organização social relativos aos anos que precederam à década de 1950. Na segunda parte, “Legislação e estruturação do ensino público”, procurei caracterizar a organização do ensino, relacionando-a aos aspectos sociais, políticos e econômicos destacados na primeira parte. Também nesta parte do capítulo foram consideradas as esferas municipal, estadual e federal, de forma que mesmo as constituições federal e estadual foram consultadas e analisadas.

O segundo capítulo, cujo título é “O poder público municipal e a educação: projetos e medidas implantadas”, concentrou-se nas concepções e posturas diante da educação pública visíveis em documentos oficiais, sobretudo os processos da Câmara

Municipal. O que estou aqui chamando de processos da câmara, e aqui sigo a nomenclatura do Arquivo Público Municipal, eram pastas que continham os projetos de lei, os pareceres das comissões de vereadores, em alguns casos as ementas, e a redação final das leis. Este material é rico em dados sobre a educação na cidade e concepções, estando elas implícitas no grau de relevância atribuído a cada projeto e no vocabulário utilizado na redação das leis e dos pareceres.

O terceiro capítulo, intitulado “A educação sob a perspectiva da imprensa uberlandense”, busquei trazer para a pesquisa o posicionamento de órgãos da imprensa local diante do setor da administração pública de que trata este trabalho. Foram analisados principalmente artigos da revista Uberlândia Ilustrada e do jornal “Correio de Uberlândia”, mas outros periódicos também foram mencionados, sobretudo aqueles citados em dissertações e teses consultadas para a elaboração do presente trabalho. Busquei destacar os dados objetivos fornecidos pelas matérias publicadas, mas principalmente as concepções de educação para as quais eles apontavam.

A sugestão da consulta aos jornais veio com o trabalho de orientação exercido pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marta Emísia; já a inclusão da revista Uberlândia Ilustrada surgiu da referência a Jerônimo Arantes como grande defensor da instrução no município - presente em fontes de época e em trabalhos acadêmicos voltados para a “História da Educação”- sendo ele ao mesmo tempo chefe do Serviço de Educação e Saúde e diretor da revista em questão. Além disso, o Arquivo Público de Uberlândia conta com a coleção Jerônimo Arantes, ampla e diversificada; que foi apresentada a mim pelos funcionários do arquivo, fortalecendo a memória construída em torno de Arantes.

Propus-me, com o conjunto da pesquisa, a investigar como a educação pública foi pensada, para quem foi destinada, e a quem coube administrá-la, na cidade de Uberlândia, entre 1950 e 1970. Pela natureza das fontes utilizadas, predominara a análise das posições dos grupos dominantes na cidade, com maior acesso aos cargos públicos e à imprensa. Não tive contato direto com fontes de entidades ou grupos de trabalhadores, sindicatos ou associações de bairro, instituições que também não aparecem nos documentos analisados. Decorre disso uma postura presente nas fontes no sentido de priorizar o governo, indivíduos de destaque na cidade e entidades filantrópicas como responsáveis pela condução do ensino. É provável que outros sujeitos, coletivos ou individuais, tenham sido influentes no sentido de divulgar reivindicações e demandas, sujeitos mais próximos das massas e dos pobres, mas estiveram ausentes nas referências das fontes utilizadas.

Procurei estar atento às especificidades de cada tipo de fonte utilizada, e também expor com clareza minhas perspectivas de utilização das mesmas. Em relação a todas elas, fossem fontes oficiais ou a imprensa, mantive uma postura crítica, manuseando-as para além da coleta de dados, pensando-as em sua historicidade e em sua inserção nas relações sociais no interior do sistema capitalista em vigor no período e também na contemporaneidade. O capitalismo sofreu alterações a nível nacional e internacional, mas suas características essenciais permanecem, no máximo passaram por uma sofisticação, como no caso das formas de controle dos trabalhadores em suas funções; na predominância de representantes dos empresários e latifundiários nos quadros do Estado; e da divisão da sociedade em classe. Isso imprimiu características específicas no tratamento da educação pública, que esteve, majoritariamente e tradicionalmente alinhada, no Brasil, aos pressupostos capitalistas.

## Capítulo 1

### Conjuntura histórica e estrutura da educação na passagem para a década de 1950

A partir da independência do Brasil, a postura dominante entre os membros do Estado foi de modernizar e desenvolver o país dentro da ótica capitalista, de forma a alinhá-lo aos países considerados modelos de civilização e desenvolvimento. Vários elementos ideológicos do capitalismo foram interiorizados paulatinamente ao longo de décadas, como no caso do individualismo, a meritocracia, o enaltecimento e apoio à iniciativa privada, o enriquecimento material objetivo principal das famílias e indivíduos e a naturalização das desigualdades sociais.

Tradicionalmente tivemos governos amparados no ideário capitalista, apoiadores das iniciativas privadas e repressão às propostas de organização social que divergissem em relação aos ideais das classes dominantes, como ocorreu em relação a defensores do socialismo e do anarquismo. Não foi diferente em relação a Uberlândia pois, como demonstrei a seguir, o anti-comunismo foi exposto claramente em fontes oficiais e em órgãos de imprensa local. Resumindo, tivemos predominantemente uma concepção de Estado pautada na manutenção do capitalismo enquanto modo de organização econômica, política, cultural, enfim, “modo de produção da vida”, como propõe Eduard Palmer Thompson.

Isto teve conseqüências na forma de organizar os serviços públicos, inclusive a educação, que foi marcada pela diferenciação dos objetivos e parâmetros de acordo com o nível de alfabetização e ao pertencimento social dos alunos a serem atendidos. Colocando em termos mais claros, escolas secundárias, ou mesmo escolas primárias, mas situadas em espaços estratégicos e localizadas nos centros das cidades e bairros nobres; atendem a alunos de classe média, ou mesmo classe média alta, e sua formação esta voltada para a erudição, com a possibilidade de inserção no ensino superior. Isto foi particularmente forte no município de Uberlândia no período sobre o qual trato na presente pesquisa, de forma que o “Ginásio de Uberlândia”, hoje E. E. de Uberlândia, ficou marcada, em meio às memórias que circulam no município, como instituição pública que formou membros das elites locais, contando, por várias décadas, com um currículo amplo, voltado para a erudição dos alunos. Por muito tempo, foi também a única escola da cidade a oferecer o ensino secundário. O ingresso no ensino superior

não era um imperativo tão forte quanto o é atualmente, sobretudo porque até o início dos anos 50 não haviam faculdades em Uberlândia, da mesma forma que as exigências do mercado de trabalho não eram tão taxativas em relação à formação superior.

A outra face da moeda seriam as escolas primárias, públicas ou filantrópicas, ou mesmo escolas secundárias localizadas em áreas periféricas, foram entendidas como instituições de formação dos “pobres”, “mais necessitados”, “menos favorecidos”, sobretudo com o propósito de formá-los para o mercado de trabalho, prepará-los enquanto mão-de-obra. Algumas crianças pobres que se destacassem, tivessem bons resultados, poderiam ingressar no ensino secundário privado, através da concessão de bolsas.

Como demonstrarei a seguir, essa identificação das crianças oriundas das classes trabalhadoras, dos pobres com o ensino primário, seu direcionamento para uma formação tecnicista, foram sustentados inclusive pelas constituições federal e estadual. O Estado, naquele período, colocava como obrigação sua apenas o ensino primário, no caso do secundário, eram mantidas algumas instituições públicas e eram feitas parcerias com as privadas. Ora, tudo isso aponta para a reafirmação de questões básicas do capitalismo em meio às políticas voltadas para a educação pública, que da forma como vinha sendo conduzida, não oferecia qualquer possibilidade de transformação das relações sociais. Eram oferecidas apenas ilusões de ascensão social individual, que deveria acontecer a partir do esforço individual e das concessões e dádivas do Estado e de personagens “ilustres” e generosos do núcleo dominante.

O final da primeira metade do século XX parece ter significado, para Uberlândia, momento de significativa transição, de forma que em todos os âmbitos da vida social percebe-se tanto elementos tradicionais quanto mudanças significativas, em uma complexa e mútua relação com mudanças, embates e projetos que se insinuavam para além dos limites da cidade. Deste processo dinâmico surgirão características significativas para a educação pública em Uberlândia que se situaram entre a reafirmação de tradições e a implementação de medidas, posturas, concepções e estratégias novas.

O autor Selmane Oliveira afirma que até o final dos anos 40 a economia uberlandense esteve concentrada na agropecuária, de forma que mesmo a indústria trabalhava basicamente com os produtos oriundos do meio rural, mas a construção de Brasília teria sido fundamental para o início industrialização do triângulo mineiro e de

Uberlândia<sup>22</sup>; reformas educacionais davam os primeiros passos rumo ao esforço por alinhar o ensino às tendências e necessidades do mercado, sobretudo no que diz respeito ao imperativo de formar mão-de-obra; e mesmo sob o peso do desenvolvimentismo, surgiram debates e movimentos ligados às classes trabalhadoras que tiveram alguma repercussão em Uberlândia, mas que seriam paulatinamente perseguidos após 1964. Por outro lado, a presença do latifúndio era ainda característica essencial na maior parte do país, e seus proprietários não foram desalojados da posição privilegiada com a industrialização, ao lado de concepções de educação voltadas para a formação de mão-de-obra, persistiam a associação entre ensino e apreensão dos valores morais, bem como aquisição de erudição. Desenvolvia-se a idéia de educação pública como direito de todos e dever do Estado, mas muitas medidas tomadas para este serviço eram encaradas como concessão de favores, resultado da benevolência de políticos e de alguns sujeitos sociais. Faz-se necessário apontar algumas questões perceptíveis tanto no município quanto em âmbitos mais gerais e que incidiram na forma como foi pensada, planejada, discutida e conduzida a educação em Uberlândia.

### **1.1. Sociedade, política e economia nos níveis nacional, estadual e municipal**

Em decorrência desse processo transitório, ou como resposta a ele, as relações entre proprietários de terra e industriais não se basearam em antagonismo no município em questão. Da mesma forma, os setores comercial, intelectual e político mantinham em comum o elogio ao progresso; o a afirmação de que todos defendiam os interesses da cidade, tomados como bloco homogêneo; e sobretudo, a exclusão das camadas mais baixas da tomada de decisões. Um fator que levava a este quadro era o fato de que a maioria dos pertencentes às classes ricas da cidade circulavam por todas estas áreas, desempenhando diferentes funções e defendendo seus interesses em diferentes espaços. Exemplo emblemático disso é Jerônimo Arantes, que foi diretor da revista *Uberlândia Ilustrada*, publicada dos anos 30 até 1961; Inspetor Municipal de Ensino de 1933 a 1946, Chefe do serviço de Educação e Saúde de 1946 a 1959; possuiu uma escola

---

<sup>22</sup> OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte; Uberlândia (1950-1985). Uberlândia: Rápida editora, 2002.

particular, fundada em 1919; atribuiu-se a função de memorialista da cidade e foi professor.<sup>23</sup>

A própria trajetória de Jerônimo Arantes, bem como as publicações em sua revista fornecem indícios de como a cidade de Uberlândia, sobretudo os sujeitos e grupos mais influentes na política, economia e âmbito intelectual, vivenciaram e reagiram às transformações em curso. O próprio termo “Ilustrada” no nome da revista já aponta para o caráter predominantemente elitista de suas matérias, por mais que isso não seja assumido enquanto postura desse órgão de imprensa, já que predomina o esforço por falar em nome do “bem comum”. A aliança entre os industriais em ascensão e os grandes proprietários rurais também chega às páginas da revista na medida em que é feita tanto uma apologia ao progresso e à industrialização, quanto uma inserção da aristocracia rural nos marcos da fundação da cidade, e ainda havia referências às feiras agropecuárias. Os latifundiários foram apontados inclusive como precursores da escolarização na cidade por terem fundado escolas em suas propriedades.

A revista propunha-se a tratar dos mais variados temas; na contracapa de uma edição de 1939, e de várias outras, estavam listados Literatura, História, Comércio, Indústria, Agricultura, Pecuária, Estatística, Viação, Instrução e Genealogia como áreas de interesse, e apontava a “divulgação de interesses gerais de Uberlândia, Triângulo Mineiro e Goiás como seu principal objetivo”<sup>24</sup>. O número 6, de Julho de 1940, trazia o título “História da Fundação” e a foto da Srta. Ruth de Freitas na capa, sendo ela, segundo consta na legenda, aluna do Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, escola privada que oferecia o curso Normal, o que evidencia que não se tratava de um órgão de imprensa voltado para as camadas populares. A História da fundação da cidade aparece concentrada na família Carrejos, voltados para a pecuária, cuja fazenda teria abrigado inclusive a primeira escola do município, mantida e criada por iniciativa dos proprietários das terras<sup>25</sup>.

Na edição de agosto/setembro do mesmo ano, boa parte do periódico foi dedicado à Exposição Agropecuária de Uberlândia, com destaques para a criação de gado bovino e produção de arroz, além de um levantamento de feitos do prefeito Vasco Giffoni, que não incluiu obras em educação<sup>26</sup>. Já em abril de 1941, foi publicada na

---

<sup>23</sup> LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. Campinas, SP. 2004. Tese de doutorado.

<sup>24</sup> UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 3. Uberlândia, maio/1939.

<sup>25</sup> UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 6. Uberlândia, julho/1940. p. 7

<sup>26</sup> UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 7/8. Uberlândia, agosto e setembro/1940.

revista a “corografia do Município”, da autoria de Jerônimo Arantes, em comemoração ao cinquentenário da autonomia administrativa de Uberlândia:

Não fizemos um trabalho à altura da sua finalidade histórica, que requeria maiores detalhes. O fizemos, todavia, com interesse e imparcialidade, nos valendo somente os conhecimentos obtidos em fonte digna de fé, cuja documentação encontra-se nos arquivos, guardada como relíquia histórica, por nós tão carinhosamente estudada, pelo amor à terra que presamos tanto.<sup>27</sup>

Conforme percebi nas fontes primárias, bem como nos trabalhos acadêmicos analisados, a partir dos anos 40 a educação pública iniciou sua expansão na cidade, quase que simultaneamente à intensificação da industrialização uberlandense, localizada por Selmane Felipe a partir de 1950, e a emergência do município enquanto liderança regional a partir de 1960 no entender de Giseli Gatti. Concluo que no início dos anos 50 a educação neste município já se distanciava, quantitativamente, do “privatismo” de décadas anteriores. Procuro a partir desta constatação, percebe de que forma houve mudanças qualitativas, referentes aos objetivos para a educação, definição de estratégias, prioridades e do público a ser atendido, e se estas mudanças foram de fato significativas no período de 1950 a 1960, estando também atento a questões para além do âmbito municipal que possam ter sido influentes.

Algumas características do final dos anos 40 e início da década de 50 merecem destaque, ao meu ver, sobretudo por influenciarem, direta ou indiretamente, o quadro das políticas públicas para a educação em Uberlândia, conforme demonstrarei com elementos apreendidos na análise das fontes de época bem, como na apropriação de elementos trazidos por diferentes pesquisadores. No campo político, destaco o fim da ditadura do Estado Novo e a criação da Constituição de 1946, elementos que apontam para uma redemocratização do país. É conhecida a efervescência de projetos, reivindicações, demandas e formas de mobilização a partir de então. No campo econômico, a industrialização dava passos importantes, o que contribuía para uma reconfiguração das políticas econômicas, que se afastavam do intervencionismo varguista, e caminhavam rumo ao liberalismo e maior penetração de recursos estrangeiros além de redefinir a correlação de forças entre cidades, estados ou regiões, donde Selmane Oliveira destaca que as cidades médias, a partir da década de 50, se constituiriam, em alguns casos, em pontes de apoio a um processo de descentralização

---

<sup>27</sup> UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 9. Uberlândia, abril/1941.

econômica e industrialização.

Mas não percebo nisso uma ruptura muito significativa pois, alguns elementos antidemocráticos persistiam, como o anticomunismo, a exemplo disso, o PCB foi colocado na ilegalidade em 1947, o que também era decorrência de uma maior proximidade com os EUA; e a ideologia trabalhista estava longe de ser deixada de lado, tanto é que Vargas foi reeleito em 1951. Como reflexo da persistência do que se tem chamado de "trabalhismo", se por um lado, as questões do operariado deixaram de ser resolvidas apenas via repressão, os grupos de desempregados, e também de não sindicalizados, passaram a ser discriminados, e a situação de desempregado continuava a ser associada à iniciativa individual, ou mesmo a características de "caráter", conduta, sendo que estas concepções eram compartilhadas por diferentes setores, e encontram reminiscências ainda nos tempos atuais. Dessa forma, ignorava-se o caráter excludente da sociedade capitalista como um dos fatores mais decisivos para a "delinqüência", a criminalidade, o desemprego, a mendicância, etc. Isso trouxe, em longo prazo, conseqüências para a forma de se pensar a educação, tendo em vista que ela foi paulatinamente associada á formação moral, á preparação para o trabalho e à "aquisição" de cultura, tradicionalmente associada á erudição.

Como demonstrarei com base nas fontes, mais adiante, o peso de cada um destes âmbitos da formação variava de acordo com a camada social a que se destinava cada nível de ensino, ou mesmo instituição, o que muitas das vezes determinou hierarquias mesmo no interior da rede pública. O trabalho de Giseli Gatti traz exemplo claro disso, pois frisa a constituição de memórias, que a autora prefere analisar a partir do referencial teórico das representações sociais, relativas ao Ginásio de Uberlândia, hoje E. E. de Uberlândia, que a identificam como pólo de formação da elite local, até porque, durante muito tempo, foi a única instituição pública da cidade a oferecer as séries que antecediam a formação superior. Tratando justamente do período posterior a 1950 a autora lembra:

É importante ressaltar, neste período, muitos alunos de renome passaram por esta escola, personalidades que hoje fazem parte da elite política e cultural da cidade, com atuação e reconhecimento em nível regional e nacional.<sup>28</sup>

O liberalismo econômico por sua vez, fez crescerem a especulação financeira e o custo de vida, incidindo de forma significativa sobre as condições de vida das classes

---

<sup>28</sup>OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte; Uberlândia (1950-1985). Uberlândia:Rápida editora, 2002. pp. 98-99

trabalhadoras e do povo pobre. Não se pode deixar de lado o impacto da industrialização e sua relação íntima com a urbanização, também decisiva para o cotidiano das classes mais numerosas da sociedade.

Marilza Rezende, antes de tratar de questões diretamente ligadas às políticas educacionais em Minas Gerais, destaca a ênfase na constituição de uma infra-estrutura capaz de promover a industrialização do estado, colocando o governo como protagonista das transformações necessárias. Dessa forma, no governo Milton Campos, em 1947, foi elaborado o Programa de Recuperação e Fomento da Produção, possibilitando a definição de prioridades para os governos posteriores. Nos anos 50, teria ocorrido desenvolvimento das regiões centrais próximas à capital estadual, com expansão da mineração e da siderurgia, e continuidade do desenvolvimento das indústrias de bens não-duráveis, ampliando consideravelmente o parque industrial mineiro. Com a construção de Brasília, outras regiões se tornariam importantes pólos econômicos na época, como no caso do Triângulo Mineiro.

É plausível afirmar que a industrialização de Uberlândia, cidade considerada por Selmane Felipe como pertencente a esse grupo dos centros urbanos de pequeno porte, se insere no contexto acima discutido. Como lembra o autor, até então a cidade esteve marcada, na economia, pelas atividades ligadas à agropecuária. Como desdobramento disso, os latifundiários tinham grande participação política, e o prestígio social a eles e seus familiares dispensados não desapareceria com o advento da industrialização. Isso se torna claro quando percebo a tendência à exaltação das elites rurais empreendida por Jerônimo Arantes em reportagens da revista Uberlândia Ilustrada, inclusive dentre aqueles já discutidos no presente trabalho.

Nos anos 50, além da ampliação do setor industrial em Uberlândia, houve também sua diversificação, com a vinda de indústrias automobilísticas por exemplo. Um fator que tanto Sandra Lima quanto Selmane Felipe consideraram essencial foi a construção de Brasília próxima ao Triângulo Mineiro, o que trouxe à região e à cidade de Uberlândia mais investimentos e obras de infra-estrutura. De acordo com a autora supracitada:

Uma nova fase de crescimento econômico da cidade verificou-se a partir dos anos 50, devido à construção de Brasília e aos reflexos da política desenvolvimentista de Juscelino Kubsticheck (J.K.), que trouxeram vultosos investimentos federais para Uberlândia e região, transformando a cidade em uma referência para o cruzamento de estradas ligando sul, norte, nordeste com o centro-oeste do país.

Se os anos 50 promoveram uma considerável prosperidade econômica para

Uberlândia, que teria continuidade ao longo dos anos 60 com a política de ocupação dos cerrados<sup>28</sup>, também proporcionaram diversas tentativas das elites locais em ordenar o espaço urbano e normatizar a sociedade.<sup>29</sup>

Nesse sentido, se por um lado o fato de Uberlândia não ter sido escolhida para capital federal tenha causado desapontamento, a proximidade com a capital lhe foi favorável em vários aspectos.

De acordo com Selmane Oliveira, apesar da industrialização, o setor agrário não perdera importância, pelo contrário, se modernizara, ao menos no que se refere aos grandes produtores. Os pequenos proprietários, diante de dificuldades econômicas, não raro optavam pela venda das terras e pelo deslocamento para as cidades, sendo que o êxodo rural também foi intensificado pela mecanização das grandes propriedades. No cenário político, os interesses agrários e industriais não eram conflitantes, e demandas comuns aos comerciantes, industriais e latifundiários se explicitavam a partir da atuação da ACIUB (Associação Comercial e Industrial de Uberlândia), criada em 1933, e que por muitos anos foi chamada de Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia. Conforme histórico no site da Associação:

Em 1957, a Associação orientou o comércio local, principalmente o setor de material de construção, para tornar-se o grande fornecedor de mercadorias para as construtoras de Brasília. Naquele mesmo ano, o deputado Rondon Pacheco atendeu a um pedido da entidade e conseguiu a liberação de Cr\$ 105 milhões para iniciar o asfaltamento da BR- 050 até Almeida Campos.<sup>30</sup>

Selmane de Oliveira aponta algumas das reivindicações mais significativas da ACIUB a partir dos anos 50, dentre as quais destaco: saneamento básico, infra-estrutura, expansão do fornecimento de energia elétrica, construção da Cidade Industrial, do 3º Batalhão de Infantaria, medidas para a disciplinarização do espaço urbano, e mais tarde, já na década de 60, ela se mobilizou para a criação da Faculdade de Engenharia. Assim, essa associação se empenhara em lutas que iam além dos fatores exclusivamente econômicos, mas ainda assim, o objetivo central parece ter sido propiciar condições favoráveis para que a atividade industrial se desenvolvesse. A exemplo disso, em 1956,

---

<sup>29</sup> LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *História e memória: um diálogo com as representações do prof. Jerônimo Arantes*. Disponível em: <<<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/cms1403.htm>>>. Acesso em 05/06/2010. A proposta da autora, no artigo em questão, é discutir o pensamento do filósofo Francis Bacon e sua influência sobre pressupostos presentes na revista Uberlândia Ilustrada, em artigos nela publicados na década de 50. Suas considerações são pertinentes para a presente pesquisa na medida em que, por mais que ela tenha priorizado as questões filosóficas, não deixou de contextualizar historicamente e socialmente o referido periódico.

<sup>30</sup> Disponível em: <<<http://www.aciub.com.br/?arq=historia>>>. Acesso em 09/06/2010.

uma comissão saiu de Uberlândia rumo ao Rio de Janeiro para reivindicar a construção de uma rodovia ligando Uberlândia à nova capital federal, passando por Catalão e Araguari, iniciativa que teria contado com o apoio do então deputado Rondon Pacheco.

Foram dados vários incentivos fiscais para a vinda de indústrias para a cidade pelo governo municipal e pela Câmara Municipal, como no caso da proposição de lei nº 35/68 que concedia isenção de impostos para as indústrias que se instalassem na Cidade Industrial de Uberlândia, ou já instaladas, até o ano de 1973.<sup>31</sup> Tanto a comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, quanto a de Finanças, Justiça e Legislação foram favoráveis ao projeto de lei, de forma que esta última enfatiza, em seu parecer, a importância da medida para o desenvolvimento da cidade.

O autor destaca ainda a realização do II Congresso Mineiro de Desenvolvimento Industrial, já em 1959, onde um ponto em discutido consistiu na criação de cursos profissionalizantes sugeridos pela ACIUB. Em Uberlândia, o esforço em prol da capacitação profissional traduziu-se em acordos entre a associação e o Ginásio Industrial Américo Renée Gianetti, hoje E. E. Américo Renée Gianetti, firmados nos anos 60.

Selma Oliveira também trata do regionalismo envolvendo Uberlândia, pautado no pertencimento ao Triângulo Mineiro, e que em alguns períodos, levou à defesa da separação da região em relação ao estado de Minas Gerais, de forma que Uberlândia era apontada como melhor opção para capital do pretense novo estado. Isso gerava um clima de rivalidade com a cidade de Uberaba, que através de algumas lideranças políticas e empresários influentes, disputava a liderança do triângulo com os uberlandenses. Segundo o referido autor, tratava-se de uma concepção produzida pelas classes dominantes da cidade, e por seus representantes no campo político-institucional, apontada como comum à população uberlandense de um modo geral. Estava associada ao fato de que a mineiridade não era um valor endossado por estes grupos, talvez pela proximidade e interdependência com cidades de SP, GO e MT.

A exemplo disso, a edição de maio de 1939 da revista Uberlândia Ilustrada, de Jerônimo Arantes, apresentava-se como divulgadora de interesses de Uberlândia, Triângulo Mineiro e Goiás, e um dos jornais anteriormente mencionados chamava-se "O Estado de Goyaz", ainda que fosse publicado em Uberlândia. Isso nos mostra o

---

<sup>31</sup> Processo n. 2654. Projeto n. 2260. Altera a Lei nº 1178 de 06 de Março de 1964 – Concede – isenção de impostos às indústrias que se instalarem na Cidade Industrial de Uberlândia, Minas e outorga incentivos fiscais. Câmara Municipal de Uberlândia, 13 de Agosto de 1968.

quanto limites políticos nem sempre conseguem demarcar com precisão as inter-relações entre grupos, espaços, comunidades e culturas. É também sintomático de que se tratava de uma ideologia comum aos setores dominantes, pois se percebe claramente a proximidade entre os periódicos que defendiam esse separatismo e as elites locais. Uma das justificativas para a defesa da separação dizia respeito a um ressentimento das locais com o repasse de verbas do governo estadual para a cidade de Uberlândia, como podemos perceber neste trecho de uma matéria do jornal "Correio de Uberlândia" reproduzido por Selmane Oliveira:

(...) Uberlândia é grandiosa, não importa que Minas Gerais tenha birra dela. Seus filhos fazem por ela o que o Estado deveria fazer por obrigação e como pagamento pelo que lhe tira todos os anos com impostos e contribuições. Uberlândia, senhores, é autosuficiente. Os Uberlandenses sabem disto e fazem tudo pela sua cidade, não prevendo nem esperando ajuda de ninguém.<sup>32</sup>

O discurso da separação entre o triângulo mineiro era dotado de curiosa maleabilidade. Como demonstrarei mais adiante na análise de reportagens do jornal "Correio de Uberlândia", havia uma tendência de culpar o governo de Minas Gerais pelo mal funcionamento dos serviços públicos, afirmando que o governo do estado repassava verbas insuficientes ao município e não cuidava direito das instituições de sua responsabilidade. Mas em ocasiões em que era conveniente afirmar a mineiridade isso era feito de forma enfática, como na ocasião da inauguração de Brasília, em que a origem mineira de Juscelino Kubitschek foi destacada. O fato mereceu manchete na primeira página do jornal correio de Uberlândia e foram incluídos artigos com cumprimentos de empresas uberlandenses para o presidente JK.<sup>33</sup>

É também Selmane Oliveira quem destaca a preocupação com a questão da ordem da parte das elites locais, apontando como exemplos disso o anticomunismo na cidade e a reação destes grupos ao quebra-quebra de 1959. O referido autor cita várias atas da Câmara Municipal, de forma que estão permeadas de acusações de uns vereadores contra outros, todas direta ou indiretamente ligadas ao envolvimento com o comunismo. Estas práticas se acirram sobretudo depois que o PCB foi considerado ilegal em 1947, visto que antigos membros do partido continuaram atuar sob outras

---

<sup>32</sup> UBERLÂNDIA é auto-suficiente. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia. 15 de nov. de 1955. p. 1, apud OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte; Uberlândia (1950-1985)*. Uberlândia: Rápida editora, 2002. p. 38

<sup>33</sup> BRASÍLIA: Nova capital inaugurada por Juscelino Kubitschek de Oliveira. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 23 abr. 1960. p. 1.

legendas. Se a identificação de um vereador com o comunismo era tomada como denúncia, fica claro que a aversão a essa linha política era predominante entre os políticos diretamente ligados ao campo institucional, mas o autor também destaca a forte ligação da imprensa local com tais idéias.

Talvez a questão estivesse associada à defesa da ordem amplamente difundida, visto que a discussão em torno de uma manifestação popular, presente em ata, por mim analisada, do dia 11 de agosto de 1949, envolveu a taxaço do controle do processo como combate ao comunismo<sup>34</sup>. Na presente ata, era feito o aplauso à atuação do Delegado de Polícia no combate ao comunismo, mais especificamente, em decorrência à repressão ao protesto cujo defensor, o vereador Roberto Margonari, tratava-se apenas de um movimento de mulheres em reação ao alto custo de vida. Assim, os que se colocavam em defesa do protesto eram taxados de comunistas, e por sua vez, acusavam os demais políticos de fascismo.

A partir das considerações de Selmane Felipe Oliveira pude traçar um panorama do quadro político-ideológico predominante na cidade de Uberlândia na década de 60, marcada pela Guerra Fria e pelos embates que culminariam no golpe de 1964. Fica claro pelas fontes que o autor analisa que a cidade não ficou alheia aos debates da época, e que predominara o anticomunismo entre os políticos locais, bem como em órgãos de imprensa. A exemplo disso, em ata da Câmara Municipal de Uberlândia citada pelo autor, os vereadores da cidade se posicionaram contrários á vinda de Leonel Brizola a Uberlândia.<sup>35</sup> Aqueles políticos acusados de ligação com o comunismo eram enviados a Belo Horizonte, havia perseguição e denúncia em associações de classe, e além disso, a cidade teve sua própria Marcha da Família com Deus pela Liberdade:

Uberlandenses de todas as categorias sociais, aos milhares sem credo político, ou religioso, participaram na noite de anteontem da Marcha com Deus pela Liberdade (...)

As escolas de samba do povo desfilaram, os estudantes, os trabalhadores, os operários, intelectuais, homens do comércio e do campo, enfim, todas as classes sociais disseram “presente” à marcha simbolizando o “não” ao totalitarismo que se tenta impor ao Brasil livre.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da 8ª Sessão da terceira reunião ordinária. Uberlândia 11 de agosto de 1949.

<sup>35</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Uberlândia, Ata da reunião ordinária realizada em 04/03/1964. Livro n.87. Apud OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte; Uberlândia (1950-1985). Uberlândia: Rápida editora, 2002.p.76.

<sup>36</sup> MILHARES de Uberlandenses na Marcha pela Liberdade. Correio de Uberlândia. Uberlândia. 06 de abr. de 1964. p.1 Apud OLIVEIRA, Selmane. Op. Cit. p. 65.

A partir de 1966 o jornal Correio de Uberlândia publicaria a coluna “Tradição, Família e Propriedade”, tratando sobre o comunismo, filosofia da História, reforma agrária, a família, a juventude brasileira, etc., sempre numa perspectiva cristã, conservadora e anticomunista. O jornal também comemorava a “Revolução de 1964”, data celebrada também no legislativo local, questão apontada em atas da câmara de vereadores analisadas por Selmane Oliveira. Considerando que o governador mineiro Magalhães Pinto fora favorável ao golpe, pode-se dizer que a aversão ao comunismo já vinha sendo incentivada de longa data, e como o governador era favorável á maioria das concepções defendidas pelos grupos que engendraram o golpe, a adoção de um programa para a educação pública tão claramente voltado para o desenvolvimento capitalista se mostra extremamente coerente, e parece ter encontrado apoio entre os políticos e os grupos dominantes em Uberlândia.

Podem parecer injustificado tratar de anticomunismo em um trabalho que tem como problemática o tratamento dado à educação pública, ou mesmo à educação em geral. Mas acredito que, na medida em que esta postura ideológica foi predominante na cidade, faltaram alternativas de organização político-institucional e de ordenamento dos serviços públicos, de forma que manteve-se uma postura de alinhamento com as diretrizes do capitalismo. Em função disso, como demonstrarei adiante a partir duma análise detalhada das fontes, fica perceptível o apoio e exaltação dispensados às instituições particulares; a diferenciação entre os objetivos para a educação dos pobres e dos ricos; bem como entre o ensino primário e o secundário, que acabavam por ter também uma diferenciação classista; e ainda o imperativo da preparação para o mercado de trabalho nas escolas públicas primárias e nos espaços que se destinavam a acolher crianças “desamparadas”, a exemplo do patronato de menores.

## **1.2. Legislação e estruturação do ensino público.**

Antes de partir para a análise de fontes que são geralmente enquadradas no termo “documentos oficiais”, construo algumas reflexões sobre a utilização das mesmas na pesquisa em história. Um primeiro ponto diz respeito à conservação destas fontes, que geralmente é tarefa efetivamente cumprida pois é o tipo de vestígio do passado que o mundo ocidental, principalmente, tem se esforçado por guardar e preservar, sobretudo a partir do momento em que se fixou a tradição republicana nestes países e regiões. É

bem diferente da conservação de objetos e textos monárquicos pois aí costuma haver uma indistinção entre os documentos administrativos e aqueles mais voltados para a vida pessoal das famílias nobres. O que quero dizer é que os documentos das instituições políticas republicanas são mais despersonalizadas, mais estritamente voltadas para a administração pública e carregam o teor de textos coletivamente construídos.

Mas voltemos à questão do acesso e da conservação destes resquícios do passado. Talvez esta tendência a valorizá-los e disponibilizar o acesso não seja observável em momentos de autoritarismo político, pois as ditaduras latino-americanas foram responsáveis pela destruição e pelo bloqueio do acesso a muitas fontes, e mesmo arquivos inteiros. Ainda assim, documentos oficiais, sobretudo aqueles que dizem respeito à rotina do poder público, como no caso de atas e projetos de lei, parecem mais acessíveis às gerações futuras que aos contemporâneos à sua produção. Geralmente não se trata de um impedimento oficial, imposto por lei, mas está ligado a uma tradição da sociedade brasileira de não fiscalizar a atuação de seus representantes eleitos ao longo de seus mandatos, é muito mais comum a elaboração de balanços ao final dos mesmos. A única exceção diz respeito a atas da Câmara que foram publicadas no jornal “Correio de Uberlândia” em edições da primeira metade da década de 1950.

Na presente pesquisa utilizei tanto as constituições mineira e federal, quanto documentos mais próximos ao que chamei de “rotina” da administração local. São de natureza distinta, pois as constituições costumam ter maior divulgação e difusão, tem o caráter de fixação de leis, mas em ambos os casos tem-se a idéia de que são documentos construídos coletivamente, o que não inclui as massas, pois os políticos são tomados como sujeitos na construção da história. Muitos projetos de lei da Câmara tiveram autores específicos, inclusive o prefeito municipal era um deles, às vezes a autoria de projetos, e sobretudo dos pareceres, era atribuída a comissões de vereadores. Nos pareceres, era comum o elogio á iniciativa destes políticos ao propor as leis e medidas. Mas em momento algum as discussões eram afirmadas enquanto atendimento a demandas da população, ou de movimentos e lideranças populares. As medidas tomadas a nível da política institucional aparecem mais como doações à população da parte de sujeitos privilegiados, capazes de perceber as necessidades de todos e de captar os interesses do município, bem como de propor medidas que serviriam ao “bem comum”.

Outra especificidade deste tipo de fonte é que não são produzidas com o intuito de circularem como mercadorias, com exceção das constituições que muitas das vezes

são editadas por empresas privadas e vendidas no mercado editorial. Atendem muito mais ao objetivo de registrar a condução da política local, registro pretensamente depositário da verdade.

Em determinada altura da graduação cursei a disciplina “Construção das identidades latino-americanas”, ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Daniela Silveira, na qual a bibliografia discutida destacava a importância que a imprensa e a literatura tiveram na formação das identidades nacionais latino-americanas. Uma das atividades da disciplina propunha a comparação entre o uso da literatura e das fontes da monografia de cada estudante da disciplina em termos de teoria e metodologia. A partir de um texto da autoria de Catherine Gallagher<sup>37</sup> percebemos as mudanças nas narrativas ficcionais ao longo do tempo, bem como na forma como a crítica literária lidava com elas; além de refletir sobre o processo de construção de personagens. Assim, concluímos que a ficcionalidade é questão central nas narrativas literárias, e o historiador não deve se concentrar na separação hierárquica entre o que é “real” e o que seria ficção em uma narrativa. Por fim, ficou claro que os romances nacionais latino-americanos tinham muito mais de exposição de projetos para o futuro do que registro de fatos ocorridos.

Ora, ao analisar minhas fontes “oficiais” percebi que estas também têm elementos ficcionais subordinados aos projetos de sociedade de determinados grupos. Talvez a maior ficção de textos oficiais diz respeito à insistência em afirmar que as medidas visam ao bem comum, ou que atendem aos interesses de todo o município. Isso me parece um esforço por camuflar o pertencimento de classe dos ocupantes de cargos públicos e os interesses inerentes a grupos específicos que eles acabam representando no cenário institucional.

Existem muitos outros exemplos da dimensão ficcional destes documentos; ao tratarem de certas instituições particulares de ensino da cidade, os autores dos projetos se referiram a elas enquanto instituições que vinham prestando valiosos serviços ao município. Ora, escola privada nenhuma presta serviço ao conjunto da cidade, primeiramente pelo fato de que as escolas públicas e privadas juntas não eram suficientes para atender à demanda por vagas, muitas crianças estavam ficando de fora das salas de aula. Em segundo lugar, as escolas privadas só recebiam que pudesse pagar ou estivesse incluído nos programas de bolsas, ou seja atendiam a um público restrito quantitativamente e em termos de composição social.

---

<sup>37</sup> GALLAGHER, Catherine. Ficção. In.: Moretti, F. (org.) *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

Diante do exposto, a análise dos documentos oficiais não se limitou a uma coleta de dados objetivos, pelo contrário, foi muito mais significativa a apreensão dos ideais e concepções em relação à educação e ao papel dos órgãos públicos em relação a ela. São questões perceptíveis nas medidas efetivamente tomadas, como o peso atribuído à educação nas propostas orçamentárias; bem como no vocabulário utilizado; no nível de consenso ou de divergência em cada projeto discutido.

No início do período de maior interesse para a presente pesquisa estava em vigor a Constituição de 1946. Em se tratando de educação, a carta já apontava a educação como direito de todos, e também percebia a mesma enquanto vinculada tanto ao lar quanto à escola. A seguir, reproduzo alguns artigos, lembrando que a educação estava incluída no “Título VI – Da família, da educação e da cultura”:

Art. 168- A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

- I- o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua oficial;
- II- o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo- à para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;

Art. 169- Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 172- Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.<sup>38</sup>

Primeiramente eu destaco o fato de que o governo federal comprometia-se em disponibilizar apenas o ensino primário à maioria da população gratuitamente. Isso aponta para o grau de escolaridade que os governantes acreditavam ser necessário ao povo. Se levarmos em conta estatísticas publicadas por órgãos da imprensa uberlandense, sobre as quais tratarei mais adiante, percebe-se a insuficiência do número de escolas mesmo no ensino primário na cidade em questão. Assim, o final dos anos 40 foi marcado pela concentração do ensino público no primário e ainda assim pela escassez de escolas e de vagas, que não acompanhava o crescimento demográfico, e além disso, uma restrição da escolaridade daqueles que não poderiam pagar pelo ensino secundário, sendo que todo este quadro tinha respaldo constitucional. Se por um lado a constituição de 1946 já falava na educação como direito de todos, fica claro que a conclusão dos estudos não o era, ou ao menos não era responsabilidade do Estado.

---

<sup>38</sup> BRASIL. Constituição (1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. São Paulo: Edições e Publicações Editora Brasil, [19--]. pp. 56-57.

Pelo exposto no artigo 172, práticas como a contribuição aos caixas escolares tinha respaldo constitucional, bem como a concessão de bolsas para que alunos “pobres” estudassem em estabelecimentos de ensino particular secundário está de acordo com o artigo 168. Por outro lado, vários processos da Câmara Municipal apontavam para o fato de que a prefeitura não cumpria com o mínimo estabelecido para os gastos com educação, no caso 20%. Como demonstrarei mais adiante, os vereadores apontavam o não cumprimento da porcentagem estabelecida basicamente como erro do Executivo local, sobretudo do prefeito. Alegavam estar havendo uma priorização de outros setores, mas questiono o fato de que boa parte do destino das verbas passava por aprovação dos vereadores, de forma que, se alguns setores vinham sendo privilegiados, o Executivo não poderia ser o único culpado.

A constituição mineira de 1947 reproduzia a maioria das disposições presentes na constituição federal de 1946, inclusive no item VI do artigo 124, cujo texto é idêntico nas duas constituições, e que afirma que “para o provimento das cátedras no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas”.<sup>39</sup> Ora, Giseli Gatti nos informa que em Uberlândia, sobretudo na E.E. de Uberlândia, os professores foram escolhidos pelos diretores, entre membros “notáveis” da sociedade uberlandense, incluindo aí empresários, farmacêuticos, advogados, médicos, jornalistas, etc. Os primeiros concursos para aquela escola, que por sinal estava sob a alçada do governo estadual e oferecia o ensino secundário, teriam sido realizados já por volta de 1962, de forma que até aquele ano o que era estipulado pelas duas constituições quanto ao preenchimento das vagas para professor não vinha sendo cumprido.

A constituição mineira também previa o auxílio aos alunos “necessitados”, inclusive com colaboração dos municípios, algo que de fato ocorria na cidade de Uberlândia, visto que por muitos anos a contribuição do governo municipal com as caixas escolares destinou-se unicamente a escolas estaduais, ou “grupos escolares”, grupo ao qual elas pertenciam de acordo com a classificação corrente, excetuando-se, por motivos que não ficam claros, a E.E. de Uberlândia, na época, Ginásio Uberlandense. A constituição do estado ainda determinava a instalação de escolas profissionais e dava grande destaque à questão das práticas esportivas nas escolas:

---

<sup>39</sup>MINAS GERAIS. Constituição (1947). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1947. p. 22.

Art. 131. O Estado estimulará e fiscalizará a prática da educação física e dos desportos em todo o seu território.

Parágrafo único. São obrigatórios os exercícios ginásticos em todas as escolas públicas ou particulares.

Art. 132. O Estado promoverá, pelos meios ao seu alcance, a instalação de praças de esportes, na sede dos municípios.

Parágrafo único. As praças de esportes, construídas pelo Estado ou com seu auxílio, e as por ele subvencionadas, deverão receber, obrigatória e gratuitamente, as crianças pobres das escolas primárias.<sup>40</sup>

O incentivo às práticas esportivas perpassa documentos municipais e também pela imprensa da cidade, e nesse aspecto, nota-se uma confluência entre concepções de educação. O texto legal fala em construção de praças nas cidades, e não especificamente nas escolas, e reforça que as “crianças pobres” encontravam-se no ensino primário explicitando a restrição da população trabalhadora e dos pobres a esse nível de ensino. Existe também um breve artigo em que fala-se na promoção e estímulo à criação de bibliotecas populares.

Fazendo um balanço do contexto nacional a partir do trabalho de Giseli Gatti, destaca-se a elaboração das Leis Orgânicas de Ensino, entre 1942 e 1946, visando ordenar os ensinos primário, o mais abrangente na rede pública; secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. A partir de uma estratégica aproximação entre os pressupostos da industrialização e daqueles pensados para a educação, foram criados órgãos como o SENAI e o SENAC, contando com parcerias com o setor privado, sobretudo com a Confederação Nacional das Indústrias. Segundo a autora, estas parcerias foram consideradas necessárias, pois o Estado não dispunha de recursos suficientes para a implantação dos cursos profissionalizantes de modo a satisfazer as necessidades do novo panorama econômico.

A "Reforma do Ensino Primário", em 1946, lançaria as bases para seu funcionamento ao longo dos anos 50 e 60, e teria, segundo Gatti, o objetivo de tornar o ensino mais democrático. Ele se dividiria em dois blocos: (A) Primário Fundamental: 1- Primário elementar, com duração de quatro anos; 2- Primário complementar, com duração de 1 ano, e alunos entre 7 e 12 anos; (B) Primário Supletivo: Com duração de 2 anos, atendendo a adolescentes e adultos.

Além disso, em 1947, seriam abertos cursos para analfabetos adultos. Na mesma época, mais especificamente em 1948, seria encaminhado para o Congresso o projeto para a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases), mas este foi arquivado, e seria votado

---

<sup>40</sup> MINAS GERAIS. Constituição (1947). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1947. p. 23.

apenas em dezembro de 1961. A autora ainda destaca a forte influência da "Escola Nova" sobre a definição dos pressupostos pedagógicos da época.

Já Marilza Rezende traz a discussão para o contexto mineiro e destaca a criação de vínculos com o Programa Americano/Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAE), culminando na criação de um centro experimental no Instituto de Educação de Belo Horizonte. Segundo a autora, o PABAE era fruto de uma aproximação com os EUA pautada nos pressupostos da Doutrina Truman, de forma que seus cursos objetivaram a preparação dos professores mineiros, tornando-os capazes de formar mão-de-obra para a indústria e para o setor público. Foram delineados como objetivos para o período a expansão do ensino público e a aplicação de pressuposto tecnicista e burocrático para a condução da educação pública, orientações que seriam seguidas pelos governos estaduais de Magalhães Pinto (1961-1966), Israel Pinheiro (1966-1971) e Rondon Pacheco (1971-1976), marcando a gradativa substituição da "Escola Nova", predominante nos anos 50, para a Pedagogia Tecnicista, enfática quanto à administração da educação e definição de metodologias de ensino.

Pensemos então nos possíveis desdobramentos das complexas relações entre estado e município no que se refere à educação. A partir do trabalho de Giseli Gatti tive contato com informações sobre o trabalho do diretor Osvaldo Vieira Gonsalves (Vadico), diretor da escola entre 1939 e 1968. Conforme já mencionei antes, o diretor escolhia os professores que atuavam na escola entre representantes da elite local, de forma que o governo estadual se isentou dessa responsabilidade até 1962, quando foram realizados os primeiros concursos para professor na E. E. de Uberlândia, na época, Ginásio de Uberlândia. A autora não fornece maiores detalhes sobre encaminhamento de verbas para a escola, mas aponta que não havia grande influência do governo estadual em questões pedagógicas e definição de currículos.

Dado número da revista "Uberlândia Ilustrada" faz referência ao Patronato de Menores de Uberlândia, donde percebe-se a existência e características de uma instituição voltada para menores abandonados na cidade, diferente das escolas públicas urbanas, e mesmo das escolas municipais rurais. A referida instituição abrigava crianças abandonadas fornecendo-lhes o lar, alimentação, atendimento médico e educação. Situava-se na área rural, em terras conseguidas junto ao governo municipal de José Fonseca e Silva, e foi instalado com a colaboração de Cr\$ 500.000,00 do governo estadual e atuação do Rotary Club. Segundo consta no artigo, o Patronato não contava

com isenção nas taxas de energia e telefone, o que seria lamentável, mas ainda assim a edificação contava com

uma oficina de telas de arame, outra de calçados para aprendizado dos meninos. Uma criação de galinhas. Os meninos ganham remédios, têm um gabinete dentário... Encontraram uma mãe em dona Diva e um pai no Sr. Jerônimo, que tomam conta deles internamente. Boas professoras que os prefeitos Tubal Villela da Silva e José Fonseca e Silva designaram para lá.<sup>41</sup>

No mesmo texto consta ainda que o patronato pertencesse à Fundação de Amparo aos Menores, e sua diretoria era composta pelos cidadãos mais “representativos” de Uberlândia, criticando o fato de que levantavam-se suspeitas quanto ao uso do dinheiro arrecadado para a instituição.

Um primeiro ponto que me chamou a atenção no artigo foi a associação da instituição com a aquisição de habilidades para o mercado de trabalho, e, além disso, as oficinas não se destinavam aos ofícios mais prestigiados, ao contrário do que ocorria com o Ginásio de Uberlândia, tido como instituição formadora de líderes. Giseli Gatti enumera, dentre os eventos realizados no Ginásio, encenações teatrais, aulas e apresentações de canto e instrumentos musicais, estudo de diferentes línguas estrangeiras, e ainda constantes eventos cívicos, que também envolviam alunos de outras escolas e familiares de estudantes, visto que as instalações da escola eram consideradas mais adequadas para a realização de atividades ligadas ao civismo.

Entre as concepções socialmente difundidas em torno da escola, que se projetaram enquanto memórias consolidadas, uma vez que aparecem mesmo em trabalhos acadêmicos sem maiores questionamentos, está a idéia de que o Ginásio era pólo disseminador da “cultura”, presente também em periódicos da época, significando o contato com o erudito. É interessante questionar também sobre as razões da instalação do patronato na área rural. Seria esta uma opção pautada em condicionantes financeiros, ou objetivava-se separar aqueles menores do convívio com população urbana? Um ponto a favor deste último argumento consiste no fato de que os menores recebiam a instrução no patronato, ao invés de freqüentarem o ensino regular. Por fim, as questões de ordem, saúde e educação aparecem intimamente associadas, o que percebi também em outros tipos de documentos com que tive contato ao longo da pesquisa.

---

<sup>41</sup> UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 18. Uberlândia, fevereiro de 1954. p. 28. Ao final do artigo consta que o texto fora extraído do jornal Correio de Uberlândia, mas não existem informações sobre a data de publicação do texto original, ou mesmo paginação.

Se por um lado, na cidade de Uberlândia, as medidas tomadas pelo legislativo e pelo executivo não apontam para mudanças significativas nas concepções referentes à educação pública, a nível estadual começavam a ser definidas novas diretrizes para a educação. De acordo com Marilza Rezende, o início dos anos sessenta foi marcado por uma instabilidade econômica que refreou os ânimos do avanço econômico e industrial. Como medida para atenuar os efeitos de tal quadro foi criado o BDMG, vários estudos técnicos foram feitos para um diagnóstico da situação, e ao final, concluiu-se que os projetos modernizantes poderiam ter seqüência. No caso da educação, mas também de outras áreas, como a saúde, começava a pesar a influência de órgãos internacionais, como no caso da UNESCO. O peso desta influência era significativo porque, no Brasil, tradicionalmente nossos representantes buscaram seguir as orientações destes órgãos visando criar uma visão favorável do país no exterior.

Boa parte das fontes listadas no trabalho da autora em questão era oriunda do arquivo da 26ª Delegacia Regional de Ensino, responsável pelo Triângulo Mineiro, com sede em Uberlândia. A Delegacia foi instalada em Uberlândia em 1965, mas os documentos da autora remontam a anos anteriores, do período em que vigorava o Agrupamento de Inspetorias Regionais. A autora também fez uso de periódicos oficiais, sobretudo o “Diário Oficial de Minas Gerais”, onde eram publicados pronunciamentos de ocupantes de cargos do governo estadual e leis, pareceres, emendas, etc.

A autora discute a Lei 2610 de janeiro de 1962, que instituía o “Código do Curso Primário”, sob o governo de Magalhães Pinto, e que vinha sendo elaborado desde o final do mandato estadual de JK. Esta legislação estava marcada por uma intensa racionalização, burocratização e hierarquização das funções no ensino público; estabelecia também as categorias de instituições escolares, sendo elas “jardim de infância”, “escola singular”, “Escolas Combinadas”, “Escolas Reunidas” e “Grupos escolares”, cujo principal critério era a quantidade de matrículas, mas a autora não fornece maiores detalhes sobre estas classificações. No que se refere ao funcionalismo público em educação, a autora ressalta que os concursos se tornaram mais freqüentes, bem como as funções melhor definidas, mas ainda não eram estabelecidos os planos de carreira. A legislação em questão também instituiu as delegacias regionais de ensino, as inspetorias seccionais e inspetorias escolares municipais, objetivando facilitar a fiscalização e oferecer apoio técnico. A divisão das delegacias de ensino foi feita a partir da averiguação da importância geo-econômica de cada cidade, de forma que Uberlândia vinha se consolidando como liderança do Triângulo Mineiro. Por meio de

portarias e comunicados oficiais, o governo estadual gradativamente efetuava as mudanças:

Estabelece-se uma intensa divisão do trabalho educativo dentro da escola revelada pela fragmentação das funções cuja consequência é a perda da dimensão global do trabalho pelo professor, que continua ainda sem um Estatuto do Magistério que estabelecesse as bases de seu trabalho.<sup>42</sup>

Marilza Rezende caracteriza o início dos anos 60, no plano político, como tendo sido marcado por embates entre o governo estadual de Magalhães Pinto e o governo João Goulart, sendo que em Minas era disseminado um discurso de ampliação da rede pública de ensino, a educação voltada para o desenvolvimento; mas ainda assim o governo estadual fez acordos com o MEC no sentido de cumprir o Plano Trienal de Educação do Governo Federal, incluso no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social para 1963 e 1965. A autora acima mencionada afirma que o Plano Trienal colocava a educação como direito de todos, buscando então abrir o sistema educacional ao maior número possível de alunos, o que lançava perspectivas de ampliação maciça dos recursos para a educação. Contudo, com o golpe de 1964 o Plano Trienal fora abandonado, bem como a maioria das medidas que iriam ser tomadas em função dele, e assistiu-se á deteriorização da educação pública, por mais que o número de matrículas estivesse realmente em ascensão.

Os pronunciamentos do governador do estado e do secretário estadual de Educação, Faria Tavares publicados no periódico “Diário Oficial de Minas Gerais”, permitem identificar os principais objetivos definidos para a rede pública. Dentre os pontos que Marilza Rezende extraiu do documento eu destaque, na fala de Faria Tavares, publicada em 1965, os seguintes pontos:

- a) Educação como processo social reflete a perspectiva dominante, inclusive sua noção de infância, que pensava esta fase da vida como sendo estratégica para a transmissão de valores e idéias;
- b) A escola prepararia a criança para interpretar cientificamente os problemas contemporâneos;

---

<sup>42</sup> REZENDE, Marilza Abrahão Pires. A educação mineira dos anos 60 / 70. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 1993.p. 45

- c) Integração da escola com a comunidade, por meio das diferentes formas de associação, sendo que o secretário citou sindicatos, igreja e o próprio lar; o que deveria ser feito a partir de conteúdos e metodologias específicos;
- d) Um apelo à idéia de educação para a vida, o que colocava a necessidade de se pensar o tempo presente vivenciado pela comunidade escolar;
- e) Transmitir a convivência democrática e o respeito à liberdade como conquistas da humanidade.

Do pronunciamento do Governador Magalhães Pinto, também extraído do Diário Oficial de Minas Gerais, e também publicado em 1965, chamou-me a atenção:

- a) A ênfase dada á ampliação das matrículas ocorrida entre 1961 e 1963 associada a várias reformas e inaugurações;
- b) Fala-se da necessidade de adequação dos currículos às mudanças na “evolução social Brasileira”<sup>43</sup>;
- c) Os ideais democráticos foram vinculados com a aceitação dos deveres e participação nos direitos;
- d) A disciplina “Estudos Sociais” é apontada como caminho para a ampliação das visões de mundo e da consciência crítica;
- e) Estímulo à cultura popular aliada ao ideal de transformação do meio, visto que considerava o “homem não mais objeto, e sim sujeito de sua própria história, de seu próprio destino”.<sup>44</sup>

As idéias divulgadas no referido periódico oficial apontam para a adoção da Escola Nova enquanto principal orientação pedagógica, bem como mostram a proximidade do governo Magalhães com os pressupostos dos grupos ligados ao golpe de 1964, principalmente na forma limitada com que pensavam a democracia. Por traz do discurso que a destaca, existia o esforço por fazer da educação um meio disseminador das ideologias do grupo dirigente e a crença na educação como um dos veículos para a modernização e o desenvolvimento. Segundo a autora, havia nestas medidas o peso das orientações da UNESCO, de estudos sobre educação na América Latina, e um diálogo com a LDB, principalmente no artigo 20, que pregava a adequação da educação ao

---

<sup>43</sup> REZENDE, Marilza Abrahão Pires. A educação mineira dos anos 60 / 70. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 1993.p.50.

<sup>44</sup> Idem , Ibidem. p. 51.

contexto regional/social. A partir da orientação tecnicista, a educação também foi tratada como campo privilegiado para a experimentação e o aperfeiçoamento.

Uma interessante idéia que Marilza Rezende destaca no periódico associa a desqualificação profissional ao desemprego, de forma que não frequentar os bancos escolares levaria inevitavelmente ao desemprego. Desta forma, o desemprego era tido como causado por deficiências na trajetória pessoal de cada indivíduo, e não como aspecto inerente ao desenvolvimento capitalista marcadamente excludente. Um ponto a destacar é que Marilza Soares não discute teórico-metodologicamente a utilização da imprensa como fonte de pesquisa. O periódico por ela utilizado ainda apresenta a peculiaridade de ser um órgão oficial, o que, a meu ver, implica numa maior aceitação da parte de seu público. Como o periódico anunciava medidas já definidas pelo governo estadual, ele não tinha o caráter de meio para exposição de opiniões inerente a vários órgãos de imprensa, que muitas das vezes abrem espaço para cartas de leitores. Desta forma, o “Diário Oficial de Minas Gerais” propunha-se basicamente a informar a população das decisões tomadas, e não parece ter identificado a população com a definição destas decisões.

Crescia a tendência a um tratamento mais direto dos currículos escolares, de forma que História, Geografia e Educação Moral e Cívica por Estudos Sociais; além do fato de que eram definidos conteúdos, métodos e objetivos para cada disciplina. No Diário Oficial de Minas Gerais, por exemplo, foi publicada uma matéria que anunciava a autorização para a disciplina “Arte, Trabalho e Vida”, no dia 03 de fevereiro de 1965, no primário, para aprendizado de profissões, conforme comentou a autora:

O curso teria a duração de quatro anos (da 1ª à 4ª séries) compreendendo várias matérias: carpintaria, sapataria, culinária, costura, artes decorativas, enfermagem de urgência, técnicas domésticas, eletricidade caseira, interpretação, tecelagem e outros.<sup>45</sup>

No mesmo ano aconteceu a instalação das Delegacias Regionais de ensino, em dezembro de 1965, significando uma crescente burocratização, descentralização, hierarquização e maior presença estatal conforme se aproximava dos anos 70. No caso da elaboração de documentos oficiais e currículos, teria havido significativa participação

---

<sup>45</sup> REZENDE, Marilza Abrahão Pires. A educação mineira dos anos 60 / 70. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 1993.. pp. 54-55.

da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o que mostra a preocupação em apoiar as medidas em educação em bases científicas.

Conforme afirmou Rezende, a intervenção do governo estadual tendeu a aumentar nos anos sessenta, e percebi reflexo disso no trabalho de Giseli Gatti, quando esta afirma que a partir de 1962 foram realizados os primeiros concursos públicos para professores no Ginásio de Uberlândia, de forma que o diretor não mais os escolheria. Não fica claro se passou a ser exigida a formação em licenciatura a partir da abertura dos concursos. Na época não havia cursos superiores em licenciatura na cidade, mas havia o Colégio Normal, que formava professoras para atuarem, sobretudo no ensino primário.

Provavelmente acompanhando a onda desenvolvimentista, a ACIUB, juntamente com lideranças políticas da cidade, viria a instalar a Faculdade de Engenharia em Uberlândia, questão discutida por Selmane Felipe. A instalação da faculdade, bem como da Cidade Industrial, foram marcadas pelo clima de rivalidade com a cidade de Uberaba, o que também refletiu na definição da sede da Delegacia Regional de Ensino, conforme foi registrado em ata da Câmara Municipal citada no trabalho de Selmane Oliveira:

(...) está para ser instalada no Triângulo Mineiro a Delegacia Seccional de Ensino. Os políticos de Uberaba já se movimentam para levar para aquela cidade a referida delegacia. Uberlândia não pode ficar para trás em relação ao ensino. Conclama a todos para que se unissem e trabalhassem no sentido de trazer a Delegacia Seccional de Ensino para Uberlândia.<sup>46</sup>

Percebo neste documento a tendência das lideranças políticas locais no sentido de generalizar a ideologia da rivalidade com Uberaba a toda a população, ocultando os interesses de classe aí envolvidos. Além disso, as questões de desenvolvimento e progresso estão associadas à educação, mas mais uma vez, não se trata de pensá-la como meio para modificar as relações sociais. Se Uberlândia vinha se tornando liderança do Triângulo Mineiro, os grupos dominantes, mais próximos aos cargos políticos, se beneficiavam disso e tratavam de reivindicar a concentração de recursos e instituições em Uberlândia.

---

<sup>46</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da reunião ordinária realizada em 24/08/1964, Livro n. 89, folha 61. Apud OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte; Uberlândia (1950-1985). Uberlândia: Rápida editora, 2002.p. 55.

A constituição federal de 24 de janeiro de 1967 não trouxe significativas alterações no que se refere à educação, sobretudo se comparada à constituição de 1946. Destaco no documento os seguintes trechos:

Art. 176. §2º. Respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudos.

§3º. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas:

- I. O ensino primário somente será ministrado na língua nacional;
- II. O ensino primário é obrigatório para todos, dos sete aos quatorze anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais;
- III. O ensino público será igualmente gratuito para quantos, no nível médio e no superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos;
- IV. O Poder Público substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição que a lei regulará.<sup>47</sup>

É evidente o incentivo dado ao ensino privado, tendência que observei também nas fontes referentes a Uberlândia, de forma que a concessão de bolsas foi prática recorrente ao longo do período de que trato nesta pesquisa, além do fato de que várias instituições particulares foram declaradas de utilidade pública, como no caso do Colégio Tiradentes, Colégio Inconfidência, Colégio Anchieta, Instituto Irmã Tereza Valsé Pantellini, Gynásio Presidente Kennedy, Colégio D. Pedro I e Colégio Helena Antipoff. Na maioria dos processos que tratavam disso, afirma-se que as instituições foram declaradas de utilidade pública “pelos relevantes serviços que vem prestando à comunidade”.<sup>48</sup> Existe uma especificação da faixa etária a ser atendida na rede pública, e estipula-se a renda e o aproveitamento escolar como critérios para o acesso a bolsas ao “ensino médio”, termo que não aparecia na constituição anterior, onde ainda falava-se em “ensino secundário”.

O critério da renda é plausível, funcionaria como medida de compensação das desigualdades, ainda que a concessão de bolsas iria sempre atender um número pequeno de alunos, como de fato ocorria em Uberlândia, algo muito menos expressivo do que a extensão da obrigatoriedade do ensino público ao nível médio. O critério do aproveitamento é extremamente excludente, as bolsas deveriam atender a alunos com boas e com más notas indiscriminadamente, mas talvez os elaboradores da constituinte

---

<sup>47</sup> BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1982. pp. 9091.

<sup>48</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1988, projeto n. 1689. Declara de utilidade pública o Colégio Anchieta. Câmara municipal de Uberlândia, 26 de maio de 1964.

tenham avaliado ser uma má aplicação dos recursos ajudar a alunos com “mal aproveitamento”.

Por incrível que pareça esta tendência permaneceu por décadas e chega aos dias de hoje em programas como o “Escola Referência”, que destina mais recursos às escolas que se destacam em avaliações do governo. Além disso, as bolsas eram destinadas diretamente às instituições e não se fala em formas de auxílio para os alunos se manterem estudando. A constituição deste ano não faz qualquer menção à porcentagem a ser destinada à educação. Tanto a Constituição de 1946 quanto a de 1967 determinam que empresas comerciais e industriais deveriam manter, em colaboração com o Estado, cursos de aprendizado técnico, e no caso da constituição mais antiga, fala-se na obrigatoriedade de treinamento da mão-de-obra menor de idade.

A constituição mineira de 1967, em linhas gerais, segue as tendências da constituição federal sendo pontos marcantes o valor de 20% das receitas para a educação, o incentivo à distribuição de bolsas, e a concentração do ensino público gratuito no nível primário. Um ponto que se diferencia da constituição federal diz respeito à educação de “excepcionais” que deveria ocorrer sobretudo por meio de convênios com entidades particulares. A obrigatoriedade da realização de provas para preenchimento de cargos de professor se restringia aos níveis médio e superior oficiais. A constituição em questão já continha elementos próprios da ditadura militar visto que impunha a educação moral e cívica aos diversos graus de ensino e afirmava que “é assegurada liberdade de comunicação de conhecimentos ao exercício do magistério, ressalvado o disposto no artigo 154 da Constituição Federal.”<sup>49</sup>

Uma edição de 1941 de *Uberlândia Ilustrada* trazia dados estatísticos de Uberlândia, donde consta que o município tinha, na época, 24.245 habitantes, 32 estabelecimentos de ensino e 4.925 matrículas, o que não remete necessariamente a uma frequência regular dos alunos, ou mesmo continuidade dos estudos; ou seja, 20,3% da população se encontravam teoricamente estudando. A abrangência de temas da revista *Uberlândia Ilustrada* mostra a variedade de temas sobre os quais Jerônimo Arantes e seus pares tratavam, visto que ele não deve ser pensado como sujeito isolado<sup>50</sup>.

A “instrução” foi tema recorrente em diferentes números da revista, e está presente de forma significativa na coleção também intitulada *Jerônimo Arantes*,

---

<sup>49</sup> MINAS GERAIS. Constituição (1967). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Serviço de Documentação e Divulgação, 1979. p. 70.

<sup>50</sup>UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 9. Uberlândia, abril/1941.

organizada no Arquivo Público de Uberlândia. Um tema recorrente nas fotografias é a realização de desfiles escolares na cidade, sobretudo em comemorações cívicas, mostrando a identificação de Arantes com os ideais de ordem e civismo. No trecho supracitado, percebo uma preocupação com a formação de uma memória do município marcadamente elitizada, e no interior da qual se encontravam concepções específicas de educação, já que predomina a idéia de que Uberlândia é uma cidade onde a “instrução” progride, percepção comum também a outros órgãos de imprensa, como demonstrarei mais a frente, e como pode ser constatado no trecho anteriormente reproduzido do jornal “O Estado de Goyaz”.

No trabalho de Giseli Gatti, percebi também essa questão da idéia de uma cidade que valoriza as letras, cuja população busca a erudição, sobretudo a partir dos depoimentos e fontes escritas que a autora utilizou<sup>51</sup>. A autora trata do *Gymnásio Mineiro*, criado em 1912, que seria doado ao governo estadual em 1929, e viria a se chamar Escola Estadual de Uberlândia. Em relação a essa escola criou-se a idéia de que, mesmo sendo pública, ela teria sido fundamental para a formação de jovens da elite local, que chegavam ao ensino superior, e viriam a ser médicos, advogados, políticos, artistas, empresários, etc., influentes na cidade.

As atividades realizadas na escola incluíam teatro, música, diferentes línguas estrangeiras, além das disciplinas tradicionalmente presentes nas instituições de ensino. Isso mostra que o ensino público já nesta época não era padronizado, havendo diferenças consideráveis entre as instituições, e que a idéia de uma cidade valorizadora da erudição é bastante parcial, já que não podia ser generalizada ao conjunto da população, como tentarei demonstrar por meio dos resultados obtidos na documentação. De qualquer forma, a idéia de defesa da erudição estava difundida em órgãos de imprensa, nas falas colhidas por Giseli Gatti, proferidas por ex-alunos e ex-professores da referida instituição, e mesmo em documentos ligados aos poderes públicos, e era tida como valor inerente a toda a população uberlandense.

A autora supracitada lembra que nos seus primórdios a educação em Uberlândia esteve associada basicamente à rede privada, inclusive as primeiras escolas da cidade eram privadas, e mesmo após a construção das primeiras escolas públicas, predominavam instituições privadas. Em um outro artigo, escrito em parceria com

---

<sup>51</sup>GATTI, Giseli Cristina do Vale. *História e representações sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929-1950)*. Uberlândia, 2001. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em Educação.

Décio Gatti Jr. e Geraldo Inácio Filho, a autora destaca a criação de outras escolas, o Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, em 1915; e o Grupo Escolar Minas Gerais, que viria a se chamar Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa, em 1932. Além desse “privatismo”, que perduraria até a década de 40, os autores destacam a presença significativa do ensino confessional na cidade<sup>52</sup>. Luciana Carvalho e Carlos Carvalho dedicaram-se ao estudo da criação do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão, destacando a os discursos de Honório Guimarães, primeiro diretor da instituição, proferidos na ocasião da inauguração, que também teria detectado o número reduzido de escolas públicas:

Pelos quadros 2 e 3 acima vemos que, no conjunto das cidades do Triângulo Mineiro, pelo menos até 1940, há uma supremacia do ensino privado em relação ao público, vindo esta constatação a justificar as preocupações do professor Honório Guimarães, preocupações estas que se agravam quando comparamos o inteiro mineiro com o interior do estado de São Paulo (ver quadro 3). Segundo ele não haveria como iniciar o processo de erradicação do analfabetismo no município de Uberabinha, se não se constituísse o grupo escolar num instrumento civilizador da sociedade.<sup>53</sup>

A educação pública era, como percebemos no trecho acima, recorrentemente associada a personalidades da elite, a nomes particulares, ao invés de ser vista como empreendimento estatal, pensado coletivamente, por determinados grupos mais próximos aos cargos administrativos. A educação aparece como iniciativa de figuras “ilustres”, concepção presente em órgãos de imprensa, como no caso da revista *Uberlândia Ilustrada*, em cuja edição de julho de 1940, comemorativa da história da fundação da cidade, destaca-se a família dos Carrejos, que conforme já dito, criaram uma escola em suas terras. Já em julho de 1941, a publicação foi dedicada à “instrução”, com uma foto de Getúlio Vargas ocupando quase toda uma página, e colocando a defesa dos objetivos e funções para a educação definidas pelo Estado Novo, além de fotografias e informações variadas sobre diferentes instituições de ensino, de forma que as escolas particulares eram mais numerosas e receberam maior espaço no periódico desta data<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> GATTI, Giseli Cristina do Vale; GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. A escola na cidade: a criação das instituições escolares em Uberlândia, Minas Gerais, na primeira metade do século XX. In.: *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia. N. 5. jan./dez. 2006.

<sup>53</sup> CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de. As singularidades do Grupo escolar Bueno Brandão no processo de construção da modernidade (Uberabinha- MG, 1915-1929). In. : *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia, Edufu. N. 2. Jan./dez. 2003. p. 135.

<sup>54</sup> UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 10. Uberlândia jul./1941. A revista em questão era abundante em imagens, mas pouco posso dizer das mesmas pois o Arquivo Público disponibiliza para consulta apenas fotocópias da revista.

O jornal a *Tribuna*, por sua vez, publicou, em 24 de outubro de 1934, ano em que a Grupo Escolar Minas Gerais passou a se chamar Grupo Escolar Dr. Duarte, matéria comentando a colocação de um quadro com foto do homenageado na escola. A matéria girou em torno das presenças “ilustres” na cerimônia, destacando ainda que o jurista que nomeava a escola deveria ser tomado como “exemplo” para os estudantes dali<sup>55</sup>.

Em meio aos dados estatísticos divulgados na revista *Uberlândia Ilustrada* fica visível a predominância de escolas rurais, característica marcante nas décadas que precedem o período destacado pela presente pesquisa, mas também em períodos anteriores. Como já afirmei anteriormente, apesar do avanço da industrialização, os latifundiários eram, no final dos anos 40, ainda era extremamente influente sob vários aspectos, e suas fazendas tinham trabalhadores, que por sua vez tinham filhos em idade de iniciar os estudos. De acordo com Sandra de Lima, isso era desdobramento de esforços iniciados a partir de 1910 que envolviam a multiplicação das escolas rurais até mesmo para conter o êxodo rural, já que os trabalhadores não precisariam mais se mudar para a cidade para garantir aos filhos a educação primária.<sup>56</sup> O número de escolas rurais era maior que o de escolas urbanas nas estatísticas encontradas ao longo da pesquisa, mas o número de alunos nas escolas urbanas era muito maior, o que pode ser atribuído a uma quantidade menor de alunos por unidade escolar, e como demonstrarei mais adiante, muitas das escolas rurais não possuíam instalações próprias, funcionavam misturadas a residências familiares.

As escolas rurais continuariam aumentando em quantidade, de forma que em 1952 haviam 44 delas<sup>57</sup>, e em 1954 o número subira para 51 escolas<sup>58</sup>. Os jornais da época, sobretudo o “*Correio de Uberlândia*”, além de publicarem estatísticas sobre o ensino na região, denunciavam a precariedade do ensino rural, indo desde a má

---

<sup>55</sup> COLOCAÇÃO do quadro do Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa. *A Tribuna*. Uberlândia, 24 out. de 1934. pp. 1 e 4. Interessante apontar, neste periódico, é comum as matérias começarem em uma dada página e serem concluídas duas ou mais páginas adiante. É possível que fosse uma estratégia para que o leitor conhecesse, já na primeira página, os destaques do jornal, já que nestas publicações da época não havia o recurso das manchetes. Em jornais atuais, existe a manchete das notícias com algumas frases apontando para o tema das matérias, e a indicação da página em que o leitor encontraria a matéria na íntegra. O jornal destacou adesão de pessoas de todas as classes sociais, todas as religiões, independentemente de posições políticas, o que supõe que o periódico buscava transmitir uma idéia de unanimidade do apoio de Uberlândia ao golpe de Estado.

Era também rico em anúncios do comércio local.

<sup>56</sup> LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros*: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Campinas: São Paulo, 2004. (tese de doutorado)

<sup>57</sup> INSTRUÇÃO Municipal. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 15 dez. de 1951. p. 2

<sup>58</sup> INSTRUÇÃO Municipal. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia. 25 abr. de 1955.

formação das professoras até as más condições dos locais onde funcionavam as salas de aula. Estas más condições também apareceram em relatórios de Jerônimo Arantes, produzidos no período em que ele foi Inspetor Municipal de Ensino, de 1933 a 1946, e também nos anos em que fora Chefe do Serviço de Educação e Saúde, entre 1946 e 1959, citados por Sandra Fagundes de Lima. Mas como bem lembra a autora, as críticas de Arantes eram bem menos incisivas do que aquelas divulgadas na imprensa, no caso dele, predominava uma postura amena e a exaltação ao comentar as iniciativas do poder público em prol da educação.

Considerarei significativo, e preocupante, o fato de que essa associação entre a educação pública e indivíduos da elite uberlandense é comum em vários documentos, e chega a trabalhos acadêmicos sem maiores questionamentos. Giseli Gatti comenta da seguinte forma a fala de um ex-aluno da E. E. de Uberlândia, que fala a respeito da atuação de Osvaldo Vieira Gonçalves, diretor de 1939 a 1968:

Na época a impressão que ele tinha era a de que a escola era do professor Vadico e não do Estado.

É possível perceber que não se pode falar do Colégio Estadual de Uberlândia, sem mencionar o Professor Osvaldo Vieira Gonçalves, pois, segundo ex-alunos do Colégio, a escola recebeu a marca dele.<sup>59</sup>

Segundo a autora, o referido diretor escolhia os professores entre médicos, farmacêuticos, advogados, etc. porque não havia cursos de licenciatura na cidade e os primeiros concursos públicos para professor na instituição por ela investigada só seriam realizados na década de 60. Mas ainda assim, não penso que a escola pudesse ser dissociada da educação pública como um todo, até porque, recebia recursos estatais, nem deveria ser tão reduzida ao personalismo, já que o diretor pertencia a grupos específicos e provavelmente defendia seus respectivos interesses. Num caminho parecido, Luciana e Carlos Carvalho, ao tentar estabelecer as motivações de Honório Guimarães para a defesa de algumas concepções, limitam-se a identificar suas influências intelectuais, sem preocuparem-se com sua inserção nas relações sociais:

Sendo a educação produtora de importantes transformações para o conjunto da sociedade, justifica-se sua categorização de coisa pública. Percebe-se então uma filiação de Honório Guimarães ao pensamento de Émile Durkheim, haja vista a crença de ambos no progresso social, ficando isto

---

<sup>59</sup>GATTI, Giseli Cristina do Vale. *História e representações sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929-1950)*. Uberlândia, 2001. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em Educação. P. 113.

evidenciado no momento em que eles expressavam suas preocupações para com o exercício da cidadania pois esta dar-se-ia pela educação, cujo objetivo era fornecer à sociedade os elementos primordiais de acesso ao conhecimento.<sup>60</sup>

. Concluo que no início dos anos 50 a educação neste município já se distanciava, quantitativamente, do “privatismo” de décadas anteriores. Procuo a partir desta constatação, perceber de que forma houve mudanças qualitativas, referentes aos objetivos para a educação, definição de estratégias, prioridades e do público a ser atendido, e se estas mudanças foram de fato significativas no período de 1950 a 1960, estando também atento a questões para além do âmbito municipal que possam ter sido influentes.

Outra questão a se discutir diz respeito às relações entre o estado e o município no tocante à educação. Em alguns processos da Câmara tem-se medidas tomadas no sentido de conservar e/ou reformar grupos escolares, com recursos da prefeitura, como no caso duma limpeza realizada no Grupo Escolar Dr. Duarte e da construção de muros para os novos grupos, processos que analiso detalhadamente mais adiante. Além disso havia a contribuição às caixas escolares dos grupos sob responsabilidade do estado feita pela prefeitura. Tanto periódicos quanto documentos oficiais da época apontam para uma insatisfação em meio a elite e os dirigentes da cidade que acreditam que o estado deixava a desejar no repasse de verbas para a cidade. A despeito desta deste clima de insatisfação, convênios e parcerias significativas foram estabelecidas entre estado e município como percebe-se no processo a seguir:

Fica aprovado o convênio celebrado em 31 de agosto de 1968, entre a Prefeitura Municipal de Uberlândia e o governo do Estado de Minas Gerais, para instalação, em salas de aulas de grupos Escolares da cidade, nos dois primeiros anos, até 24 turmas de 1ª e 2ª séries ginasiais, anexas ao Colégio Estadual de Uberlândia.<sup>61</sup>

Nos termos do convênio consta que nos dois primeiros anos de funcionamento das turmas o ônus do mesmo seria de exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal de Uberlândia, incluindo pagamento de salários, manutenção e compra de

---

<sup>60</sup> CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de. As singularidades do Grupo escolar Bueno Brandão no processo de construção da modernidade (Uberabinha- MG, 1915-1929). In. : *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia, Edufu. N. 2. Jan./dez. 2003. p. 132.

<sup>61</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2720, projeto 2311. Aprova convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais. Uberlândia, 18 de fevereiro de 1968.

materiais. Já a partir de 1971 as despesas recairiam exclusivamente sobre o Estado de Minas Gerais. Para o preenchimento das vagas, seriam adotados os procedimentos convencionais, mas de forma que tivessem prioridade os alunos residentes nas proximidades da escola. Determinou-se a gratuidade do ensino nas turmas anexas, mas seria “permitida” uma cobrança na matrícula que não poderia ser superior a 20% do salário mínimo vigente na região, de forma que os valores adquiridos desta forma seriam aplicados pela diretoria das escolas. Seria dada preferência aos professores com licenciatura e/ou registro permanente para preenchimento das vagas; e o diretor por sua vez, seria indicado pelo diretor do Colégio Estadual de Uberlândia; a definição dos currículos seguiria as determinações legais vigentes para as escolas já estabelecidas.

A documentação analisada ao longo desta pesquisa não permite afirmar com precisão às quantas andava o repasse de verbas do governo estadual para o município. O que se percebe é uma confluência de tendências e concepções sobre a educação. As formas de assistência aos alunos carentes são defendidas tanto no âmbito estadual quanto no federal; a maioria das medidas tomadas tem mais caráter paliativo do que um enfrentamento efetivo dos problemas, como no caso acima, já que foi preferível utilizar instalações já existentes ao invés de construir novas escolas. Ainda assim, se as turmas eram de “magistério”, termo que foi paulatinamente substituindo “ensino secundário”, consistiam em obrigação do governo estadual responsável por este nível de ensino, de forma que a afirmação de que havia um desequilíbrio no repasse de verbas e divisão das obrigações do estado e do município não era de todo infundada. Ainda assim, as comissões que avaliaram a proposta aprovaram-na alegando sobretudo que era de grande interesse para o município.

Nos capítulos a seguir analiso processos da Câmara Municipal de Uberlândia e jornais e revistas publicados em Uberlândia no período destacado na presente pesquisa. Um ponto em comum entre estes dois blocos de fontes foi o silêncio total quanto ao envolvimento da população nas medidas direcionadas à educação, ou seja, não se fala em reivindicações populares, ou envolvimento de associações ou movimentos sociais. Pela documentação analisada não é possível apreender o grau de envolvimento destes grupos e associações mais próximos das classes trabalhadoras. Mas isso não quer dizer que não tenha havido mobilização, já que algumas associações são mencionadas, elas apenas não foram consideradas significativas na condução das políticas para a educação pública, de forma que são destacadas tanto a iniciativa privada quanto a “eficiência” de representantes da política institucionalizada.

## Capítulo 2

### **O poder público municipal e a educação: projetos e medidas implementadas**

A partir do que foi anteriormente exposto, forma-se um quadro geral do contexto histórico e da estruturação do ensino público em Uberlândia, sobretudo do ponto de vista das leis, levando-se em conta as inter-relações entre união, estado e município. A seguir, analiso de forma mais detalhada os processos da Câmara Municipal de Uberlândia, de forma a procurar neles indícios de como a educação pública estava sendo pensada e administrada. É também possível abordar as aproximações e distanciamentos entre o que determinava o estado de Minas Gerais e a poder público municipal, bem como buscar nestas fontes as relações com o quadro econômico, social e político acima descrito.

Algumas questões mais específicas podem ser percebidas em meio aos documentos da Câmara Municipal de Uberlândia, como é o caso da concessão de bolsas de estudo para manutenção de alunos pobres em estabelecimentos de ensino privado, a “Bolsa Uberlandense”. Na ata da reunião do dia 10 de agosto de 1949, fala-se nas dificuldades enfrentadas pelo projeto, de forma que estava sendo feito um projeto de lei autorizando o município a aumentar a importância em dinheiro dispensada para as bolsas. Na mesma ata, há referência à aprovação de projeto de lei autorizando a construção de mais escolas pela rede municipal<sup>62</sup>.

A concessão de bolsas foi tema presente também em processos da Câmara, os quais analiso adiante, ao longo dos anos 50 e 60, de forma que aumentou o número de instituições privadas cadastradas no programa, bem como o valor destinado a cada uma delas. Na ata da reunião do dia 27 de agosto de 1949 existe menção à fiscalização das bolsas, e são referenciadas 3 instituições que participavam do programa: “Correspondência expedida: (...)aos Colégios ‘Nossa Senhora’, ‘Brasil Central’ e ‘Liceu de Uberlândia’ solicitando informações sobre alunos matriculados mantidos pela ‘Bolsa Uberlandense de estudos’...”<sup>63</sup>. Interessante notar que são solicitadas informações sobre os alunos, e não sobre o uso dos recursos por estas instituições. Percebo nessa prática

---

<sup>62</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da sétima sessão da terceira reunião ordinária em 1949. 10 de agosto de 1949.

<sup>63</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da décima primeira sessão da terceira reunião ordinária em 1949. 27 de agosto de 1949. folha 8.

uma valorização da iniciativa privada, e também do esforço individual como critério de acesso a certos privilégios pois, como mostrarei adiante, a bolsa era concedida a “alunos de destaque”.

Desta forma, teriam acesso a um ensino de qualidade apenas quem pudesse pagar por ele, ou se destacasse o bastante nas instituições públicas e recebessem a chance de estudar nas instituições supracitadas, ou ainda quem tivesse a chance de estudar na E. E. de Uberlândia, que mesmo sendo pública, parece ter atendido majoritariamente alunos oriundos das classes dominantes, como percebi no trabalho de Giseli Gatti. Assim, o município, através do executivo e do legislativo local, destacava o fornecimento de bolsas ao invés de mais investimentos na educação pública de forma que um número bem maior de alunos pudesse ter acesso a um ensino de qualidade. A autora supracitada afirma que a partir dos anos 50 o número de alunos matriculados na E. E. de Uberlândia crescera significativamente, mas havia sido mantida a “tradição” de acolher os futuros líderes locais, que eram na sua maioria oriundos de famílias que já tinham renome na cidade.

Trata-se de uma medida geograficamente restrita, semelhante a tantas outras que percebo na atualidade, que concedia auxílio a poucos para que tivessem acesso a uma educação diferenciada, de forma que a grande maioria dos alunos da rede pública se manteria nas escolas públicas, que na maioria dos casos, forneciam apenas o ensino primário, correspondente do atual ensino fundamental. Não havia, com medidas assim, possibilidade de alteração significativa das relações sociais e das condições de vida da maioria da população, talvez porque o objetivo principal fosse justamente restringir a escolaridade das crianças oriundas das classes trabalhadoras.

Outro elemento visível nos processos da Câmara Municipal diz respeito à concessão de auxílios aos caixas escolares dos grupos escolares da cidade afim de que alunos pobres pudessem manter a frequência às aulas. A “Caixa Escolar” já foi comentada acima, quando eu tratava de uma edição do jornal “A tribuna” da década de 30, mas ao que tudo indica, permaneceu com caráter bastante parecido nos anos 50, conforme pude notar nos processos da câmara de vereadores.

Tanto a concessão de bolsas quanto o auxílio às caixas escolares foram elementos presentes nas propostas orçamentárias referentes ao período entre 1950 e 1970. É o caso da proposta para o ano de 1950, mas é interessante notar que o auxílio aos caixas escolares não era incluído entre os gastos com educação, mas sim entre as despesas com “Segurança Pública e Assistência Social, configuração esta que seria

mantida até o final dos anos 60. No ano em questão foram destinados Cr\$ 15.000,00 para o auxílio às caixas escolares, divididos entre os grupos escolares Bueno Brandão, Dr. Duarte e Cel. Carneiro. Já o gasto previsto com a manutenção de “alunos pobres” em escolas particulares foi orçado também em 15 mil cruzeiros divididos para três colégios: Colégio Nossa Senhora das Lágrimas, Colégio Brasil Central e Escola Técnica de Comércio; encontrando-se inserido no campo da Educação Pública, o que não deixa de ser curioso, visto que as verbas iriam para instituições particulares, além de atender número reduzido de alunos. O total proposto para a educação pública foi de 1.136.480 cruzeiros, ao passo que em 1948 teriam sido gastos 583.422,20 cruzeiros.

O pagamento dos trabalhadores da educação também era apontado nas propostas divididos nos grupos de “Pessoal Fixo” e “Pessoal Variável”. Havia as categorias de “Professoras diretoras”, que receberiam, de acordo com o orçamento para 1950, Cr\$ 7.200,00 ou Cr\$ 6.400,00; “Professoras de escolas urbanas”, a Cr\$ 6.000,00 ou Cr\$ 7.200,00; “Professoras de escolas rurais”, com as duas opções de pagamento anteriores. Serventes de escolas primárias estavam incluídas no pessoal variável, com pagamentos de 3.000 cruzeiros ou de 3.400 cruzeiros. Interessante notar que o texto das propostas trazia quase exclusivamente o termo “professoras”, refletindo a predominância das mulheres nesta área, sobretudo nos níveis primário, secundário e complementar aos quais se referem os valores acima.

Apenas pela proposta orçamentária não é possível determinar os critérios para esta diferenciação de valores, mas consta que seguiam uma classificação prevista na legislação. Os gastos com a educação, bem como com outras áreas, eram enumerados detalhadamente nas propostas orçamentárias, no caso deste processo de 1949, por exemplo, estavam previstos 20.000 cruzeiros para a “manutenção dos prédios escolares”, 60.000 para a construção dos mesmos, e 5.000 para a conservação de móveis e utensílios.<sup>64</sup>

Nas “Exposições Justificativas” consta que o total de gastos previsto para 1950 foi de Cr\$ 6.650.000,00, mas na pasta do processo existem emendas solicitando ampliação dos valores diante da necessidade de construção de escolas e aumento do pessoal fixo, mais especificamente no quadro de professores, de forma que alcançar-se-ia o total de 105 professores na rede municipal. Os vereadores afirmavam ser

---

<sup>64</sup> CAMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 233, projeto n. 112. Proposta orçamentária para o exercício de 1950. Quadro comparativo da despesa realizada no exercício de 1948 com as dotações da proposta para 1950. Uberlândia, 17 de outubro de 1949.

insuficiente a despesa orçada, diante de necessidades básicas e inadiáveis do município, mas que a arrecadação de impostos seria suficiente para cobrir o valor estipulado.

No caso dos gastos com pagamento de professoras, estavam inclusos também adicionais, totalizando valor de Cr\$19.000,00, determinados pelo artigo 148 da constituição do estado que determinava aumento de 10% sobre os salários a cada cinco anos de serviço no magistério municipal ou estadual, que seriam posteriormente incorporados para efeito de aposentadoria.<sup>65</sup>

Em uma pasta de processos da câmara de vereadores, encontravam-se a prestação de contas do exercício de 1952, expedida pelo executivo municipal, e os pareceres de diferentes comissões relativos ao documento do prefeito. Tanto a Comissão de Finanças quanto a de Educação e Saúde lamentavam a não instalação de um serviço “médico-dentário escolar”. Argumentam que existia a verba no orçamento, mas esta não fora aplicada, o que se constituía numa economia que não deveria ter sido feita uma vez que poderia comprometer o atendimento à “saúde daqueles que serão os homens de amanhã”<sup>66</sup>. Uma primeira evidência de que saúde e educação eram tratadas enquanto intimamente ligadas consiste no fato de que havia na Câmara uma Comissão de Educação e Saúde, ao invés de comissões independentes para estas áreas do serviço público municipal. Além disso, os recursos reservados para a instalação do serviço foram mencionados como dirigidos para as áreas da saúde e da educação simultaneamente, e o serviço seria instalado nas instituições escolares, e não em hospitais.

Na mesma pasta do arquivo estava inclusa uma correspondência remetida ao presidente da Câmara com data de 15/01/4953 donde consta que os políticos da cidade haviam alertado ao governador do estado, na época, Juscelino Kubitschek, a necessidade da construção de pelo menos mais cinco escolas estaduais na cidade de Uberlândia. Afirmavam que havia na cidade cerca de 8800 crianças em idade escolar, e os três grupos escolares estaduais acolhiam apenas 1737 delas, de forma que se tornava restrito o acesso ao ensino secundário, visto que, na rede pública, apenas os grupos estaduais ofereciam-no. Desta forma, as crianças oriundas das classes trabalhadoras, “pobres”, teriam menos chances de atuar nas profissões mais prestigiadas e bem remuneradas. Parece ter havido uma preocupação da parte das lideranças políticas

---

<sup>65</sup> MINAS GERAIS. Constituição (1947). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1947. p. 25.

<sup>66</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 609. Projeto 500. Prestação de contas do exercício 1952. Autor: Prefeito Municipal.

quanto a essa questão, na medida em que fizeram esta reivindicação junto ao governo estadual, mas esta preocupação tinha seus limites definidos pela defesa de interesses das classes privilegiadas, uma vez que estes mesmos políticos mantinham práticas como o auxílio aos caixas escolares e a contribuição para manutenção de crianças pobres em instituições de ensino privado, práticas de pouquíssimo impacto sobre a estrutura social da época.

Um processo da Câmara Municipal de Uberlândia, do ano de 1954 tratava do auxílio aos caixas escolares ainda de três instituições de ensino, como ocorria na proposta orçamentária para 1950, mas com uma elevação de 3.000 cruzeiros no valor estabelecido:

Art. 1º- Fica concedido para o próximo exercício, a cada uma das Caixas Escolares dos Grupos "Bueno Brandão", "Dr. Duarte" e "Cel. Carneiro", desta cidade, um auxílio de Cr\$8.000,00(oito mil cruzeiros).

Art. 2º Por dotações próprias do orçamento de 1955, correrá o pagamento de auxílios a que se refere o artigo anterior.<sup>67</sup>

Destaco em relação a este documento, o caráter assistencialista dessa prática, de repasse de verbas para os caixas escolares, e que, portanto, abria poucas possibilidades de alteração das condições sociais e relações de poder que colocavam aqueles alunos na condição de pobreza, ainda que fosse mais abrangente que a prática das bolsas de estudo mencionadas acima. Acredito que o auxílio para compra do uniforme e do material escolar tivesse pouco efeito sobre outros elementos das condições de vida destes alunos e de seus familiares, como no caso do alto custo de vida, mencionado em periódicos, mas também em documentos oficiais. Além disso, a documentação encontrada trata vagamente de como era feita a seleção dos alunos das escolas que receberiam os “benefícios” oriundos dos caixas escolares. Noto também que tanto a medida em questão, quanto as concepções que a revestem, e possivelmente as relações entre estado da federação e município, possivelmente eram recorrentes desde alguns anos, como dito em um dos pareceres dos vereadores e nas “Exposições Justificativas”, de forma que a preservação do auxílio é justificada tanto pelo fato de atender a necessidades dos alunos, quanto por constituir-se em prática de longa data:

Os auxílios previstos no projeto de lei vêm sendo concedidos anualmente por este município e já constam da proposta orçamentária para o próximo exercício.

---

<sup>67</sup>CAMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 839, projeto n.653. "Prefeito concede auxílio a Caixas escolares." 30 de novembro de 1954

(...)

Envio anexo, o projeto de lei que se aprovado por essa Câmara, autorizará o auxílio de Cr\$ 8.000, 00 (oito mil cruzeiros) a cada uma das Caixas Escolares dos Grupos Estaduais desta cidade, que vem sendo concedida há vários anos, como ajuda aos estudantes pobres desses estabelecimentos.<sup>68</sup>

No processo da Câmara municipal comentado anteriormente, referente aos caixas escolares, o auxílio é concedido pelo município a escolas que estavam sob a responsabilidade do estado de Minas Gerais; por mais que, a verba não tenha sido, segundo o texto do documento, direcionada às despesas da escola, mas sim para possibilitar a frequência dos alunos pobres, percebo que o governo estadual parecia não ter esta mesma preocupação. Dessa forma, por mais que as idéias separatistas de representantes da elite uberlandense tenham tido o caráter de construção ideológica desse grupo com fins específicos, conforme afirma Selmane Oliveira, as falhas da administração estadual parecem ter sido elemento significativo nas relações com o município, o que parecia afetar inclusive a educação pública.

O auxílio às caixas estava incluído na proposta orçamentária para 1955, que mantinha este gasto no quadro da “Segurança Pública e Assistência Social”, ao invés da área de educação. Já o quadro de vencimentos dos trabalhadores sofrera algumas modificações:

---

<sup>68</sup> Idem.

EDUCAÇÃO PÚBLICA			
ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR			
<u>Pessoal Fixo</u>			
8 30 0	Chefe do Serviço de Educação e Saúde	40.000,00	60.000,00 12.000,00
<u>Material de Consumo</u>			
8 30 3	Impressos, livros e material de expediente	3.000,00	2.000,00 1.000,00
<u>Despesas Diversas</u>			
8 30 4	Viagens de interesse do serviço	5.000,00	7.000,00 2.000,00
		56.000,00	69.000,00 14.000,00 1.000,00
ENSINO PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E COMPLEMENTAR			
<u>Pessoal Fixo</u>			
8 33 0	3 Professoras Diretoras padrão B a Cr\$ 15.180,00	50.460,00	50.460,00
8 33 0	3 Professoras Diretoras padrão A a Cr\$ 13.800,00	46.800,00	46.800,00
8 33 0	Professoras Diretoras a Cr\$ 21.600,00		129.600,00 129.600,00
8 33 0	Professoras a Cr\$ 19.200,00	264.000,00	264.000,00 120.000,00
8 33 0	Professoras a Cr\$ 18.000,00	432.000,00	720.000,00 288.000,00
8 33 0	Professoras a Cr\$ 16.800,00	734.400,00	1.176.000,00 441.600,00
8 33 0	Serventes a Cr\$ 9.600,00	42.000,00	67.200,00 25.200,00
8 33 0	Adicionais sobre vencimentos	63.250,00	110.000,00 76.750,00
8 33 0	Abono de família	46.000,00	95.000,00 49.000,00
8 33 0	Gratificações		7.200,00 7.200,00
<u>Pessoal Variável</u>			
8 33 1	Extranumerários menselistas		28.800,00 28.800,00
	Cont.		

**Figura 1. Processo n. 829, projeto 643. Proposta Orçamentária para o ano de 1955, comparativo da proposta com os gastos de 1954. Arquivo Público de Uberlândia.**

Além do aumento dos salários, mais ou menos duplicados se comparados à proposta para 1950, há diferenças na classificação, os serventes foram incluídos no pessoal fixo, e existem as gratificações e abono familiar. O total fixado para a educação pública foi de 3.875.800,00 cruzeiros, ao passo que no ano de 1954 foram gastos 2.137.510,00 cruzeiros. A receita para o ano todo foi fixada em Cr\$ 20.000.000,00, de forma que, o gasto fixado para a educação atingiria 19,4% do orçamento, próximo do valor estipulado pelas constituições federal e estadual.<sup>69</sup>

Um outro processo autorizava a prefeitura a arcar com as despesas de limpeza de uma dos grupos escolares estaduais da cidade, o Grupo Escolar Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa, que também recebia as contribuições para os caixas escolares. Consta no referido documento:

- Art. 1º. Fica o Senhor Prefeito Municipal de Uberlândia autorizado a realizar os serviços de limpeza do prédio do Grupo Escolar Dr. Duarte, nesta cidade.
- Art. 2º. Poderá a Prefeitura dispender nesses serviços até a importância de Cr\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil cruzeiros), podendo o senhor Prefeito Municipal abrir, oportunamente, o crédito necessário até este limite.

<sup>69</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 829, projeto 643. Proposta Orçamentária para o ano de 1955. Quadro comparativo das dotações do orçamento de 1954 com as da proposta para 1955.

§ único- Deverá o senhor Prefeito Municipal promover as diligências necessárias para o reembolso, pelo Estado, da quantia dispendida no cumprimento desta lei.<sup>70</sup>

Em 1955, quando tramitava o projeto que definiria o valor destinado e as escolas atendidas pelo auxílio aos Caixas escolares, duas mudanças básicas foram discutidas e aprovadas. A partir do ano de 1956, além das escolas estaduais, três grupos escolares municipais receberiam também a contribuição, de forma que, na justificativa do projeto, afirmava-se estar atendendo, “por princípio de equidade e justiça, os reclames das Diretoras dos Grupos Escolares Municipais”<sup>71</sup>. O valor destinado às caixas foi fixado em Cr\$ 10.000,00, visto que os vereadores foram contrários a qualquer redução, independentemente do aumento do número de escolas atendidas, e decidiram pelo aumento também dos valores.

O projeto da autoria de Pedro Schimidt Filho continha ainda uma prestação de contas do serviço prestado, de forma que fica claro que não se tratou apenas de uma limpeza, foi feita uma reforma, sobretudo no que se refere aos banheiros da escola. A prestação de contas incluía a mão-de-obra e o material gasto, totalizando Cr\$ 62.000,00 gastos. Se conforme aparece no projeto, o município teria o reembolso da quantia gasta, acredito que a Câmara Municipal decidiu que a prefeitura arcaria com as despesas da escola, pertencente à rede estadual, pela urgência da reforma. O fato de que foram feitos vários reparos, ao invés de apenas a limpeza, aponta para o provável cumprimento parcial das obrigações do governo estadual, o que reforçaria a idéia de que a cidade não recebia a devida atenção do governo do estado mineiro. De qualquer forma, Selmane Oliveira destaca a idéia de separação do estado de Minas Gerais como construção ideológica das classes dominantes do município, que era mobilizada para que suas demandas, relativas a interesses específicos, fossem interpretadas como demandas de toda a cidade diante do “abandono” pelo estado. O autor reforça seu argumento ao lembrar que essa concepção era maleável o bastante para que os dirigentes uberlandenses declarassem amplo apoio a políticos mineiros que se destacaram a nível nacional, como no caso de JK, Magalhães Pinto, e Rondon Pacheco, tanto quando ele foi deputado, quanto na condição de governador.

Percebi em várias fontes a influência do apreço pela ordem sobre as questões da educação. No caso do quebra-quebra de 59, Selmane Oliveira encontrou em um

---

<sup>70</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo nº. 1103, projeto 869, 01/06/1957

<sup>71</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo nº. 919, projeto. nº 724. Exposição Justificativa. 28 de setembro de 1955.

processo da câmara, mais especificamente, o que prestava contas do exercício de 1959, o posicionamento do prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha sobre o ocorrido, de forma que ele culpava o estado de Minas Gerais por faltar com o fornecimento de recursos, inclusive para a educação, já que esta seria essencial para a transmissão de conhecimentos morais e culturais. Desta forma, é possível afirmar que, na sua opinião, àquelas pessoas envolvidas na manifestação faltou educação, até porque, conforme aponta o autor, a imprensa local se posicionou solidária em relação aos motivos apontados para a agitação, mas condenara os métodos e aprovava a ação policial. Assim, “educação” já era, naquela época, associada tanto à aquisição de conhecimentos quanto à transmissão de valores morais e ligados à conduta em sociedade.

Uma proposição de lei da Câmara de outubro de 1958 estendia a mais quatro escolas a contribuição para os respectivos caixas escolares. Foram adicionadas as escolas Bom Jesus, Padre Anchieta, Honório Guimarães e Governador Valadares; receberiam cada uma das escolas a importância de Cr\$ 7.500,00, e o Ginásio de Uberlândia continuava a ser a única escola pública estadual a não receber o auxílio. A Comissão de Educação e Saúde expôs parecer favorável à proposição de lei argumentando que “o projeto é justo e reproduz providências já adotadas em anos anteriores, de forma que a sua aprovação é, pode-se dizer, um ato de rotina.”<sup>72</sup> Agindo desta forma, o legislativo local naturalizava tal tratamento dispensado aos alunos carentes justificando-o enquanto elemento consuetudinário, ocultando aí a tendência à manutenção das relações sociais e da restrição do acesso a recursos de várias naturezas para certas camadas da sociedade.

Nas “Exposições Justificativas”, texto assinado pelo prefeito Afrânio Rodrigues da Cunha, lê-se o seguinte: “Dia a dia a frequência escolar vai alcançando a população menos favorecida, disso resultando uma maior necessidade de suprimento de material escolar, uniforme, calçados, para os alunos pobres de nossos Grupos Escolares.”<sup>73</sup> A diferença básica entre as justificativas da comissão e do prefeito consiste no fato de que no primeiro, a contribuição para os caixas é associada a uma tradição, e por isso deveria ser mantida e estendida a mais escolas; ao passo que no caso do prefeito tem centralidade o argumento de que houve um aumento na demanda pelo ensino público,

---

<sup>72</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Parecer da Comissão de Educação e Saúde. Processo n. 1238. Projeto n. 992. 21 de outubro de 1958.

<sup>73</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Exposições Justificativas. Processo n. 1238. Projeto n. 992. 21 de outubro de 1958.

significando mais alunos “menos favorecidos” nas escolas. A questão é que não há menção às razões que colocam estas crianças na condição de pobres, e a medida tampouco se destina à superação da pobreza, limita-se a aliviá-la.

A documentação analisada não aponta para mudanças significativas do ponto de vista qualitativo na passagem da década de 50 para a de 60, de forma que houve transformações substancialmente quantitativas. A análise da proposta orçamentária para 1960 permite apreender a permanência de muitos elementos, sobretudo do ponto de vista qualitativo, havendo mudanças quantitativas que não alteraram, no geral, a forma de conceber a educação pública. O auxílio às caixas escolares, por exemplo, fora mantido e continuava incluso nos gastos de “Segurança Pública e Assistência Social”:

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA					
QUADRO COMPARATIVO DAS DOTACÕES DO ORÇAMENTO DE 1.959 COM AS DA PROPOSTA PARA 1.960					
CÓDIGO GERAL	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTO DE	PROPOSTA PARA	VARIACÕES	
				PARA MAIS	PARA MENOS
	Cont . . .				
	<u>Despesas Diversas</u>				
12	Viajens de interesse do serviço	5.000,00	10.000,00	5.000,00	
		623.000,00	728.400,00	105.400,00	
	<u>SERVIÇOS DIVERSOS</u>				
	<u>Pessoal Fixo</u>				
13	Chefe da Secção de Lançamento	75.600,00	85.200,00	9.600,00	
		75.600,00	85.200,00	9.600,00	
	<b>TOTAL DOS SERVIÇOS DE EXAÇÃO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.340.000,00</b>	<b>2.506.000,00</b>	<b>1.206.000,00</b>	
	<u>SEGURANÇA PÚBLICA E ASSISTENCIA SOCIAL</u>				
	<u>SUBVENÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E AUXÍLIOS</u>				
	<u>Despesas Diversas</u>				
28	Auxílios à Caixas Escolares	60.000,00	60.000,00		
		60.000,00	60.000,00		
	<u>ASSISTENCIA SOCIAL</u>				
	<u>Despesas Diversas</u>				
29	Assistência à Maternidade e à Infancia	50.000,00	200.000,00	200.000,00	
29	À Mendigos	50.000,00	80.000,00	30.000,00	
29	Funerais e indigentes	100.000,00	100.000,00	50.000,00	
		100.000,00	380.000,00	280.000,00	
	<b>TOTAL DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSISTENCIA SOCIAL</b>	<b>160.000,00</b>	<b>640.000,00</b>	<b>280.000,00</b>	
	<u>EDUCAÇÃO PÚBLICA</u>				
	<u>ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR</u>				
	<u>Pessoal Fixo</u>				
30	Chefe do Serviço de Educação e Saúde	111.600,00	120.000,00	8.400,00	
	<u>Material Permanente</u>				
30	Aquisição de veículo		550.000,00	550.000,00	
	<u>Material de Consumo</u>				
30	Impressos, livros e material de expediente	3.000,00	10.000,00	7.000,00	
	Cont. . .				

Figura 2. Processo n. 1333, projeto n. 1083. Quadro comparativo das dotações do orçamento de 1959 com as da proposta para 1960. Arquivo Público de Uberlândia.

Na referida proposta orçamentária foi fixado um total de Cr\$ 66.450.000,00 para a despesa do ano e o documento estudado trazia uma discriminação minuciosa da destinação dos recursos em uma extensa planilha. Para a educação seriam destinados 12.325.200 cruzeiros, ou seja, 18,5% da receita, abaixo da porcentagem determinada pelas constituições federal e estadual. Em se tratando dos dois itens até então destacados, o auxílio aos caixas escolares das escolas públicas e as bolsas de estudo em instituições privadas, um primeiro ponto que discuto aqui diz respeito às áreas em que estas medidas estão encaixadas. No caso da contribuição aos caixas, são destinados Cr\$ 60.000,00 cruzeiros, e está incluída no tópico “Segurança Pública e Assistência Social”. No caso das bolsas, o valor é de Cr\$ 200.000,00, e continuam incluídas nos gastos com “Educação Pública”.

Mais adiante, na pasta do mesmo processo, havia ainda outra tabela comparando os gastos do exercício de 1958 com a proposta para 1960, de forma que existem apenas pequenas alterações de caráter quantitativo<sup>74</sup>. Uma informação relevante é a de que a bolsa de estudos era destinada a cinco escolas da cidade, de forma que cada uma receberia Cr\$ 40.000,00, importância inferior àquela recebida por cada uma das escolas pública para seus caixas escolares, no caso Cr\$ 7.500,00. O número de escolas que recebiam o auxílio para os caixas é menor que o número de instituições privadas cadastradas para as bolsas, e o valor total gasto com cada um dos programas segue a mesma proporção. Isso remete ao maior incentivo à iniciativa privada e ao pequeno esforço em prol de transformações mais significativas das condições de vida das crianças pobres, sobretudo porque suponho que as caixas escolares beneficiavam um número maior de alunos, mas recebiam valor muito menor. Notei também que, de acordo com processo de 1954, anteriormente citado, as caixas escolares recebiam Cr\$ 8.000,00, e em 1960 o valor era de Cr\$ 7.500,00, embora mais escolas fossem atendidas.

A “Associação Profissional dos Professores de Uberlândia” foi tema de um processo também de 1954, sendo que estava em discussão a concessão de subvenção à mesma no valor de Cr\$ 10.000,00, a serem repassados anualmente. Para o ano em questão, seria aberto crédito especial no sentido de cobrir a despesa, mas para os anos seguintes previa-se sua inclusão no orçamento do município. As comissões que analisaram o projeto foram todas de parecer favorável sem restrições, o que aponta para

---

<sup>74</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1333. Projeto n. 1083. Proposta orçamentária para o exercício de 1960.

um reconhecimento da relevância da associação.<sup>75</sup> Mas, nem os processos, nem a imprensa uberlandense, e tampouco as atas da câmara, fazem referência à participação da referida associação na reivindicação de qualquer medida a ser tomada para a educação. No caso dos processos, muitas das medidas eram justificadas pelo fato de constituírem prática de muitos anos, como no caso do auxílio aos caixas escolares e contribuição para manutenção de alunos pobres em instituições de ensino secundário; ou atribuía-se a elas mérito indiscutível, atendendo a necessidades inquestionáveis. Em outros casos, elogiava-se a iniciativa dos autores dos projetos, ou ainda, afirmava-se a relevância das propostas pelo fato de confluírem com os interesses da cidade.

No mesmo ano, a contribuição para a manutenção de bolsistas em escolas particulares era destinada a três instituições: Colégio Nossa Senhora, Colégio Brasil Central e Liceu de Uberlândia, recebendo cada uma Cr\$ 25.000,00. Os requisitos para preenchimento das vagas para bolsas tornavam prioritários os alunos com insuficiência de recursos da família que precisava ser comprovada, fosse ela originária de um número elevado de membros ou da pouca remuneração; portadores de atestado de bom comportamento emitido pela escola em que cursou o primário; aqueles que tivessem o “desejo” de ser normalista ou contabilista; bem como os que tivessem cursado o primário nas escolas mantidas pela prefeitura. Não havendo candidatos interessados no curso normal ou de contabilista, seriam recebidos no ginásio, que era intermediário ao nível superior. Estes termos faziam parte do parecer da Comissão de Educação e Saúde ao projeto de lei que propunha o aumento do valor destinado às escolas que recebiam bolsistas, de forma que a comissão afirmava que quanto maior o número de alunos atendidos, melhores as perspectivas para o futuro, pois seria caminho para uma população instruída, condição satisfatória para a pátria.<sup>76</sup>

O aumento da contribuição passou a ser cogitado depois que a diretoria do Colégio Nossa Senhora declarou não mais poder manter 12 alunas pelo valor de Cr\$ 10.000,00 anuais, de forma que solicitava um aumento para doze mil cruzeiros, ou a diminuição do número de bolsistas atendidas para 9 alunas. Como as dotações orçamentárias não previam o aumento, a solicitação foi encaminhada para análise na câmara de vereadores, que aproveitou a ocasião para conceder aumento a todas as escolas que recebiam bolsistas, que passariam a receber então os Cr\$ 25.000,00.

---

<sup>75</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 755. Projeto n. 589. Concede subvenção à Associação Profissional dos Professores de Uberlândia. 05 de julho de 1954.

<sup>76</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 769. Projeto n. 621. Parecer da Comissão de Educação e Saúde. Sala das comissões, 26 de Agosto de 1954.

Também foram incrementados os requisitos para aceitação de bolsistas, reafirmando a inclusão de filhos de funcionários públicos municipais, preferencialmente aqueles de família numerosa, já empreendida desde 1949, além de enfatizar a necessidade de comprovação do bom comportamento e rendimento dos candidatos.<sup>77</sup> As determinações deste processo valeriam até 1958, quando o número de escolas que recebiam bolsistas passou de três para cinco, e o valor destinado a cada uma delas de Cr\$ 25.000,00 para Cr\$ 32.000,00, aumento justificado pela elevação do custo de vida na cidade.

Em processo do ano de 1960 encontrei algo que pode ser considerado um deslize da parte do legislativo local, ou talvez, algo feito propositalmente. O projeto elevava para Cr\$ 40.000,00 a contribuição para a manutenção das bolsas em escolas particulares, alterando o valor estabelecido em 5 de dezembro de 1958. Consta que o projeto fora aprovado após a terceira discussão, com data de 22 de novembro de 1960. Contudo, nas exposições justificativas, o prefeito Geraldo Mota Batista discorda, em parte, com o projeto afirmando que:

O orçamento deste exercício já consigna verba para o aumento, de Cr\$ 32.000,00 para Cr\$ 40.000,00, da importância destinada a cada um dos estabelecimentos de ensino secundário que mantêm em seus cursos alunos pobres indicados por esta Prefeitura, nos termos da legislação vigente. A aprovação do incluso projeto de lei constitui, assim, medida de inteira necessidade.<sup>78</sup>

Existe uma controvérsia superficial porque a proposição de lei desconsiderava que o aumento já estava previsto. Contudo, o aumento em si é defendido pelo prefeito sem maiores reservas. Uma questão não resolvida é a de que benefícios às instituições tinham acesso a partir de sua participação no projeto de bolsas, mas é provável que a verba em si constituía-se em vantagem, pois suponho que o valor que as instituições recebiam era menor que aquele gasto com a manutenção dos alunos carentes.

Os documentos da Câmara Municipal apontam para questões que ajudam a verificar de que forma as diretrizes do governo estadual, as características do contexto político institucional, e as transformações sócio-econômicas foram influentes sobre o tratamento dispensado à educação pública em Uberlândia na década de sessenta. Um processo de 1961 versava sobre as despesas com a manutenção de alunos pobres em estabelecimentos particulares de ensino:

---

<sup>77</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 769. Projeto n. 621. Emenda substitutiva. 3 de novembro de 1954.

<sup>78</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1491. Projeto n. 1015.

A Câmara Municipal de Uberlândia decreta e sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a dispensar anualmente, com a manutenção, com a manutenção de alunos em estabelecimentos de ensino desta cidade, a importância de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), assim distribuídos:

- a) Colégio Nossa Senhora.....Cr\$ 40.000,00
- b) Colégio Brasil Central.....Cr\$ 120.000,00
- c) Liceu de Uberlândia.....Cr\$ 50.000,00
- d) Conservatório Municipal.....Cr\$ 40.000,00
- e) Ginásio Cristo Rei.....Cr\$ 50.000,00

Art. 2º - A despesa autorizada no artigo anterior correrá por dotação própria do orçamento de cada exercício.<sup>79</sup>

Os processos foram se tornando mais minuciosos no que se refere à contribuição para as bolsas de estudos na década de 60, visto que nos projetos dos anos 50 não costumava aparecer os nomes das escolas, nem a especificação da quantia a ser recebida por cada uma delas. No caso deste processo, existem diferentes valores, e o Conservatório Municipal está incluído, mesmo não sendo instituição particular.

Um processo do ano seguinte inclui uma escola a mais em relação a 1961, mas traz detalhadamente regras do funcionamento do programa de bolsas e nivela em Cr\$ 120.000,00 o valor destinado a cada uma delas:

Art. 1º- Ficam elevadas para Cr\$120.000,00 (Cento e vinte mil cruzeiros) as importâncias destinadas pela Lei 990, de 07 de dezembro de 1961, à manutenção de alunos nos colégios Nossa Senhora, Liceu de Uberlândia, Conservatório Municipal, Ginásio Cristo Rei e Instituto Tereza Valsé Pantelini.

Art. 2º- Os estabelecimentos beneficiados, para receberem as cotas que lhes cabem, deverão apresentar relações dos alunos bolsistas, contendo filiação, condição financeira de seus pais ou responsáveis e boletim de aproveitamento do último ano cursado.

Art. 3º- O Prefeito, na sua prestação de contas anual, deverá juntar os documentos constantes do artigo anterior e cópia fiel dos registros exigidos pelo Artigo 4º da presente lei, como indicação para aprovação das mesmas.

Art. 4º- A prefeitura manterá um livro de registro de solicitações bolsas, que deverão ser requeridas conforme a legislação municipal em vigor, no qual serão registrados: nome do candidato, filiação, idade, média escolar do último ano cursado, número de irmãos do sexo masculino, número de irmãos do sexo feminino, profissão e salário de seus pais ou tutores.

---

<sup>79</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1647. Projeto n. 1363. 06 de Dezembro de 1961.

- Art. 5º- Terão preferência para receber as bolsas;
- 1º- O candidato em cuja família haja maior número de filhos vivos;
  - 2º- A menor capacidade financeira dos pais ou tutores do candidato;
  - 3º- O melhor aproveitamento escolar do candidato no último ano cursado;
  - 4º- A ordem de entrada, sob protocolo, do requerimento do candidato, solicitando a bolsa.<sup>80</sup>

O maior cuidado na elaboração dos textos legais, evidente pelos detalhes, talvez esteja ligada à crescente burocratização da administração da educação pública, ou ainda a uma maior pressão da parte do governo estadual. As regras do programa de bolsas mostram que havia a preocupação em beneficiar os alunos em situação sócio-econômica mais degradante, mas entra em contradição ao exigir bom rendimento escolar dos candidatos à bolsa. Assim, destaca-se o esforço individual como critério de merecimento da ascensão social, pois teriam direito às vagas aqueles alunos que apesar das condições subalternas tiveram bom rendimento escolar, ou não aqueles que tinham dificuldades, que não deixavam de estar associadas às duras condições de vida experimentadas fora da escola. O documento fala em “escolas beneficiadas” o que significa que os vereadores e o executivo local tinham consciência de que o programa era lucrativo para as instituições nele inscritas. Com o estabelecimento do valor de duzentos mil cruzeiros para cada escola, o total gasto com as bolsas aumentou, do ano de 1961 para o de 1962, em Cr\$ 420.000,00, aumento em pouco espaço de tempo inédito até então, constituído relevante aumento de gastos de dinheiro público com um programa que beneficiava poucos alunos e era interessante para as instituições. Consta ainda no mesmo projeto:

§ Único - A ordem estabelecida no presente artigo preside o critério de distribuição das bolsas, devendo o item primeiro prevalecer sobre o segundo e assim também com relação aos demais.

Art. 6º- Somente uma bolsa poderá ser concedida a uma mesma família.

Art. 7º- O colégio que recusar atender bolsas nos termos desta lei terá suspensos os pagamentos previstos na mesma lei em seu favor.

Art. 8º- Fica o senhor prefeito autorizado a abrir crédito suplementar á dotação própria no valor de Cr\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil cruzeiros) para fazer face á diferença autorizada pela presente lei.<sup>81</sup>

Outros aumentos aprovados tanto para a contribuição para os caixas escolares quanto para as bolsas escolares, em projetos de anos anteriores, foram menores, e principalmente, as alterações eram feitas ao final de cada exercício, de forma a constar na proposta orçamentária para o ano seguinte. No caso do processo acima parece ter havido uma urgência na concessão do aumento, de forma que o Prefeito precisaria abrir crédito para completar o valor estabelecido. O documento não traz maiores

---

<sup>80</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n.1666, projeto n. 1380. 1962.

<sup>81</sup> Idem.

esclarecimentos sobre os motivos para o valor dos aumentos ou sobre a urgência de aprová-los.

Para a construção de uma escola no bairro Cazeca, em processo do final de 1963, foi determinado o gasto de Cr\$ 1.500.000,00 a serem incluídos no orçamento para 1964, de forma que se daria por meio de contratação de serviços e obediência ao padrão de escolas urbanas da época. O projeto foi apreciado pelas comissões de Finanças, Justiça e Legislação; Educação; e Viação e Obras Públicas, e aprovado por todas elas, de modo que esta última afirma que a construção da escola seria de “grande utilidade, para que seja possível aos menos favorecidos, estudar pelo menos o curso primário”.<sup>82</sup> O texto da comissão reafirma a tendência da época em conceber a restrição dos ditos “menos favorecidos” ao ensino primário; se a construção da escola no bairro Cazeca viria a contribuir para que a meta fosse atingida, significa que mesmo os vereadores reconheciam que mesmo o primário não era, ainda, acessível a todos.

No que diz respeito ao auxílio aos caixas escolares das instituições públicas, houve significativo aumento do número de escolas incluídas, mas o valor destinado ao programa caiu de 60 para 50 mil cruzeiros em relação à proposta orçamentária para 1960. Segundo projeto da Câmara, o Executivo estava autorizado a auxiliar as caixas escolares, de forma que estavam incluídas 17 delas, sendo 11 grupos, três “escolas reunidas”, 1 escola municipal, e 2 caixas de escolas distritais; em Cr\$ 50.000,00, medida que constaria no orçamento para 1964.<sup>83</sup>

Um projeto do ano de 1963, autorizando a construção de cantinas nas escolas, distingue-se dos demais por não apresentar o tom consensual que neles predomina visto que existem discordâncias entre os pareceres das comissões. O projeto decretado pela Câmara autorizava o prefeito a construir cantinas nos grupos escolares da cidade, de forma que a despesa prevista em Cr\$ 2.500.000,00 seria incluída na proposta orçamentária para 1964. Nas Justificativas para o Projeto, afirmava-se ser de grande importância para as crianças, sobretudo as menos favorecidas, cujos pais não podem arcar com as despesas, constituindo-se em medida de grande “interesse social”. A Comissão de Educação e Saúde também se declarou favorável ao projeto, pois possibilitava alimentar os mais necessitados e manter maior disciplina nos intervalos de recreio, afirmando a necessidade de estender a iniciativa aos grupos rurais do município.

---

<sup>82</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo nº. 1911. Projeto. nº1616. Parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas. Sala de Sessões 26 de Novembro de 1963.

<sup>83</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Projeto n. 1877. 22 de Dezembro de 1963.

O parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas, datado de 13 de novembro de 1963, era favorável á construção das cantinas. Já a Comissão de Finanças Legislação e Justiça apontava alguns problemas a serem esclarecidos, sobretudo porque não havia referência ao fornecimento da merenda:

Sabemos que grande parte dos alunos que freqüentam as escolas municipais padece de grande deficiência de alimentação.

... o Município é obrigado a dispender 20%, no mínimo, de sua receita, com a manutenção e desenvolvimento do ensino.

[o projeto] nada dispõe sobre o fornecimento de alimentação e merenda aos alunos dos grupos, embora a isso faça referência a justificativa.<sup>84</sup>

Ainda no parecer desta comissão, alegava-se que a medida seria inútil sem a merenda, o projeto deveria ser votado após estudo da viabilidade da merenda, o que colocava a necessidade de consulta ao Executivo para averiguar a disponibilidade de recursos financeiros, visto que os vereadores acreditavam não haver verba para a merenda. A partir dos pareceres das comissões percebo mais uma vez a ênfase na interdependência entre educação, saúde e ordem, mas fica evidente que havia várias limitações no que se refere aos esforços dos políticos no sentido de assegurar a efetivação destes objetivos. Fica claro que até o ano de elaboração do projeto não era fornecida a merenda nas escolas, o que comprometia tanto o cuidado com a saúde da população, quanto á efetivação dos objetivos para a educação, visto que os alunos poderiam ter seu “rendimento” prejudicado em decorrência de doenças ligadas à má alimentação.

Estes elementos também levantam sérias dúvidas quanto ao programa de bolsas em escolas particulares, pois o dinheiro liberado pelo executivo era repassado ás escolas, e não ás famílias, de forma que era assegurada a vaga ao candidato aprovado, mas não existe qualquer referência a alguma ajuda financeira para que as famílias pudessem comprar uniformes, material escolar, ou mesmo gêneros alimentícios, visto que acredito que as escolas privadas não forneciam merenda gratuitamente. Penso que a verba gasta com as bolsas, se revertida para o fornecimento da merenda, por exemplo, alcançaria maior número de alunos, e atenderia algumas de suas necessidades mais básicas que provavelmente não eram satisfeitas com a aquisição de uma vaga em estabelecimento particular de ensino secundário.

---

<sup>84</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1852. projeto n.1556. Parecer Comissão de Finanças, Legislação e Justiça. Sala das Comissões, 6 de Novembro de 1963.

Já em processo do ano de 1962, constava que o valor a ser destinado às escolas do programa de bolsas era de Cr\$120.000,00. Em processo do final de 1963, já se falava num aumento de Cr\$ 200.000,00 para Cr\$ 250.000,00 sobre o valor a ser recebido por cada instituição:

O aumento de Cr\$ 200.000,00 para Cr\$ 250.000,00 proposto pelo Sr. Prefeito Municipal ... é pequeno diante do crescimento do custo de vida em 1963, o qual, mesmo nos cálculos mais otimistas, deverá ser superior a 70% (setenta por cento).<sup>85</sup>

Na versão final do projeto, datada de 22 de novembro de 1963, consta que o valor a ser destinado ao programa de bolsas era de Cr\$1.800.000,00, divididos entre seis instituições, totalizando Cr\$ 300.000,00 para cada uma delas. As escolas incluídas eram: Colégio Nossa Senhora das Graças, Brasil Central, Instituto Irmã Tereza Valse, Liceu de Uberlândia, Conservatório Municipal e Ginásio São Judas Tadeu; o documento também definia que as escolas deveriam aceitar pelo menos doze alunos indicados pela prefeitura, o que reforça meu argumento de que o número de alunos beneficiados com essa medida era muito pequeno. Além disso, o aumento da verba considerado, ao final do texto do documento, “justo e até modesto”, não foi acompanhado por um aumento do número mínimo de alunos a serem aceitos nos colégios. A Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestou-se favorável ao projeto. Já a Comissão de Educação e Saúde, em seu parecer, questionava porque o Instituto Irmã Tereza Valse já recebia Cr\$ 100.000,00 em outro programa de subsídios, e discordava da inclusão do Conservatório Municipal já que ele não poderia ser considerado como escola de curso superior. Apesar destas ressalvas, esta última comissão também era favorável aos valores estabelecidos para a manutenção de alunos carentes em instituições particulares.

De acordo com Júlio César Teodoro e José Carlos Araujo, o Instituto Irmã Teresa Valsé foi instalado na cidade de Uberlândia em 1959, sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs Salesianas, de forma que o recorte temporal dos autores vai até o ano de 1971, quando a escola passou a aceitar matrículas de meninos.<sup>86</sup> Os autores afirmam que no período em questão a tradição educacional católica ainda era muito influente em Uberlândia, contemporânea ao crescimento econômico e industrial da cidade, quadro que teria sido favorável à expansão do ensino privado no município. O

---

<sup>85</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1857. Projeto n. 1561. Emenda.

<sup>86</sup> ARAUJO, José Carlos Souza & TEODORO, Júlio César Orias. Instituto Teresa Valsé Pantellini: Compromisso com a formação da mulher ( 1959- 1971). *Cadernos de História da Educação*. v. 8, n. 2. Edufu: Uberlândia. Jul. / dez. 2009. pp. 341-363.

Instituto teria sido concebido enquanto instituição sem fins lucrativos, mas para a “sobrevivência” financeira da escola foram estipuladas mensalidades que variavam de acordo com a renda das alunas.

Selmane Oliveira, ao tratar das posições políticas em confronto na cidade de Uberlândia, destaca a existência de políticos com algum diálogo com o Comunismo, mas que eles eram minoritários, e que o anti-comunismo fora postura predominante na cidade, tanto entre políticos quanto na imprensa local, sobretudo no caso do jornal “Correio de Uberlândia”. Ora, a vinda das irmãs salesianas à cidade de Uberlândia, ainda na década de 30, parece ter atendido também a este princípio:

A primeira comunidade missionária a sair da diocese de Campinas e do Estado de São Paulo, foi a de Uberlândia. Esta cidade mineira, conhecida em todo Brasil pela infiltração comunista, foi inicialmente trabalhada por nove Irmãs Missionárias, que deixaram a casa mãe em 3 de fevereiro de 1932.<sup>87</sup>

Ao se declarar como instituição filantrópica, o Instituto Irmã Tereza Valsé tinha maior acesso às subvenções e auxílios fornecidos pelo poder público municipal; a instalação da escola na cidade teria sido incentivada pois representaria uma contribuição para a formação de mão-de-obra na cidade, pois era recorrente a afirmação de que a cidade tinha um déficit em termos de qualificação profissional, ao mesmo tempo em que contribuiria para a melhoria da infra-estrutura no bairro Brasil. Donos de imobiliárias, sobretudo Cícero Diniz e Tubal Vilela auxiliaram na construção do edifício da escola, na opinião dos autores, com vistas a valorizar os terrenos de que eram proprietários naquele bairro ainda em formação.

De acordo com os autores supracitados, os salesianos teriam sido responsáveis também pela criação do Ginásio Cristo Rei, em 1947, que funcionaria por mais vinte anos. Os objetivos educacionais destas instituições tinham caráter “preventivo”, no sentido de garantir que as classes desprovidas tivessem formação ética e moral, favoráveis à sua manutenção no mercado de trabalho, em virtude mesmo do apreço pela disciplina. No caso das meninas, estava incluso o aprendizado de tarefas ligadas ao lar, e também ao mercado de trabalho tido como essencialmente feminino, tais como bordado, pintura e culinária. No artigo dos autores há referência a uma contradição entre

---

<sup>87</sup>CRESCENTINI, Maria Rita. Um pouco de nossa história. São Paulo: edição da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, 1980. pp. 26-27 apud RAMOS, Lucélia Carlos & INÁCIO FILHO, Geraldo. A atuação da Igreja Católica na educação uberlandense: o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. *Cadernos de História da Educação*. v. 1, n. 1. Edufu: Uberlândia. Jan. / dez. 2002.

a afirmação de que o Ginásio atenderia aos alunos carentes, difundida por sua direção, e depoimentos de ex-alunos que afirmavam que manter-se no colégio era muito dispendioso.

Ambas as instituições privadas, de caráter religioso e supostamente sem fins lucrativos recebiam as contribuições para manutenção de bolsistas entre seus alunos, apesar de que no Instituto Tereza Valsé havia o costume de estabelecer diferentes mensalidades, bem como o de estabelecer tarefas ligadas à manutenção e limpeza da escola e da casa das freiras para alunas que não podiam pagar mensalidades. No caso do Instituto, as mensalidades teriam se tornado cada vez mais comuns e se consolidaram como forma dos alunos garantirem acesso à escola, ainda que, como afirmam Júlio César Teodoro e José Araújo, se destinassem exclusivamente para a manutenção da escola.

A concessão de bolsas tinha alcance limitado quanto ao número de alunos e o dinheiro a ela destinado era remetido às instituições, não aos alunos, de forma que não há menção a auxílios às famílias para que bolsistas pudessem comprar uniformes e materiais didáticos. Mas poderia ter conseqüências mais amplas a longo prazo pois, o programa era destinado aos alunos que tivessem bons resultados e aproveitamento nas escolas públicas, ou seja, crianças das camadas populares com maior afinidade com os estudos eram deslocadas para escolas privadas, onde predominavam estudantes de classe média alta, filhos de representantes das elites locais. Eram ambientes ideologicamente marcados pelas concepções destes grupos dominantes, como o anticomunismo, que conforme observamos, orientou inclusive a criação de escolas confessionais na cidade.

Estes sujeitos provavelmente cresceram acreditando naqueles ideais, e mais tarde, almejavam um estilo de vida igual àquele de seus colegas ricos. Almejavam profissões como as de médico, advogado, jornalista, político, etc., e provavelmente sua “lealdade ideológica” se concentraria nos grupos dominantes, pois estariam mais convencidos da possibilidade de ascensão social pelo mérito e esforço individuais. Dificilmente se tornariam pessoas preocupadas com uma reordenação social, ou engajadas em modificar as condições de vida do grupo a que pertenceram. Pessoas pobres só costumam se tornar famosas, aparecer nos meios de comunicação, na medida em que conseguem superar a pobreza por conta própria, e também apenas no seu caso particular. Este é um dos poucos casos em que a “origem humilde” de alguém é

ressaltada, poucos ganham notoriedade por representar sua classe, seu bairro, ou por buscar melhorias coletivas.

Pois bem, Antônio Gramsci discute a questão da função dos intelectuais nas mais diferentes configurações sociais, afirmando que não se pode associar automaticamente a atividade intelectual a uma classe social, é preciso investigar cada contexto, perceber suas filiações, o papel que desempenham. Ora, no mundo capitalista o autor afirma que um dos êxitos da burguesia vem sendo o de concentrar os intelectuais em suas linhas, o que seria significativo para a construção de hegemonias<sup>88</sup>. Ao levar os alunos pobres que se destacavam para um ambiente marcado pelos interesses e concepções das elites é também meio de garantir que futuramente, em sua atuação profissional, eles defenderão justamente estes interesses, independentemente de ocuparem cargos que sejam classificáveis como atividade intelectual. Insistir na idéia de ensino público enquanto preparação para o mercado de trabalho, formação de mão-de-obra, por sua vez, reflete o esforço da elite local no sentido de separar os que pensam dos que executam.

Encontrei pontos relevantes também na prestação de contas do exercício de 1963, quando o prefeito era o senhor Virgílio Galassi, e Manoel Tomaz Teixeira de Souza o presidente da Câmara Municipal de Uberlândia ao qual se destinou a prestação de contas para apreciação. As comissões de vereadores aprovaram as contas apresentadas afirmando não terem sido encontradas irregularidades.<sup>89</sup> O ponto mais chamativo foi a presença de vários recibos referentes aos gastos com publicações na imprensa de Uberlândia e de outras cidades, sobretudo em função de matérias e mensagens veiculadas em datas comemorativas, como por exemplo no aniversário da cidade, natal, etc., de forma que maioria dos anúncios custou ao município Cr\$ 8.000,00. A partir da “Relação de presença para pagamento de ajuda de custos a vereadores pela primeira reunião ordinária de 1963”, anexa ao mesmo processo de prestação de contas, percebi que a Câmara contava com 15 vereadores, e que foram gastos Cr\$ 157.600,00, distribuídos de forma desigual entre os vereadores, apontando

---

<sup>88</sup>GRAMISCI, Antônio. A formação dos intelectuais. In. : \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

<sup>89</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1950. Projeto n. 1653. Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Uberlândia, 28 de fevereiro de 1964.

que os gastos com o pessoal do legislativo eram, já nesta época, bem mais elevados do que aqueles destinados aos profissionais da educação.<sup>90</sup>

Em determinado processo de 1964 foi estabelecida a descaracterização de um terreno, onde se situava a Praça N. Sr.<sup>a</sup> do Carmo, de forma que o terreno seria posteriormente doado ao governo do Estado de Minas para a construção de um grupo escolar. O processo em questão, bem como outros por mim analisados, apontam para a recorrência com que o município auxiliava nos gastos com os grupos escolares que eram responsabilidade do governo estadual que, por mais que viesse a gastar com a construção do grupo, estaria isento das despesas de aquisição do terreno. Nas “Justificativas do projeto” consta ainda que previa-se a construção de um grupo de 8 salas de aula, e que o terreno ultrapassava os limites da praça. As comissões de Saúde e Assistência; Finanças, Justiça e Legislação; e Viação e Obras Públicas se posicionaram favoravelmente ao projeto de lei, de forma que esta última afirmava que a referida praça encontrava-se em situação de abandono e que a construção do prédio colaboraria com a “diminuição do índice de analfabetismo existente no Brasil”. A comissão fala em diminuição, de forma que a erradicação do analfabetismo ainda não parecia estar no horizonte dos governantes locais.<sup>91</sup> Neste processo já não se fala mais em Comissão de Educação e Saúde, e a partir dele passa a ser mencionada a Comissão de Saúde e Assistência, mas esta comissão recorrentemente opinou nos assuntos de educação pública.

O incentivo dado às instituições privadas, por outro lado, continuava a ser ponto crucial na forma como o município lidava com a educação. Em projeto do ano de 1964 esteve em discussão o repasse de Cr\$ 300.000,00 para o Ginásio Presidente Kennedy, inaugurado naquele ano e que, de acordo com o texto de justificativa do projeto, viria a enriquecer o patrimônio educacional de Uberlândia:

Uberlândia, pelos seus legítimos representantes, e que jamais faltou com a colaboração e estímulo a iniciativas desse porte, não poderia de forma alguma ficar omissa, quando se tem em vista a carência do mesmo no tocante às suas instalações.<sup>92</sup>

---

<sup>90</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1950. Projeto n. 1653. Relação de presença para pagamento de ajuda de custo a vereadores pela primeira reunião ordinária de 1963. Uberlândia, 20 de fevereiro de 1963.

<sup>91</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1983. Projeto n. 1684. Parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas. Sala das Comissões, 13 de maio de 1964.

<sup>92</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1985. Projeto n. 1686. Justificativa. Sala das Sessões, 12 de maio de 1964.

No projeto de lei consta ainda que seria aberto crédito especial para atender àquela despesa, de forma que os recursos seriam adquiridos a partir da suspensão da compra de um trator prevista no orçamento para aquele ano. Ou seja, o dinheiro que seria destinado ao trator, seria repassado para uma instituição privada de ensino, devido à carência de suas instalações e ao “bem” que representaria para a instrução no município. O projeto foi aprovado, mas uma emenda diminuiu o valor da contribuição para Cr\$100.000,00.

Por mais que a crescente urbanização e êxodo rural fizessem aumentar a demanda por escolas urbanas, o campo ainda concentrava quantidade significativa de escolas no município de Uberlândia. Além disso, continuava a existir a demanda por novas escolas rurais, visto que em processo de 1964, ficou sancionada a criação de três novas escolas na área rural. As escolas, como de costume, receberiam nomes de “filhos ilustres” do município, que teriam prestado “relevantes serviços” para a cidade, e foi autorizado o total de Cr\$ 4.000.000,00 para a construção das mesmas previstos no orçamento para 1964, mas estava prevista a abertura de crédito especial no valor de Cr\$2.000.000,00. Contudo, diante de protestos do prefeito e da Comissão de Finanças, o crédito especial de dois milhões de cruzeiros foi cancelado sob a justificativa de que não haviam dotações a serem canceladas para cobrir tal despesa.<sup>93</sup> A comissão de “Educação e Saúde” foi de parecer favorável ao projeto, mas o que quero chamar à atenção aqui é o fato de que volta a ser utilizada esta denominação, ao invés de “Saúde e Assistência” presente em documentos do mesmo ano. Este aspecto da denominação das comissões, junto ao fato de que a Comissão de Viação e Obras Públicas opinava em projetos de educação, que não necessariamente envolviam a construção de prédios escolares, mostra que não eram muito claros os limites entre as designações de cada comissão.

Se no caso das escolas estaduais havia desde muitas décadas as caixas escolares, que visavam auxiliar alunos pobres para que se mantivessem estudando, no caso das escolas municipais houve a distribuição de itens específicos, como no caso de um processo de 1960 que tratava da distribuição de calçados e uniformes. Os artigos seriam destinados especificamente para escolas municipais, e o critério de distribuição seria estabelecido em função do nível de necessidade dos alunos, de forma que não havia garantia de distribuição a todos os estudantes. O valor inicialmente proposto para a

---

<sup>93</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1990. Projeto n. 1671. Uberlândia, 12 de junho de 1964.

compra dos uniformes e calçados era de Cr\$ 2.000.000,00, mas foi aumentado para Cr\$ 4.000.000,00 a pedido da comissão de Educação e Saúde, e a distribuição dos artigos ficaria a cargo do Serviço de Educação e Saúde.<sup>94</sup>

Ainda em 1964, o prefeito encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei tratando da reforma do Colégio Municipal de Uberlândia, de forma que objetivava a construção de novas salas de aula. Na justificativa, o prefeito afirma que a necessidade da reforma era incontestável e também que estavam “certos de que as despesas destinadas são, relativamente, pequenas, considerando-se o fato de que o corpo docente prestará seus serviços independentemente de qualquer remuneração.”<sup>95</sup> A comissão de Educação e Saúde foi favorável ao projeto, mas exigiu sua reelaboração por conta de imprecisões. Mas nem mesmo esta comissão contestou o argumento de que os professores trabalhariam sem remuneração. Assim, além de um sistema de ensino público de acesso restrito, os profissionais da área eram desvalorizados a ponto de se cogitar que trabalhassem sem remuneração.

No mesmo ano foi discutido um processo que propunha uma contribuição para o Ginásio São Judas Tadeu, situado em Uberlândia, sendo uma instituição de ensino privado, para que este pudesse enviar educadores para o “8º Congresso Nacional do Ensino Secundário, que se realizaria entre os dias 5 e 12 de 1964, em Salvador, Bahia. De acordo com o parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, o auxílio se justificava pelo fato de que o evento possibilitaria uma renovação dos conhecimentos e métodos pedagógicos e a oportunidade de debate para os profissionais da educação; pela importância da instituição que pedia o auxílio, pelos seus serviços prestados ao “povo” e colaboração para com os órgãos públicos, na medida em que recebia bolsistas; e pelo fato de que o nome da cidade iria “se apresentar em outros rincões da Pátria Brasileira, numa verdadeira promoção e divulgação de valores”.<sup>96</sup>

Este processo reforça a tendência à supervalorização das instituições de ensino privado da cidade a partir do poder público; e a transmutação de interesses de classe em interesse público, ou do povo, sobretudo a partir do vocabulário utilizado, como quando se fala que “a cidade” seria representada e que o colégio prestava importantes serviços

---

<sup>94</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1933. Projeto n.1674. Sala das Sessões, 25 de maio de 1964.

<sup>95</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2004. Projeto n. 1685. Justificativa. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 3 de junho de 1964. Raul Pereira de Rezende, Prefeito Municipal.

<sup>96</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2004. Projeto n. 1686. Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Sala das Comissões, 5 de Junho de 1964.

para “o povo”. No projeto de lei consta que o valor a ser repassado ao Ginásio São Judas Tadeu seria de Cr\$ 200.000,00; as comissões foram favoráveis ao projeto, mas em carta do Prefeito Raul Pereira de Rezende, endereçada ao presidente da câmara municipal, consta que a escola não enviou os representantes conforme pretendia, sendo sugerido o arquivamento do processo.

No mesmo ano, foi concedida uma subvenção ao “I Congresso de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Médio do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”, que aconteceria nos dias 29 e 30 de agosto de 1964, num valor de Cr\$ 100.000,00. O congresso em questão teria menor abrangência que aquele referenciado no processo n. 2004. Mas envolveria maior número de profissionais da região, do ensino público e também privado, e ainda assim, o valor inicialmente proposto era a metade daquele que seria liberado para os representantes do Ginásio São Judas Tadeu. Talvez por terem tomado com. ehecimento desta incoerência, os vereadores propuseram o aumento para Cr\$ 200.000,00 também para este congresso do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.<sup>97</sup>

Além da contribuição para a manutenção de bolsistas, haviam outras circunstâncias em que as instituições particulares recebiam verbas públicas. Em 1965, por exemplo, foi concedido um auxílio aos grêmios estudantis de 13 estabelecimentos de ensino, de forma que apenas um deles era público, no caso o Colégio Estadual. Para tanto, foram destinados Cr\$2.600.000,00, de forma que seria aberto crédito especial, ou seja, que não constava na proposta orçamentária, de forma que a quantia seria subtraída do Campo “Obras Públicas”, mais especificamente da verba prevista para o início da construção da estação rodoviária. Era comum, em meio aos processos da câmara, extrair recursos do orçamento de outras áreas, muitas das vezes sem muita relação com a educação, sobretudo quando havia necessidade de crédito especial. Na justificativa do projeto existe referência ao papel político dos grêmios estudantis, destacando-se a relevância de sua atuação em outros países. É irônico que assim se pronunciassem os vereadores pois o país já sofria as primeiras conseqüências do golpe militar de 1964, e uma das mais importantes delas foi justamente a repressão aos movimentos estudantis.<sup>98</sup>

No ano de 1965 o Colégio Tiradentes foi declarado de utilidade pública, com parecer favorável das comissões de Educação e Saúde; Finanças, Justiça e Legislação; e Agricultura, Indústria e Comércio, de forma que as últimas duas comissões apenas

---

<sup>97</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2029. Projeto n.1707. Emenda. Sala das Comissões, 21 de agosto de 1964.

<sup>98</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2175. Projeto n. 1846. Justificativa. Sala das Sessões, 30 de março de 1965.

exigiram alguma comprovação legal do funcionamento do colégio. Foi elaborado um atestado de funcionamento regular do colégio, posteriormente anexo ao processo da câmara que declarava a instituição enquanto sendo de utilidade pública. Destaco aqui a presença de um parecer da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, que não opinou em outros processos mais voltados para a educação, que quase sempre contaram com pareceres das comissões de Educação e Saúde; Finanças, Justiça e Legislação; e em alguns casos com a de Viação e Obras Públicas.

A presença de uma comissão com tal denominação aponta para a confluência de interesses das áreas da indústria, do comércio e da agricultura, questão perceptível também nos editoriais e na organização da revista “Uberlândia Ilustrada” dirigida por Jerônimo Arantes. Percebo a partir disso que o setor dominante em Uberlândia, no período estudado, era composto pelos comerciantes, industriais, latifundiários, profissionais liberais, e “intelectuais”. Eram indivíduos e grupos cuja origem de classe lhes possibilitava ocupar espaços estratégicos, como os cargos políticos eletivos, a direção das escolas, a direção dos órgãos de imprensa e os cargos administrativos preenchidos por indicação, ou estar ligados a vários destes espaços, como no caso do próprio Jerônimo.

Estes indivíduos e grupos estavam em condição para influenciar significativamente a administração pública, inclusive na área da educação pública, e defender concepções e projetos que dialogavam com seus interesses. Assim, aspectos como a exaltação das instituições particulares de ensino perpassaram os pareceres de diferentes comissões de vereadores, bem como as publicações da imprensa local.

No processo que declarava ser de utilidade pública o Colégio Tiradentes, mais especificamente no parecer da comissão de Finanças, Justiça e Legislação, o colégio era descrito como “uma instituição, que é útil, por si só, a toda Uberlândia, pois representa mais uma trincheira que se levanta em prol da Cruzada do Ensino”.<sup>99</sup> Ao declararem o colégio como sendo de utilidade pública, útil a toda a cidade, os pareceristas mascaravam a restrição do acesso ao ensino de qualidade, ocasionada pela escassez das instituições públicas e o descaso a que estavam submetidas, argumentando que o fato destas instituições receberem alguns bolsistas era prova de sua importância a nível local. Ora, elas recebiam uma quantidade insignificante de alunos, visto que estava previsto um mínimo de 12 bolsistas por escola particular, sobretudo diante do crescimento

---

<sup>99</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2126. Projeto n. 1833. Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Sala das Comissões, 13 de maio de 1965.

demográfico e aumento da demanda por escolas, além disso, não o faziam gratuitamente.

No ano de 1965 o Grupo Escolar Bueno Brandão completava cinquenta anos de existência e para as comemorações foi montada uma comissão. Na câmara, foi elaborado um projeto de lei para a concessão de auxílio à referida comissão no valor de Cr\$ 300.000,00. Na justificativa do projeto, são feitas alusões aos serviços prestados à comunidade local pelo grupo escolar em questão, mas também existe a denúncia sobre as más condições em que estaria funcionando. Esta denúncia não era gratuita, pois se tratava de uma instituição sob a responsabilidade do governo estadual, e este tipo de declaração, quando aparecia nos documentos da câmara, tratava basicamente das escolas estaduais. Assim, o município concedia auxílio ao grupo estadual na ocasião de seu “cincoentenário”.

As comissões que analisaram o projeto que concedia auxílio às comemorações do aniversário do grupo escolar foram de parecer favorável, de forma que eu destaco a forma como se pronunciou a Comissão de Finanças, Justiça e Legislação:

O grupo Bueno Brandão, no setor do ensino em Uberlândia, é um brasão de glórias imperecíveis, pois tem concorrido, exuberantemente, para o maior índice cultural de nossa terra.

Depois de cumprido as exigências legais, aprove-se, pois, o projeto, como homenagem, principalmente, à velha casa de ensino primário, ao ensejo de seu festejado cinquentenário.<sup>100</sup>

Por mais que o imperativo da formação para o mercado de trabalho no que se refere às funções da educação se tornava cada vez mais forte conforme se caminhava dos anos 50 para o final da década de 60, a concepção de educação como difusão de cultura ainda era significativa, como no caso do processo supracitado. Também destaco a tendência a tratar as instituições de ensino, fossem elas públicas ou privadas, enquanto organismos isolados, de forma que no caso dos grupos, era atribuída a cada um uma importância, qualidades e funções particulares. Parece não ser significativa a inserção dos mesmo no conjunto da educação pública, por exemplo, bem como não pareciam haver esforços no sentido de planificar as condições do ensino público.

A partir das considerações Selmane Oliveira, nota-se que as faculdades foram criadas em Uberlândia sobretudo a partir dos anos 60<sup>101</sup>, de forma que a prefeitura

---

<sup>100</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2182. Projeto n. 1852. Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Sala das Comissões, 13 de maio de 1965.

<sup>101</sup> OLIVEIRA, Selmane Felipe de. Crescimento urbano e ideologia burguesa: estudo do desenvolvimento capitalista em cidades de médio porte; Uberlândia (1950-1985). Uberlândia: Rápida editora, 2002.

também passaria a destinar recursos para manutenção de bolsistas nas faculdades particulares. Em 1965, um projeto de lei destinava recursos para a manutenção de doze bolsistas na “Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia”, definidos em Cr\$ 165.000,00 por aluno, sob a justificativa de que “em se tratando de alunos pobres, o município deveria pagar a dita escola a quantia correspondente a acima mencionada”.<sup>102</sup>

Práticas do legislativo local, apontadas nos primeiros processos da câmara analisados na presente pesquisa, eram mantidas com poucas alterações, basicamente com reajustes quantitativos. No caso do auxílio aos Caixas Escolares, um projeto de 1966 estabelecia que em 1967 seriam atendidas 21 escolas, quatro a menos que em processo de 1965 que normatizava o auxílio para 1966, sendo a medida novamente justificada por ser “tradicionalmente” tomada, sendo o valor a ser concedido a cada escola da ordem de Cr\$ 50.000,00. Notei que mais uma vez o aumento do valor da contribuição para as caixas crescia mais lentamente que no caso do programa de bolsas em instituições particulares. Por outro lado, o número de escolas públicas a receberem o auxílio crescia rapidamente, já o número de escolas listadas para receberem alunos carentes subiu timidamente em duas décadas. Assim, parece ter sido pouco alterada a tendência a valorizar as instituições particulares e a concentrar nelas o ensino secundário, reservando o acesso a ele apenas para aqueles que pudessem pagar, ou se mostrassem dignos de receberem a bolsa de estudos, ou ainda, conseguir uma vaga em uma das poucas escolas públicas da cidade a oferecerem este nível de ensino.

Neste sentido, a concessão de bolsas de estudos foi mantida para o ano de 1967 e as condições para a mesma foram expostas na proposição de lei nº 20/69. As bolsas seriam distribuídas pelo prefeito municipal após análise dos requerimentos escritos a serem feitos pelos candidatos às bolsas; seriam concedidas por apenas um ano; os candidatos que já fossem bolsistas teriam preferência; alunos reprovados não teriam direito à bolsa; e o cadastro dos bolsistas seria enviado à Câmara Municipal.<sup>103</sup>

Em relação ao auxílio aos caixas escolares, para o ano de 1968 foram listadas 28 escolas, aumento relacionado à inclusão de escolas municipais distritais no programa. O valor a ser destinado a cada uma delas seria de cinquenta cruzeiros novos. Uma

---

<sup>102</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2174. Projeto n. 1845. Justificativa. Sala das Sessões, em 22 de março de 1965.

<sup>103</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2364. Projeto n. 2019. Proposição de lei n. 20/69. 12 de março de 1967.

comparação com os anos anteriores em termos de valores torna-se relativamente difícil em função dessa mudança de moeda.<sup>104</sup>

Não bastassem os subsídios e contribuições para manutenção de bolsistas, as instituições particulares de ensino poderiam ser favorecidas com cancelamentos de débitos. É o caso do Instituto Irmã Tereza Valsé, que teve o débito de mil quinhentos e catorze cruzeiros novos e setenta centavos, referente a um calçamento, cancelado por um projeto de lei de 1968. As comissões que analisaram o projeto de lei foram favoráveis ao cancelamento justificado tanto pela dificuldades financeiras do colégio quanto pelos “serviços prestados à comunidade”.<sup>105</sup>

Pelos processos que tratam do quadro do funcionalismo público da cidade pode-se levantar interessantes hipóteses sobre as formas pelas quais se pensava e se conduzia a educação pública na cidade, sobretudo por sinalizar para a importância dada para cada categoria profissional e para cada área dos serviços públicos. Os valores monetários não dizem tudo, mas mantêm íntima relação com o valor socialmente atribuído às profissões e às áreas a que se relacionam. Em processo do ano de 1966 foram fixados os salários dos servidores públicos que valeriam a partir do ano seguinte. Na justificativa do projeto de lei, assinada pelo Prefeito Raul Pereira Rezende, há referência a um aumento de 91% para os chefes dos serviços públicos, e de 60% para os demais servidores, de forma que já estavam previstos reajustes e que se tratava de uma resposta também à elevação do custo de vida:

Diga-se, de passagem, que o funcionalismo nunca teve um padrão de vencimento condizente com a realidade e o teto firmado para 1967 virá apenas como medida paliativa, já que a elevação dos preços das utilidades corroerá rapidamente o poder aquisitivo do servidor.<sup>106</sup>

O Chefe do Serviço de Educação e Cultura receberia, anualmente, 3.600.000,00 cruzeiros; as diretoras, não mais agrupadas às professoras, receberiam mensalmente Cr\$ 105.000,00; as professoras Cr\$81.000,00, Cr\$85.000,00 ou Cr\$ 90.000,00; e as serventes, contratadas ou não, receberiam por mês Cr\$50.000,00. Os chefes dos demais serviços receberiam o mesmo valor, a diferenciação entre professoras e diretoras cresceu em relação a anos anteriores, e as serventes continuaram a receber os soldos

---

<sup>104</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n.2604. Projeto n. 2222. Proposição de lei n. 1168. 05 de março de 1968.

<sup>105</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2678. Projeto n. 2278. Exposição Justificativa. 7 de agosto de 1968.

<sup>106</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2331, projeto n. 1991. 29 de novembro de 1966.

mais baixos. Note-se que os oficiais administrativos tinham três valores de pagamento mensais diferentes, 130.000, 134.000 e 139.000 cruzeiros; os auxiliares administrativos por sua vez, 120.000, 122.000 e 125.000, ou seja, todos eles mais bem pagos que os professores, ou mesmo as diretoras.

Pela proposição de lei nº 88/68, a Câmara Municipal de Uberlândia decretava que o Executivo estava autorizado a abrir crédito especial para pagamento de aluguel do prédio onde funcionara o Grupo Escolar José Zacarias Junqueira no período de julho a dezembro de 1967, num valor de duzentos e quarenta cruzeiros novos. Os recursos para tal seriam angariados pelo superávit de arrecadação previsto para aquele exercício. Por este processo, percebe-se que já era comum o aluguel de instalações para escolas diante de algum impedimento para que funcionassem em espaço próprio.<sup>107</sup>

Também no final do ano em questão foram definidos novos salários para o quadro do funcionalismo público municipal. No documento, estabeleceu-se, para o Chefe da Seção de Educação e Cultura o salário mensal de Cr\$ 230,00, alcançando um vencimento anual de Cr\$2.760,00, ao passo que o Chefe do Serviço de Obras receberia anualmente Cr\$4.800,00. Vale destacar que a partir de meados dos anos 60 tornou-se cada vez menos comum o termo “Serviço de Educação e Saúde”, paulatinamente substituído por “Educação e Cultura”, mais próximo do que conhecemos hoje, apontando para uma crescente autonomia entre os serviços. Se no processo de 1966 que estabelecia o quadro do funcionalismo havia pouca diferença entre os salários dos chefes dos serviços, neste de 1968, que estabelecia os vencimentos para o ano seguinte, existem maiores discrepâncias, de forma que o chefe de Limpeza Pública receberia anualmente Cr\$ 3.360, ou seja, mais que o Chefe da Seção de Educação e Cultura.<sup>108</sup>

Em se tratando dos salários dos professores também percebi uma desvalorização em relação a outros servidores. Assim, dentro da própria seção de Educação e Cultura um motorista receberia Cr\$ 150,00 mensais e os professores da categoria C3, os de salário mais elevado dentre a categoria, receberiam Cr\$110,00. Professores C2 teriam pagamento de Cr\$ 85,00, categoria C1 o valor de Cr\$ 81,00. Havia ainda uma categoria sem denominação recebendo Cr\$ 65,00, pouco mais que o estabelecido para serventes, no caso Cr\$ 50,00. Mesmo as diretoras, que aqui também estão separadas das categorias

---

<sup>107</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2743, projeto n. 2326. 22 de novembro de 1968.

<sup>108</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2734, projeto 2320. Estabelece o quadro do funcionalismo público. 13 de novembro de 1968.

de professoras, receberiam dez cruzeiros a menos que um motorista. Tanto os cargos de professor quanto de diretor são redigidos no feminino, como nos processos anteriores.

Num outro quadro do mesmo processo foi feito o cálculo do pagamento individual de várias professoras, de forma que são incluídos o vencimento base, abono familiar, e o aumento concedido a cada cinco anos de serviço previsto na constituição do estado. Com estes acréscimos o pagamento máximo previsto foi de Cr\$ 181,00. O documento também listava os pagamentos dos servidores aposentados, de forma que Jerônimo Arantes, ex-chefe do antigo serviço de Educação e Saúde, receberia mensalmente, no ano de 1969, o total de Cr\$ 628,00. O valor de base para seus vencimentos anuais era de Cr\$ 4.800,00, ou seja, bem mais que o Chefe da Seção de Educação e Cultura em exercício.<sup>109</sup>

Cruzando as informações perceptíveis nos processos da Câmara com as considerações de Giseli Gatti percebi que existiam sim professores e diretores do sexo masculino, mas eles se concentravam no ensino secundário, o primário contava basicamente com profissionais do sexo feminino. Esta característica soma-se a várias outras que vão configurar a separação entre primário e secundário. O primário seria então o nível de escolaridade teoricamente garantido pelo governo para toda a população gratuitamente; espaço de atuação das profissionais do sexo feminino; acessível aos pobres, de forma que as crianças deste nível de ensino são quase automaticamente associadas à pobreza. O secundário estava restrito a algumas instituições estaduais, na época mais comumente denominadas “grupos escolares”, e às escolas privadas; atuavam profissionais de ambos os sexos; era freqüentado por alunos das mais diversas camadas sociais, a exemplo da E. E. de Uberlândia, tida como formadora de herdeiros das elites; bem mais restrito quanto ao número de vagas; e vinculado ao sistema de bolsas cujo acesso era restrito aos alunos comprovadamente pobres e com bom desempenho.

Páginas atrás eu comentava sobre uma certa indefinição na separação entre as atribuições do estado e do município, de forma que há indicações de que o município por vezes tomou medidas em relação aos grupos escolares e ao ensino secundário, como no caso do convênio entre estado e município para a criação de turmas de magistério nas instalações do Colégio Estadual de Uberlândia. Em processo do ano de 1968 ocorreu algo semelhante em que a câmara autorizou o prefeito a construir muros em

---

<sup>109</sup> Idem.

torno das novos grupos escolares urbanos do município, podendo gastar para tanto até a quantia de NCr\$ 5.000,00.<sup>110</sup>

O processo n. 2949, de novembro de 1970, estabelecia o quadro do funcionalismo público que entraria em vigor a partir de 1971. Existem quatro classificações diferentes de professoras, termo ainda utilizado exclusivamente no feminino, foi introduzido o cargo de auxiliar da biblioteca e a diferença entre os vencimentos de serventes e o de professoras de remuneração mais baixa, mensalmente, seria de apenas Cr\$ 31,25. As professoras continuavam a receber menos que vários funcionários de outros serviços, os fiscais da Seção de Fiscalização, por exemplo; houve aumento na diferença dos vencimentos de professoras e diretoras, sendo de Cr\$ 81,25 se compararmos as diretoras com a categoria docente de vencimentos mais altos, como pode-se perceber na figura abaixo:

---

<sup>110</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2723, projeto n. 2314. Uberlândia 17 de outubro 1968.



CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

- 3 -

CÓDIGO	QUANTIDADE	CARGOS	VENCIMENTOS	
			MESES	ANUAIS
11	1	F - SERVIÇO DA DÍVIDA ATIVA Chefe do Serviço da Dívida Ativa, IS - 35	625,00	7.500,00
				7.500,00
11	1	G - TESOUREARIA Tesoureiro, IS - 35	625,00	7.500,00
				7.500,00
11	1	H - SEÇÃO DE LANÇAMENTO Chefe de Seção de Lançamento, IS - 29	437,50	5.250,00
				5.250,00
12	1	I - SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO Chefe da Seção de Fiscalização, IS - 29...	437,50	5.250,00
12	3	Fiscal Técnico de Renda, CA-19 a 4.125,00.	343,75	12.375,00
12	5	Fiscal de Rendas, CA-17, a Cr\$ 3.375,00 ...	281,25	16.875,00
12	2	Fiscal de Rendas, CA-16, a Cr\$ 3.225,00 ...	268,75	6.450,00
12	2	Fiscal de Rendas, CA-15, a Cr\$ 3.000,00 ...	250,00	6.000,00
12	4	Fiscal de Rendas, CA-14, Cr\$ 2.775,00.....	231,25	11.100,00
				58.050,00
		SOMA DA UNIDADE III . . . . .		171.075,00
		UNIDADE IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL		
		A - GABINETE DO SECRETÁRIO Secretário Municipal da Ação Social. . . . .	875,00	10.500,00
				10.500,00
		B - SEÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Chefe da Seção de Educação e cultura IS-29	437,50	5.250,00
61	1	Motorista, IS - 18. . . . .	281,50	3.375,00
61	2	Diretora, IS - 17, a Cr\$ 3.225,00 . . . . .	268,75	6.450,00
61	10	Professora, CA-10, a Cr\$ 2.250,00 . . . . .	187,50	22.500,00
61	20	Professora, CA-9, a Cr\$ 2.175,00 . . . . .	181,75	43.500,00
61	20	Professora, CA-8, a Cr\$ 2.100,00 . . . . .	175,00	42.000,00
61	30	Professora, CA-5, a Cr\$ 1.875,00 . . . . .	156,25	56.250,00
61	5	Servante, IS - 6, a Cr\$ 1.500,00. . . . .	125,00	7.500,00
67	1	Bibliotecária, IS - 20, . . . . .	306,25	3.675,00
67	2	Auxiliar de Biblioteca, IS - 12, a Cr\$. 2.475,00 . . . . .	206,25	4.950,00
				195.450,00
		C - SEÇÃO DE TURISMO E PROMOÇÃO Chefe da Seção de Turismo e Promoção . . .	437,50	5.250,00
				5.250,00
		D - SEÇÃO DE BEM ESTAR SOCIAL Chefe da Seção de Bem estar social, IS - 29	437,50	5.250,00
				5.250,00
		E - SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Chefe da Seção de Previdência, IS - 29....	437,50	5.250,00
73	1	Médico, CO-9, a Cr\$5.250,00. . . . .	437,50	42.000,00
73	8		437,50	

cont.....

Figura 3. CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2949, projeto n.2510. Estabelece o quadro geral de funcionários municipais e fixa-lhes os respectivos vencimentos e contem outras providencias. 29 de novembro de 1970. Arquivo Público de Uberlândia.

Pela análise da proposta orçamentária para 1971 é possível perceber a permanência de muitos elementos apontados nos processos do período de 1950 a 1970. A receita fora orçada em Cr\$ 7.776.000,00, de forma que as despesas seriam de igual valor. A forma de distribuição dos serviços mudou, de forma que dentro do item IV – Secretaria Municipal de Ação Social existem as seções de Educação e Cultura, para qual foram destinados Cr\$ 812.618,75; de Turismo e Proteção; de Bem estar social; e de

Assistência Social. Dentro desta secretaria, a Seção de Educação e Cultura foi aquela para a qual foram destinados mais recursos, alcançando 10,5% do orçamento, representando uma diminuição em relação a outros anos, pelo menos em se tratando de percentual.<sup>111</sup>

Por mais que os projetos de lei tenham sido as fontes analisadas mais detalhadamente e em maior quantidade neste trabalho, percebi perfeitamente que a elaboração e análise de projetos de lei não eram as únicas formas de atuação em relação à educação empreendidas pelo poder público municipal. O trabalho de Sandra Fagundes de Lima<sup>112</sup> oferece importantes informações sobre o funcionamento da fiscalização e gestão da educação pública na medida em que ela enfoca a atuação de Jerônimo Arantes enquanto inspetor municipal de ensino, e posteriormente chefe do serviço de educação e saúde, parte de seu trabalho que mais interessa às indagações desta pesquisa. A autora também fornece informações e analisa a revista “Uberlândia Ilustrada”, publicada e por ele dirigida entre meados da década de 30 e o ano de 1961; além de trazer considerações sobre o colégio particular que ele fundou, além de ocupar o cargo de diretor, questões que também ajudam a pensar as problemáticas propostas para a presente pesquisa. Além do mais, o trabalho da autora supracitada, bem como de outros pesquisadores, muitos deles ligados ao núcleo de estudos em “História e Historiografia da Educação” da Universidade Federal de Uberlândia; foram importantíssimos no sentido de me direcionar para determinadas fontes primárias.

Pois bem, a atuação de Jerônimo Arantes como Chefe do Serviço de Educação e Saúde, de 1946 a 1959, é de maior interesse para a presente pesquisa, sobretudo pela proximidade cronológica com o período sobre o qual tenho me concentrado. Mas pelas considerações de Sandra Lima não parece ter havido significativas mudanças nas tarefas por ele desempenhadas, e é curioso o fato de que ele sai da Inspetoria diretamente para o Serviço de Educação e Saúde. Enfim, ele visitava escolas; presenciava a aplicação de exames; inaugurava escolas; formulava relatórios que viriam a compor atas da prefeitura municipal; além de dar orientações a diretores e professores. A autora tem a clareza de que o que ele expunha nos textos oficiais ia muito além de uma descrição minuciosa e desinteressada do funcionamento do ensino público municipal; ele inseria

---

<sup>111</sup>CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2946. Projeto n. 2507. Proposta orçamentária para o ano de 1971. Uberlândia, 28 de novembro de 1970.

<sup>112</sup> LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. Campinas: São Paulo, 2004. (tese de doutorado)

nos documentos o significado por ele atribuído à educação, suas finalidades e objetivos. Mas parece-me empobrecedora a afirmação da autora de que eram as concepções dele acerca da educação, sem mencionar suas relações com grupos específicos e inserção na dinâmica social.

Digo isso sobretudo porque em meio aos trechos das atas que Sandra Lima transcreve estão expostos valores e idéias em torno da educação que também são visíveis nos processos da Câmara Municipal e em periódicos da época. Nas atas de termo de visita às escolas ele sempre fazia questão de mencionar o “bom comportamento” e “aproveitamento” dos alunos, bem como a admirável atuação das professoras, pontos que dialogam com a valorização da disciplina e dos resultados quantitativos. Estas questões orientaram a construção das cantinas escolares e regulamentação da concessão de bolsas de estudos, respectivamente, e que não eram demandas apenas do senhor Arantes, que também elogiava a utilização dos uniformes, como no caso dos estudantes que ele observara em ocasião de aplicação de exames finais na Escola Pública Municipal da Fazenda Paraíso.<sup>113</sup>

De qualquer forma, Arantes insistia na necessidade de construção de instalações próprias para as escolas rurais, além de sugerir mudanças nos locais em que a sala de aula fazia parte de residências no sentido de atenuar as inconveniências deste tipo de instalação:

Quanto à parte da casa alugada a outros inquilinos, opino que se faça uma parede separando a parte da sala das dependências ocupadas pela família formando-se um corredor onde ficam as duas portas internas vedando desse modo o contato dos alunos com o interior da casa.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> UBERLÂNDIA, Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Ata de exames realizados no dia 22 de outubro de 1952*. Uberlândia, 1952. Livro 97, p. 19. APU. ARE. Apud LIMA Op. Cit. p. 116.

<sup>114</sup> UBERLÂNDIA, Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Ata do termo de visita realizada no dia 14 de maio de 1951*. Uberlândia, p. 1951. Livro 109. APU. ARE. p. 5.

## Capítulo3

### A educação sob a perspectiva da imprensa uberlandense

A utilização da imprensa como fonte na presente pesquisa partiu da premissa da inserção dos jornais e revistas nas relações sociais, de forma que ultrapassam a condição de depositários de notícias, e se envolvem nas disputas cotidianas, embora nem sempre essa inserção é explicitada nos textos impressos, predominando nos materiais analisados a tendência a colocar como objetivos “falar em nome de todos”, “manter o cidadão informado” ou representar os interesses da cidade. O espaço urbano é muitas das vezes idealizado como horizontalmente coeso, marcado por interesses que seriam de toda a população, mas em muitas brechas, propositais ou não, as divergências chegam até as páginas dos periódicos, mesmo em se tratando de cisões entre as classes dominantes. Assim, os jornais e revistas devem ser pensados em sua historicidade, e na presente pesquisa concentrei-me na busca tanto de notícias e informações sobre a educação pública, quanto as concepções e ideais referentes a ela, bem como a repercussão e posicionamento da imprensa diante das medidas efetivamente tomadas no município. Tratou-se de um esforço por cruzar diferentes tipos de fontes, de forma a perceber como os grupos dominantes e os políticos locais pensaram e conduziram a educação pública, e a partir daí inseri-la na totalidade da dinâmica social. Como afirma Heloísa Cruz:

Pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Implica, sim, trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção, o estudo da imprensa desloca-se da história dos meios de comunicação em direção à história social.<sup>115</sup>

Regma Maria dos Santos elaborou um histórico do desenvolvimento da imprensa em Uberlândia buscando verificar se, apesar das especificidades de cada contexto histórico, a imprensa teria cumprido sua função de “formar e informar cidadãos”<sup>116</sup>, de forma que possibilitou-me saber quais órgãos de imprensa existiam na cidade no início da década de 50, período que a autora considera como consolidação da

---

<sup>115</sup> CRUZ, Heloísa de Faria. No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 39. Jul. dez. 2008. p.32.

<sup>116</sup>SANTOS, Regma Maria dos. Práticas culturais: as tipografias, os jornais e as livrarias de Uberlândia (1987- 1950). *História & Perspectivas*.Uberlândia, n. 40. Jan. Jun. 2009. p. 207.

imprensa na cidade, tanto pelos jornais quanto pelas revistas, que vinham ganhando espaço. A autora também considera a inserção dos órgãos de imprensa nas relações sociais, mas parece ter interiorizado em demasia a concepção de que a imprensa seria veículo de cultura e civilização, bem como protagonista no ato de informar, que está presente nas próprias fontes analisadas.

A professora Marta Emísia Barbosa também traz contribuições para o debate teórico metodológico relativo à utilização da imprensa na pesquisa historiográfica. A autora lembra que existem diferentes possibilidades de tratamento para com a imprensa, indo desde a coleta de notícias, até um posicionamento crítico atento à sua inserção nas relações sociais:

Esta última posição exige um processo de aprendizagem, porque implica escolhas políticas fundamentais. Impele estabelecer um lugar da crítica social, posicionar-se em relação aos sujeitos que vivem diferentes e desiguais experiências que se confrontam em meio a interesses antagônicos. A depender de nossas escolhas teórico-metodológicas e políticas, a forma de investigar os diferentes temas e fontes sofrerá modificações, seja para construir visibilidades necessárias das relações sociais, seja para silenciar.<sup>117</sup>

Marta Barbosa também destaca a complexidade da inserção da imprensa nas relações sociais e no meio em que os jornais e revistas são produzidos, lembrando que vai muito além da simples veiculação de notícias:

... os percursos de constituição das imagens, dos textos escritos, da publicidade na imprensa, nos diferentes espaços, invadem a cidade, atravessam campos de interesses diversos que se coadunam ou se conflitam entre fotógrafos, repórteres, proprietários, governos, leitores, a interferir na rede que produz e faz circular notícias, saberes, opiniões.<sup>118</sup>

A revista *Uberlândia Ilustrada* publicou artigos em que jornalistas parabenizavam-na pelo desempenho, os jornais da época também costumavam noticiar e comentar a criação de novos periódicos em Uberlândia e cidades vizinhas, o que evidencia que mais que uma consciência de sua importância, os órgãos de imprensa buscavam convencer o povo desta importância. O jornal “*Correio de Uberlândia*”, que terá destaque nas páginas a seguir, também publicou artigo parabenizando a revista,<sup>119</sup> da mesma forma que, ao noticiar a inauguração de escolas, costumava destacar a

---

<sup>117</sup> BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In. : ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.). *Outras histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 267.

<sup>118</sup> Idem, *Ibidem*. p. 270.

<sup>119</sup> UBERLÂNDIA Ilustrada. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 abr. 1955. Sem página.

presença de Jerônimo Arantes, diretor da revista e chefe do Serviço de Educação e Saúde a partir de 1946. Assim, nas páginas de ambos os periódicos não transparece qualquer espécie de rivalidade entre eles.

A veiculação de notícias é processo que envolve seleção, escolhas, e o que fica de fora é significativo para compreensão dos interesses em jogo. A exemplo disso, a revista *Uberlândia Ilustrada* raramente falava da educação pública com o tom de denúncia das más condições recorrente no *Correio de Uberlândia*. Uma possível explicação está no fato de que Jerônimo Arantes ocupou cargos de importância na administração do ensino público, e denegrir o serviço do qual ele fez parte talvez implicasse em prejuízo à sua imagem de defensor da instrução.

No jornal “A Tribuna” foi publicada uma nota de incentivo às caixas escolares, ainda pouco abrangentes no período da publicação, mas que se expandiram no período privilegiado para a minha pesquisa:

Uma das mais salutareas instituições que é mister que sejam mantidas nos centros de ensino público primário, é sem dúvida a “caixa escolar” cuja finalidade de um altruísmo incomparável é atrair a criança pobre para o grupo escolar e ahi mantê-la convenientemente.<sup>120</sup>

No artigo do jornal a caixa escolar não se constitui em política pública, ou mesmo obrigação do Estado, associa-se a uma caridade, favor prestado. A contribuição às caixas da parte do governo municipal também era tratada num tom semelhante. Outra questão que destaco diz respeito à forma de nomear os atendidos pela iniciativa, no caso, “a criança pobre” a ser atraída e mantida no grupo escolar.

Nomear indivíduos, grupos ou classes é uma prática social extremamente significativa, diz muito das relações sociais, e é uma questão que nós historiadores não podemos ignorar, seja na análise dos documentos, seja na escrita historiográfica. Déa Fenelon comenta o quanto estas questões são complexas e essenciais, de forma que ela destaca, em sua discussão, “cultura popular” e “classe”.<sup>121</sup> No caso da presente pesquisa, são questionamentos significativos: Quem são os pobres? Sob que bases se sustenta a delimitação dos pobres e os que não são? Fica claro que são definições

---

<sup>120</sup> CAIXAS escolares. *A Tribuna*, Uberlândia, 20 abr. 1934. n. 786. p. 4

<sup>121</sup> FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In. : *História e Perspectivas*. n.6. Uberlândia, Jan./Jun. 1992.pp. 5-23. No artigo em questão discute-se a dificuldade de delimitação entre cultura popular e cultura dominante, a diferença entre nomeação de classe e a consciência dela, que não necessariamente correspondem entre si, e o recorrente uso da expressão “vontade do povo” como forma de escamotear as diferenças de interesse e reforçar práticas de dominação.

exteriores, formuladas por pessoas diferentes daquelas a quem são aplicadas, ou seja, pelo que percebi na documentação, os alunos e seus familiares não se colocavam como “pobres”

Da mesma forma a pobreza aparece como condição imutável e intrínseca, não se pensa nas suas origens na organização sócio-política vigente, no máximo ela é associada a uma incapacidade dos pais para sustentar de forma digna as crianças. Fica difícil para mim também denominar estas pessoas, pois variavam as condições sócio-econômicas dos freqüentadores das escolas públicas, sobretudo se lembrarmos que a E.E. de Uberlândia não recebia auxílio à caixa escolar, o que sugere que esta instituição não a possuía, ou que seus alunos não necessitavam de tal serviço beneficente. Da mesma forma, não pesquisei em fontes mais diretamente ligadas a estes sujeitos, o que impossibilita detectar como se auto-afirmavam. Talvez seja possível falar em “classes trabalhadoras”, denominação feita exteriormente aos sujeitos, mas que também tem sérias limitações, pois desde décadas atrás, o ensino público atende também a crianças cujos pais não estão empregados, e tradicionalmente no Brasil, trabalho associa-se a emprego formal, inclusive naquele período.

A revista *Uberlândia Ilustrada*, que trouxe dados estatísticos da educação na cidade, referentes ao ano de 1951, em uma publicação de janeiro de 1952, costumava fazer balanços da rede de ensino. Havia 4 grupos escolares, sob responsabilidade do Estado de Minas Gerais, e 7 escolas no perímetro urbano; e 7 grupos e 44 escolas na área rural. Na cidade contava-se 1807 matrículas, no campo, 1549, o que mostra que na zona rural, havia mais unidades comportando menos alunos, provavelmente em decorrência da extensão do município. Consta no referido periódico um total de 110 professores na rede municipal. Pela rede estadual eram mantidos 3 grupos escolares na cidade, e outros dois em distritos, comportando 1879 matrículas, e um total de 68 professores. A revista ainda listava 16 unidades de ensino particular, somados aí externatos e cursos anexos, num total de 1964 alunos<sup>122</sup>. Conclui-se que no meio urbano havia mais alunos, mas na zona rural a quantidade de matrículas era apenas ligeiramente menor, sobretudo se não incluirmos os alunos da rede privada nessa comparação. No total, a rede pública atendera a 5235 matrículas no ano de 1951, contra 1964 da rede privada. Ainda assim, a rede privada se mostra numerosa em instituições, mostrando que a expansão da educação pública não parece ter diminuído a presença deste tipo de

---

<sup>122</sup> UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 15. Uberlândia, jan./1952. p. 12

instituição predominante nas primeiras décadas do século XX, em Uberlândia, conforme mencionei anteriormente.

Em números em que a “Instrução” recebeu destaque, a revista se esmerou em construir uma memória da educação na cidade em que grandes proprietários rurais teriam sido pioneiros, pois as primeiras escolas tinham sido construídas em suas terras, de acordo com Sandra Lima, com o intuito de manter os empregados das fazendas ali. As estatísticas apresentadas na Revista, muitas das vezes publicadas também no jornal “Correio”, onde eram assinadas justamente por Arantes<sup>123</sup> na condição de Chefe do Serviço de Educação e Saúde, apresentavam uma superioridade numérica das escolas rurais, mas as péssimas condições destas escolas não apareciam na revista, como ocorria nos relatórios de Arantes cujas informações compunham atas da prefeitura.

No referido artigo do jornal “Correio”, consta um total de 4 grupos urbanos; 7 “escolas isoladas”, provavelmente um termo para designar as escolas municipais urbanas de ensino primário; e 44 escolas rurais. Quanto às matrículas, nos grupos escolares o total fora de 1.177; nas escolas isoladas, 630; e nas escolas rurais 1.549; ou seja, as 11 unidades urbanas superavam, em número de matrículas, as 44 escolas rurais juntas, o que é previsível pois as escolas rurais tendem a ser pequenas e a concentrar poucos alunos. Em se tratando do professorado, o jornal aponta 62 professores na cidade e 48 no meio rural, totalizando 110 profissionais, de forma que se tem 1 professor para cada escola rural e mais quatro profissionais, o que sugere que algumas das escolas rurais tinham mais alunos e mais de um professor. A verba municipal destinada à educação pública, naquele ano, teria sido de Cr\$ 1.009.000,00, e a data do levantamento estatístico é de 4 de dezembro de 1951, assinada por Jerônimo Arantes.<sup>124</sup>

Os jornais “A tribuna” e “Correio de Uberlândia” tinham características muito próximas no que se refere à estrutura das edições. O número de páginas era restrito, na maioria das edições eram apenas quatro, algumas edições comemorativas receberam seis páginas. No caso do jornal “Correio de Uberlândia” esta quantidade de páginas se manteve até o final dos anos 50. Em todos os jornais analisados havia grande quantidade de propagandas, predominando o setor farmacêutico, as lojas de eletrodomésticos, a venda de medicamentos, médicos e seus consultórios, e conforme se avançava para os anos 60, foram surgindo propagandas de automóveis. As escolas particulares também deixavam suas logomarcas e anunciavam datas de matrícula e

---

<sup>123</sup> ESTATÍSTICA Escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 dez. 1951. p. 3.

<sup>124</sup> ESTATÍSTICA Escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 dez. 1951. p. 3.

formaturas nestes jornais. Mas as páginas exclusivamente de anúncios tal qual conhecemos hoje eram pouco utilizadas, quando havia um bloco de anúncios no jornal “Correio”, não chegava a ocupar uma página inteira. Na maioria dos casos, notícias e anúncios estavam intercalados, como no caso a seguir:

# A campanha das donas de casa

Compreender-se-ia perfeitamente o resultado político dessa campanha se as donas de casa fizessem alhures contra a carne da carne se fosse só carne que estivesse sendo o objeto de especulação por parte do comércio inescrupuloso. Essa campanha tem sido estimulada por muitas regiões. Em que é que ela resume? Em diminuir o mesmo suprimento o conteúdo do artigo que está sendo margem à especulação.

A supressão de certos alimentos é impossível sem afetar a população. A redução a um mínimo indispensável é um problema do qual em que todas as coisas compulsivamente durante o curso. Ora, não é só a carne que se vende por preços acima das possibilidades aquisitivas do povo, são todas as mercadorias necessárias ao seu sustento. Se ele fizer greve de não adquirir gêneros de carne de sua cozinha, ou se limitar a comprar uma quantidade inabitual, provavelmente o barateamento porque a oferta a ser maior do que a procura; mas quando suceder já a população estará morrendo de

fome ou aniquilada a um grau de fraqueza com que não suportará o trabalho nem poderá aproveitar o resultado do seu sacrifício alimentar.

É uma tolice esse conselho para a redução das compras, que há muito tempo já estão reduzidas ao estritamente indispensável na grande maioria dos lares brasileiros. O processo, repetimos, só poderia produzir efeito com relação a determinado artigo, como sucedeu com a carne em Belo Horizonte, por exemplo, que já apareceu com fartura quando as donas de casa se abstiveram de tal iguaria em suas mesas. Mas, se é possível, embora com algum prejuízo nutritivo, passar sem carne, não acontece o mesmo com o ração, a manteiga, o arroz, o feijão, a banha, o açúcar, o leite, etc. E tudo isso vem servindo para o tubarão realizar prodígios de negócios sugando até a última gota o sangue das massas trabalhadoras.

O problema da alimentação não pode ser solucionado com mais privações do que até aqui têm sido impostas à resistência da nossa raça. Ao contrário, o que precisamos, é de melhorar de maneira generalizada as condições de todas as famílias pobres e remediadas, e talvez mesmo de muitas

que pairam nas alturas da abundância. Como, pois, incentivar uma campanha de sub-nutrição e de desistência das vitaminas sem as quais o organismo humano não se equilibra convenientemente? O processo tem de ser outro. Os poderes públicos têm de agir no sentido de tornar menos asfixiante o custo da vida. Mas a vida se prolonga com os fatores essenciais de movimento e

de sanidade de todos os órgãos. Não é passando sem carne ou sem açúcar que isto se consegue: é comendo uma quota suculenta e de boa qualidade, comprada por preço racional. Para isso é preciso que haja produção. A produção enche o mercado e a polícia cumpre meter na cadeia aqueles que querem viver da extorsão, da fraude, do roubo.

## Dr. Honorato V. Carvalho

### GIRURGIA GERAL

Avisa a seus amigos e clientes que na próxima semana estará com seu consultório instalado à Av. João Pinheiro 595 fone 1032

**CIRURGIA GERAL:** Estomago vesícula biliar, intestinos, tireoide, hernias, apendicite, varicocele, varizes, rins, bexiga, etc.

**Clinica e Cirurgia GINECOLOGICAS** — Aparelho digestivo

Consultório) Av. JOAO PINHEIRO 595  
Residência) Fone 1032 - UBERLÂNDIA



**01º nos esportes**

Porque suas reservas físicas foram asseguradas pelo BIOTONICO FONTOURA. Em qualquer idade que se pratique esporte, é de vital importância proteger o organismo com um poderoso e certificador como o BIOTONICO FONTOURA, cuja fórmula científica consagrou-o uma tradição de saúde na família brasileira.

**BIOTONICO FONTOURA**

- o mais completo fortificante -

**Até o líder do PTB**

Rio 9. — No caso da re... desenvolvido pelo líder Gus...

**Imoveis**

Figura 4. Primeira página do jornal "Correio de Uberlândia", edição do dia 10 de fevereiro de 1952.

A utilização de fotografias foi pouco comum, abundavam desenhos tanto em anúncios quanto em notícias. Costumava-se publicar fotografias de líderes do executivo,

do prefeito da cidade ao presidente da república, em ano eleitoral também dos candidatos, e de algumas celebridades locais. Já na passagem para a década de 60 tornou-se mais comum a presença de fotos dos artigos anunciados, ao invés de serem apenas desenhados. Os jornais possuíam também muitas divisões em colunas verticais, algumas páginas chegaram a ter seis delas; era comum também um artigo começar numa determinada página e ser concluído duas ou três páginas a seguir. De um modo geral, as notícias e artigos mais voltados para a educação pública não costumavam aparecer na primeira páginas. Isso acontecia basicamente quando se tratava de artigos com autoria definida e que denunciavam o descaso da administração estadual em relação à educação.

Houve a publicação de algumas colunas recorrentes, como no caso de “Vida Espírita”, “Vida Católica” e “Coluna Escolar”, mas elas não eram diárias e a periodicidade das publicações era aleatória. No caso de “Coluna Escolar”, na maioria dos casos foram publicados textos escritos por alunos dos mais diferentes níveis de escolarização, mas não eram necessariamente discussões sobre o cotidiano escolar ou sobre a educação em geral. No dia 11 de maio de 1958, por exemplo, foi publicado, na “Coluna Escolar”, um texto de Iran Maia Júnior, da 4ª série B do Colégio Estadual de Uberlândia, cujo conteúdo era exclusivamente uma mensagem do dia das mães.<sup>125</sup>

O jornal “O repórter”, por sua vez, tratava das más condições destes estabelecimentos e afirmava que diante da falta do poder público os “beneficiados” pelas escolas deveriam ajudar a mantê-las funcionando, seja com serviços, seja com auxílio financeiro:

Os interessados que são os fazendeiros e todos os habitantes dos bairros servidos por estes institutos, devem, entretanto, desenvolver sua solicitude para melhorar essa situação, dando às professoras e aos estudantes um pouco de conforto e as condições higiênicas necessárias.<sup>126</sup>

Conforme já comentado, a mesma revista trouxera matéria referente ao Patronato de Menores endossando a prática do assistencialismo para as camadas pobres, enaltecendo-o inclusive. Estas práticas não se inseriam no quadro de obrigações do

---

<sup>125</sup> IRAN MAIA JÚNIOR. Coluna escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 mai. 1958. p. 1. A prática de publicar redações dos alunos na “Coluna Escolar” manteve-se por vários anos. Em 1964, por exemplo, foi publicada uma redação sobre o Natal que fizera parte da prova final de um aluno chamado Salomão Filipe Milken. SALOMÃO Filipe Milken. Coluna Escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 4 jan. 1964 p. 1.

<sup>126</sup>ENSINO Municipal Louvável. *O Repórter*. 18 nov. 1947. Apud LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. Campinas, SP. 2004. Tese de doutorado.

Estado, e da mesma forma as caixas escolares eram compreendidas também na imprensa, como caridade de políticos e cidadãos ilustres da cidade. Na revista, também condenam-se as desconfianças em relação à utilização dos recursos no Patronato.<sup>127</sup>

Em artigo de 9 de dezembro de 1951, intitulado “Azáfama escolar”, jornal “Correio” comentava o encerramento do ano letivo nas escolas e o clima de euforia de que esta época costumava se revestir. De acordo com o artigo, os principais motivos de felicidade dos alunos dos níveis primário e secundário seriam os resultados finais e a diplomação. É notável o apreço à obtenção de resultados quantitativos favoráveis, que não eram alcançados por todos os alunos, mas de acordo com o artigo, nos casos em que ainda fora possível “passar de ano”, ainda havia consolo, e estes estudantes podiam interiorizar o entusiasmo geral do encerramento das aulas.

As reprovações, por sua vez, constituíam problema mais grave, “decorrentes em alguns casos de descuidos e de vadiagem que são pecados próprios da idade, e em outros casos de eclipse da inteligência na assimilação das disciplinas”<sup>128</sup>. Neste ponto, destaco o olhar moralista sobre a questão do desempenho escolar, de forma que os bons resultados dependeriam de determinadas condutas. A reprovação traria consigo prejuízo e perda de tempo, atraso na formação dos alunos, que deveriam, nestes casos, empenhar-se mais para no ano seguinte ter motivos para comemoração. Não há qualquer referência a condições sociais que poderiam levar ao mau desempenho, trata-se, na concepção do artigo, de questão de esforço individual, que no máximo pode ser atrapalhado por questões da idade e certas dificuldades de aprendizado.

Ainda no artigo “Azáfama escolar”, os estudantes são apontados como base para o futuro sobretudo enquanto profissionais, de forma que são apontadas possíveis ocupações e alternativas de continuidade dos estudos. Num outro momento o artigo parabeniza a atuação de um “batalhão de professoras”, destacando seis instituições tanto de ensino regular quanto do profissional, como era o caso da Escola Técnica de Comércio. A única escola pública mencionada é o “Colégio Estadual de Uberlândia”, descrita no artigo como instituição oficial. O artigo resume a história da fundação do Colégio Nossa Senhora, do Colégio Brasil Central e do Liceu de Uberlândia, destacando as figuras “ilustres” responsáveis pela iniciativa, bem como os benefícios que cada instituição representava para “a juventude local”. No caso do Colégio Estadual, a iniciativa governamental é associada apenas à fundação; seus êxitos

---

<sup>127</sup>UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 18. Uberlândia, fev. 1954.

<sup>128</sup>AZÁFAMA escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 9 dez. de 1951.

posteriores são atribuídos ao diretor Osvaldo Vieira Gonsalvez, à sua “vocação para o magistério”, sendo que este personagem foi recorrentemente referenciado nas fontes interpretadas por Giseli Gatti. Assim, a qualidade do ensino parecia estar sempre associada à atuação de indivíduos específicos, e não era apontada como objetivo a ser alcançado com políticas públicas efetivas, mesmo quando se tratava de escolas públicas, seu destino dependeria de talentos individuais.

No mesmo dia, o jornal anunciou a colação de grau do Colégio Estadual de Uberlândia, que ocorreria no dia 14 de dezembro, no auditório da escola, apontando as turmas de formandos, com os respectivos alunos, paraninfos e oradores. O artigo é de interesse na presente pesquisa por apontar os cursos disponibilizados na escola, sendo eles o “Curso Ginásial”, “Curso Científico”, com turma diurna e outra noturna, e “Curso Clássico”. O “Curso Ginásial” era intermediário à formação superior, próximo ao atual ensino médio, mas no caso dos cursos “Científico” e “Clássico”, não encontrei nas fontes, ou mesmo na bibliografia consultada, informações que me permitam definir sua natureza.<sup>129</sup>

Ainda no ano de 1951, um artigo da autoria de Maria Teresa<sup>130</sup>, trata de um aspecto que também foi perceptível em processos da Câmara: o funcionamento de escolas diferentes no mesmo prédio. O mais comum era o funcionamento de escolas municipais nas instalações dos grupos escolares estaduais, geralmente no horário em que não havia aulas da escola estadual, sobretudo à noite. O espaço físico era o mesmo, mas a direção, funcionários e corpo docente eram diferentes. Tanto os jornais quanto os documentos da Câmara indicam que esta situação era transitória, decorrendo sobretudo de reformas ou do fato de que determinada escola municipal ainda não havia sido concluída. Mas acredito que em muitos dos casos esta situação se prolongava, como percebi no processo que normatizava um convênio entre estado e município firmado por dois anos e que propunha situação semelhante a esta.

No artigo acima mencionado, fala-se do Grupo Municipal Augusto Cesar, em funcionamento desde 1937, ou seja, há quatorze anos, à noite, no prédio do Grupo Escolar Bueno Brandão, cujos alunos eram maiores de doze anos, com uma frequência de 300 rapazes e moças. Faziam parte do grupo municipal 1 servente e 9 professoras, além da diretora Nilza Guimarães Cunha. A autora do artigo lembra que não havia porteiro, e não há referências a bibliotecárias ou secretárias. São apontadas várias

---

<sup>129</sup> COLAÇÃO de grau. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 dez. 1951. p. 4.

<sup>130</sup>MARIA TERESA. Escolas Municipais. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 7 jul. 1951. s. p.

carências enfrentadas pela comunidade do Grupo Municipal Augusto Cesar. As salas de aula não eram suficientes, de forma que classes diferentes dividiam uma mesma sala, de forma que as professoras tinham de elevar bastante sua voz e fazer um revezamento, enquanto uma turma ouvia exposições orais, a outra realizava exercícios escritos. As turmas tinham cerca de 60 alunos, de forma que nas salas com duas turmas o total chegava a 100 alunos num mesmo espaço, o que a autora considera extremamente anti-pedagógico. Há uma diferença básica na exposição de Maria Teresa se comparamos com os documentos oficiais, com a revista *Uberlândia Ilustrada*, ou com os artigos sem autoria definida publicados no jornal *Correio*: ela encara o problema como falta grave da administração pública, e não repete a tendência a limitar a situação das escolas a uma questão de êxito ou fracasso de indivíduos específicos.

Os estudantes de que fala Maria Tereza também são diferentes das moças filhas das elites locais que estampam páginas da revista *Uberlândia Ilustrada*, fotografadas bem vestidas, em ocasião de suas formaturas principalmente; ou dos rapazes “ilustres” que passaram pela E.E. de Uberlândia e que seriam agregados à memória construída em torno dessa escola. Ela trata de rapazes e moças que estudam de noite e trabalham durante o dia, e que segundo ela, “estudam porque desejam aprender”, não restringindo o ensino a uma questão de preparação para o mercado de trabalho. Em seguida, a autora critica veementemente o fato de que a prefeitura gastava com alugueis para funcionamento de serviços públicos ao mesmo tempo em que cedia espaços amplos e bem cuidados para instituições privadas, ou mesmo para serviços da responsabilidade do governo estadual:

...enquanto empresta todo o segundo andar da Rodoviária ao Estado; enquanto empresta outras sedes próprias a instituições alheias ao benefício público e da competência do Município e aluga prédios para instalar serviços seus que podiam, em verdade, ceder parte de seu conforto à infância uberlandense; aí temos um grupo escolar inteiro funcionando à noite, em apenas 5 salas de outra Escola.<sup>131</sup>

A autora do artigo ainda destaca os prejuízos para a atuação docente, que se tornava carreira de sacrifício, diante de tais dificuldades, que apesar de todas as dificuldades, na noite em que ela visitara o grupo, as professoras preparavam para uma festa para as crianças, para mostrar-lhes o quanto eram queridas. Maria Tereza termina o artigo questionando sobre o que, de fato, o Serviço de Educação vinha fazendo na cidade, justamente o serviço chefiado por Jerônimo Arantes que entraria para a história

---

<sup>131</sup> MARIA TERESA. Escolas Municipais. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 7 jul. 1951. s. p.

dominante da cidade como grande defensor do ensino no município, a ponto de merecer uma ampla coleção no Arquivo Público Municipal.

Não pretendo afirmar com isso que as falhas de décadas foram fruto da incompetência ou descaso de Arantes. A maioria das questões estavam além de seu alcance, de forma que mesmo as constituições federal e estadual legitimavam posturas vigentes em Uberlândia e que hoje eu percebo como ausência de esforço por tratar efetivamente a educação como questão de política pública. As constituições já limitavam bastante a responsabilidade dos órgãos públicos em relação ao ensino secundários; e também não existiam garantias efetivas quanto à qualidade do ensino público primário, este sim apontado como obrigação do poder público. Além disso, como apareceu em alguns processos, mesmo o mínimo de investimento em educação previsto na constituição não costumava ser cumprido.

A falha de Arantes parece ter se situado na amenidade de suas críticas, postura detectada por Sandra Lima<sup>132</sup>. Jerônimo Arantes foi um sujeito com acesso a espaços estratégicos e contato com grupos e indivíduos os mais diversos. Tinha contato tanto com as autoridades locais quanto com a comunidade escolar, visitava as escolas e conhecia a realidade do ensino, Foi diretor de uma revista e também enviava materiais para o jornal Correio, de forma que ela poderia ter se colocado como líder, ter promovido maior mobilização do professorado e dos grupos atendidos pelas escolas no sentido de fazer pressão para a melhoria do serviço de educação. Sua proximidade com a imprensa local poderia ter se convertido como meio estratégico para convergir a opinião pública em torno deste serviço, ou mesmo em relação a tantas outras questões.

Ao invés disso, tentou construir em sua revista uma imagem da instrução como caminho para o progresso para o qual contribuía algumas instituições por ele destacadas, na sua maioria privadas, e alguns grupos públicos, mas sem encarar a educação pública como uma rede composta por escolas com suas peculiaridades, mas orientadas por concepções em comum. Tem-se a impressão de que ele buscava romper as barreiras entre os setores público e particular, passando por cima das diferenças em termos de orientação pedagógica e composição social dos frequentadores dos bancos escolares, questão que interferia na elaboração de currículos e especificação de objetivos a serem alcançados.

---

<sup>132</sup> LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961*. Campinas: São Paulo, 2004. (tese de doutorado)

Em fontes de diferentes naturezas analisadas ao longo da pesquisa foi recorrente o ato de atribuir ao governo estadual a responsabilidade pelos problemas da educação, fosse por não repassar recursos ao município, fosse por falhar quanto à educação nos grupos estaduais. No mês de outubro de 1951 foi publicado um artigo no jornal “Correio de Uberlândia” tratando dos baixos salários pagos aos professores mineiros.<sup>133</sup>

Ainda no ano de 1951, houve a publicação de um artigo de título “Cidade dos meninos” que apontava o abandono de menores como fonte da criminalidade, questão que seria do conhecimento de todos, afirmando que “o desamparado de hoje será o desajustado social de amanhã”<sup>134</sup>, mas faltavam soluções adequadas. Existe o reconhecimento do valor dos patronatos de menores, mas eles teriam algumas limitações, sobretudo porque, de acordo com o artigo, o caráter de caridade de que se revestiam tendia a levar os “abrigados” a desenvolverem complexos de inferioridade, uma formação cheia de recalques, com conseqüências nocivas para a formação do caráter. É o primeiro artigo a expressar críticas a uma iniciação precoce das crianças nas atividades laborais, reconhecendo que a diversão e as brincadeiras eram importantes para o desenvolvimento, quadro difícil de ser alterado nos patronatos pois muitas das vezes o trabalho dos menores era indispensável à manutenção das instituições.

Diante disso, a “Cidade dos meninos” foi apontada como exemplo de instituição para menores abandonados a ser implantada na cidade, na medida em que o menino se sentiria em casa e teria uma formação mais voltada para o desenvolvimento da iniciativa própria “livre de complexos e de recalques, aperfeiçoando ou adquirindo mesmo espírito de iniciativa”.<sup>135</sup> Apenas foram utilizados substantivos masculinos, no caso homem e menino, o que aponta para uma propensão a encarar a questão dos moradores de rua enquanto sendo essencialmente masculina. O artigo não traz maiores informações sobre como seria mantida essa instituição ideal, não há referências à sua natureza, se seria filantrópica ou mantida pelos cofres públicos, o fato é que permanece a separação entre os pobres aptos a freqüentarem o ensino regular e aqueles que não poderiam fazê-lo.

O jornal “Correio de Uberlândia” também endossava as comemorações cívicas na cidade, de forma que em um artigo de 25 de abril destacava a participação do

---

<sup>133</sup> OS VENCIMENTOS do professorado mineiro. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 27 out. 1951.

<sup>134</sup> JOÃO EDISON DE MELLO. Cidade dos meninos. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 16 set. 1951.

p.1

<sup>135</sup> Idem, *Ibidem*.

Colégio Estadual nas cerimônias do dia de Tiradentes.<sup>136</sup> As comemorações também teriam se voltado para o aniversário da escola, incluindo homenagens a professores aposentados, de forma que o artigo descreveu detalhadamente as cerimônias realizadas. Seguiu-se o padrão recorrente de cerimônias deste tipo, com execução do hino nacional e presença de autoridades locais e “cidadãos ilustres”.

Mesmo endossando as atividades cívicas, o jornal acima mencionado publicou um artigo em que demonstrava preocupação com as condições em que eram realizadas as paradas e desfiles, sobretudo por que tornavam-se atividades penosas para as crianças envolvidas. O artigo teve como base a proposta de um deputado do PTB apresentada na assembléia legislativa de Minas no sentido de reduzir a quantidade de ocasiões em que se exigia a participação das crianças e a redução do tempo das apresentações. Segundo o artigo do jornal, uma das principais causas do “suplício” das crianças era o atraso do início das atividades, ocasionado sobretudo pelo atraso de figuras importantes sem as quais os desfiles não começavam. Assim, atividades programadas para o período da manhã, por volta das 07:30h, começavam já com o sol alto. O artigo é concluído com uma cobrança de melhor organização das cerimônias cívicas para que a demonstração de “amor patriótico” não se transformassem em tortura das crianças.<sup>137</sup>

A proximidade do jornal “Correio” com a administração pública fica evidente sobretudo pela freqüência com que publicou documentos da prefeitura e da câmara de vereadores, incluindo atas, leis, resoluções e balancetes ao final dos exercícios de determinados anos, tendência esta mais comum nos anos 50. Em dezembro de 1951 foi publicada, dentre outras, uma lei dispendo da classificação de Diretoras e Professoras, mantida aqui a tendência observada nos processos da câmara em que estes cargos eram sempre associados ao sexo feminino. Foram estabelecidas as designações de professoras diretoras padrão B, professoras diretoras padrão A, e professoras nos padrões A, B, e C.

As Professoras Diretoras de padrão B seriam aquelas dos grupos ou escolas municipais funcionando nos turnos diurno e noturno; as professoras de padrão B e C seriam, preferivelmente, as normalistas. A nomeação inicial das professoras as colocava no padrão A, tendo preferência as candidatas que apresentassem maiores notas em seus cursos comprovadas por documentos. O acesso aos demais padrões se daria por promoção via critérios da legislação vigente<sup>138</sup>. Talvez a publicação de documentos

---

<sup>136</sup> O COLÉGIO estadual e o 21 de Abril. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 abr. 1955.

<sup>137</sup> OS ESCOLARES nas paradas. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 6 out. 1951. p. 1.

<sup>138</sup> PREFEITURA Municipal. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 9 dez. 1951. p. 2.

deste tipo se justificasse pela ausência de um diário oficial da prefeitura. O que não fica claro são os critérios para a seleção dos documentos a serem publicados pois nem todas as edições traziam tais publicações, de forma que era veiculada no jornal apenas uma pequena parcela do material produzido pela câmara e pela prefeitura.

Um artigo de 15 de dezembro de 1951, também do jornal *Correio*, comentava os dados estatísticos referentes à educação no município reunidos pelo chefe do departamento de educação, Jerônimo Arantes, e publicado no jornal dias antes. Após repassar os principais dados fornecidos, chega-se à conclusão de que:

São esses algarismos bastante animadores para um município do interior de um país que ainda se queixa do analfabetismo na proporção de mais de 60% dos seus habitantes.

É justo que se ponha em relevo a solicitude com que o governo municipal vem tratando do ensino. Parece-nos que a atenção mais acurada a esse problema data do período administrativo do Sr. Vasco Giffoni, quando foram criadas muitas escolas rurais e praticada com eficiência a fiscalização (...) Conseguiu-se alguma coisa, embora aquém do que se desejava. Todavia, disseminou-se o estímulo e o esforço patriótico do professor Jerônimo Arantes, já nessa época inspetor escolar, foi produzindo os resultados que haviam de operar o desenvolvimento que se observa hoje.<sup>139</sup>

Este artigo reforça meu argumento de que o sucesso, ou o fracasso, na educação, dependiam, na visão deste periódico, sobretudo da atuação de indivíduos específicos, personalidades da época, aqui sendo destacados Jerônimo Arantes e Vasco Giffoni. Quando se tratava da parcela do ensino público sob a responsabilidade do governo municipal, o jornal raramente fazia críticas, a maioria delas apontava para as falhas do governo estadual, como no caso de artigos que analiso mais adiante. No artigo de 15 de dezembro também existe um alinhamento entre as instituições públicas e privadas, de forma que todas estariam contribuindo para que a cidade tivesse índices educacionais favoráveis. Passa-se por cima do fato de que o acesso às instituições particulares seria sempre restrito a uma minoria da população devido ao custo das mensalidades, ainda que fossem criados programas como as bolsas de estudo.

De acordo com o artigo, cuja autoria não foi explicitada, Jerônimo Arantes fora um colaborador inestimável para a educação mesmo na época em que mantinha um externato “que, se nunca lhe deu renda satisfatória, proporcionou, entretanto, benefícios incalculáveis à população”<sup>140</sup>. Arantes parece ter criado redes sólidas de influência e apadrinhamento pois, como afirma o jornal, as mudanças de prefeito não o destituíram

---

<sup>139</sup> INSTRUÇÃO Municipal. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 15 dez. 1951.p. 4.

<sup>140</sup> Idem, *Ibidem*

de sua posição, por mais que nem todos os prefeitos atendessem com a mesma solicitude as suas recomendações.

Em 10 de março de 1952 foi publicado mais um artigo da autoria de Maria Teresa destacando problemas do ensino público. Primeiramente, baseando-se em declarações do vereador Paulo Lisboa e Costa, ela trata das péssimas condições sanitárias e estruturais do Grupo Escolar Coronel Carneiro, onde faltava ventilação, banheiros e não haviam funcionários pagos pelo governo para cuidarem da limpeza. Professoras e cidadãos uberlandenses somavam donativos para pagar às pessoas que cuidariam da manutenção da escola diante dessa falha do governo de Minas. Segundo a autora do artigo, a Câmara apelava para que fossem trocadas as janelas no sentido de permitir a ventilação; e pedia a contratação de um dentista para atender aos 683 alunos do grupo, sendo que o gabinete dentário havia sido instalado já havia algum tempo, com dinheiro da prefeitura e de doadores.<sup>141</sup>

Havia também reclamações quanto ao atraso de algumas obras, bem como quanto ao funcionamento de duas escolas num mesmo prédio, como no caso do grupo escolar Cel. Carneiro, de responsabilidade do governo estadual, mas que abrigava uma escola municipal no turno da noite, superlotada, com salas divididas para duas turmas. Segundo Maria Teresa, os elementos por ela e seus companheiros detectados foram reunidos em um artigo que não tivera a merecida atenção do Chefe do Serviço de Educação, Jerônimo Arantes. O documento que ela ajudou a organizar continha denúncias sobre graves problemas também nas escolas municipais, como escolas urbanas sem muros, mas Arantes teria refutado os argumentos, taxando-a e aos demais envolvidos na elaboração do artigo de mentirosos.

Para Maria Teresa, o pronunciamento do vereador Paulo Lisboa e Couto confirmava os pontos levantados em sua reportagem publicada em outro número do jornal *Correio*, que inclusive citei acima, e apontava para o fato de que Estado e Município eram co-responsáveis pela educação. Na medida em que a Prefeitura fazia uso de salas do Grupo Escolar Cel. Carneiro, era também responsável pela manutenção do prédio, era necessária uma colaboração entre os dois níveis administrativos. Os artigos da autoria de Maria Teresa tiveram um tom mais radical em relação aos problemas da educação do que outros artigos publicados no jornal “*Correio*”, e seus diagnósticos eram mais complexos, não se limitando a colocar a raiz do problema

---

<sup>141</sup> MARIA TERESA. Gravíssimas falhas em matéria de educação dentro da cidade: responsabilidade do Estado e do município. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 10 mar. 1952. p. 2.

apenas na escassez dos recursos financeiros disponibilizados pelo governo do estado.

Na mesma edição havia referência ao jornalzinho dos alunos do grupo escolar Dr. Duarte de nome “Vida Escolar”, que já estava em seu número 16. Como se tratava de um grupo de ensino primário, a maioria dos textos era de alunos do 4º ano, como bem lembrou o artigo do jornal. Recebe destaque a criatividade e respeito às normas gramaticais nas redações dos alunos; mas havia o inconveniente de que não existiam tipografias nas escolas, e a confecção dos jornaizinhos ficava muito cara. O artigo é concluído com a exaltação da iniciativa, afirmando que a produção destes jornais escolares seria grande incentivo para as crianças, por verem suas criações impressas; e uma oportunidade de aprendizado de “uma arte”<sup>142</sup>.

É louvável que o jornal “Correio de Uberlândia” tenha elogiado a iniciativa da produção de jornais escolares, mas as vantagens enumeradas em relação a esta iniciativa demonstram interesses específicos deste órgão de imprensa dominante na cidade. A imprensa é afirmada, neste artigo, enquanto uma “arte”, é destituída de qualquer caráter de espaço de debate, é dissociada das relações sociais; a imprensa a ser desenvolvida nas escolas deve servir apenas como coletânea da educação. Desta forma, seriam publicações que não ameaçariam de forma alguma a hegemonia ideológica, política e econômica do jornal “Correio de Uberlândia”.

Ainda em 1952, Maria Teresa publicou outro artigo em que foi denunciado o não uso das verbas previstas para a educação. Segundo consta no artigo, as contas do prefeito referentes ao exercício de 1951 não foram aprovadas, e o vereador Veloso Viana, da Comissão de Educação e Saúde, queria saber porque as verbas para educação e saúde não haviam sido gastas em sua totalidade, o que provavelmente foi ocasionado pelo uso das verbas para outros fins.

Apesar das críticas diretas, Maria Teresa concordava com algumas concepções típicas do período, sobretudo no caso do auxílio do governo às instituições particulares de ensino, de forma que elas eram vistas como merecedoras das verbas tanto quanto as públicas. A autora do artigo fala da construção da loja maçônica “Seis de junho”, cujo prédio teria dois andares e no segundo funcionaria uma escola pública. Ela acreditava que ali existiam condições para que funcionasse de forma satisfatória um educandário, isso porque os maçons fariam uma seleção cuidadosa dos profissionais que trabalhariam na escola, e a ela estariam associados vários nomes que significavam “cooperação

---

<sup>142</sup> VIDA, Escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 mar. 1952. p. 3.

social”.<sup>143</sup>

Conforme dito anteriormente, foi comum a publicação de documentos do legislativo e do executivo locais nas páginas do Correio de Uberlândia, sobretudo na década de 50, mas de uma forma que ao leitor do jornal não há qualquer explicitação dos critérios de seleção dos documentos a serem divulgados, sobretudo porque não eram publicados em todas as edições. As atas da Câmara Municipal, por exemplo, eram publicadas no jornal algum tempo depois que haviam sido redigidas nas reuniões, como no caso de uma ata publicada no dia 13 de janeiro de 1955, mas que referia-se à Décima Segunda Sessão da Quarta Reunião Ordinária de 1950. Na mesma constam desavenças envolvendo o vereador Roberto Margonari, freqüentemente acusado de envolvimento com o comunismo, e que havia inclusive sido preso em 1952 conforme consta no artigo do jornal. Selmane Felipe Oliveira apontara a adesão do jornal “Correio de Uberlândia” ao comunismo e isso fica evidente nas edições a que tive acesso, com constantes notícias das movimentações da URSS e mesmo notícias locais como estas desavenças entre vereadores. A ata também continha a apresentação de projeto do vereador Angelino Pavan determinando a construção de uma escola na fazenda da Lagoa.<sup>144</sup>

Também em 1955 foi publicado um resumo dos dados estatísticos relativos ao ensino na rede municipal no ano de 1954, sob o título “instrução municipal” donde destaco a existência de 15 escolas urbanas e 51 rurais, totalizando 66 instituições, contando com 69 e 57 professores respectivamente, e ainda 3186 matrículas na cidade e 1877 na zona rural. A freqüência total foi de 3814, sendo 2422 nas escolas urbanas e 1492 nas escolas rurais. O artigo foi concluído com a afirmação de que o município vinha contribuindo apreciavelmente para o combate ao analfabetismo, sobretudo graças aos esforços do professor Jerônimo Arantes.<sup>145</sup>

Em determinada data do ano de 1955 foi publicada a palestra de uma pedagoga, Este Aliventi, ministrada no Rotary Club de Uberlândia em que ela tratava da educação das crianças de 4 a 10 anos. Ela defendeu uma concepção ampla de educação, envolvendo tanto a alfabetização quanto os valores morais, e destacava que a idade a que se referia era estratégica pois

(...) até essa idade toas as crianças estão em fase de aguda recepção intelectual e de completa despreocupação e inconsciência, o que lhes permite assimilar mais prontamente os ensinamentos básicos que os levarão para o

---

<sup>143</sup> MARIA TERESA. Escolas para o Brasil, na Loja Maçônica “Seis de Junho”. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18 jun. 1952.

<sup>144</sup> CAMARA Municipal de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 13 jan. 1955, p. 2.

<sup>145</sup> INSTRUÇÃO Municipal. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 abr. 1955. p. 1

resto da vida a revelarem a própria personalidade.

Daqui a utilidade de ilustrações finas e instrutivas que despertem nelas com sempre crescente entusiasmo o gosto pelas artes. Qualquer criança, de qualquer idade, de qualquer condição social receberá dessa forma um cabedal de conhecimentos que será para o resto da vida uma lua a guiá-las nas escolhas dos deveres e responsabilidades.

(...) que a levem a meditar na importância da beleza em todas as suas manifestações e no valor das qualidades superiores do homem no campo da cortesia, da bondade e da integridade moral.<sup>146</sup>

O ideal de educação que a palestrante expôs reúne valores estéticos e morais, de forma que ela destaca inclusive o papel do uso de imagens na educação. Mas o que destaca aqui é o caráter elitista da educação que ela propõe, pois pensa a criança da faixa etária em questão desprovida de valores e conhecimentos, um recipiente a ser preenchido, e ainda defende a difusão de conhecimentos que poderão ser assimilados por qualquer criança. Dessa forma os valores apreendidos no convívio familiar, no bairro, nas relações cotidianas, são desconsiderados, ela pressupõe que eles não existem já que afirma que a criança estaria aberta a qualquer conhecimento. Assim, nas suas cabecinhas vazias serão introduzidos valores estéticos e morais provavelmente pouco condizente com as experiências da maioria das crianças de nível primário da cidade de Uberlândia. Esta são as concepções de Este Aliventi, mas também pode-se dizer que o jornal “Correio de Uberlândia” as endossava na medida em que publicou a palestra e reservou duas páginas para o artigo, ainda que não ocupando todo o espaço das mesmas.

Em 25 de fevereiro de 1958 o jornal “Correio”, em sua primeira página, o que não era comum em se tratando de notícias ligadas à educação, destacava o fato de as aulas do Grupo Escolar “Cel. Carneiro” haviam sido suspensas em função de problemas na estrutura do prédio. Segundo o artigo, 900 crianças ficaram sem aula, e o problema seria resultado da negligência do governo estadual:

Parece incrível mas é verdade. É mais fácil o mundo acabar que o Estado de Minas fazer alguma coisa em Uberlândia ou em qualquer outra cidade do Triângulo Mineiro. E a imprensa regional anda pendurada de queixas contra os nossos “vizinhos” mineiros cuja função única é tomar-nos dinheiro aos montes, dinheiro que, naturalmente, gastam e esbanjam das maneiras mais escusas em escândalos e negociatas, pelo egoísmo e protecionismo de sua linda e boemia capital.<sup>147</sup>

O artigo parece dialogar com a tendência de separatismo do triângulo mineiro,

---

<sup>146</sup> DEVEMOS formar futuros cidadãos para as grandes Nações: Palestra da Senhora Este Aliventi, no Rotary Club de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 4 mai. 1955. pp. 2 e 4. No jornal “Correio de Uberlândia” havia, assim como no jornal “A Tribuna”, a publicação de matérias divididas entre a primeira página e alguma outra página posterior. Aqui também acredito que esta técnica cumpria o papel hoje atribuído às manchetes em primeira página com a matéria publicada na íntegra páginas depois.

<sup>147</sup> 900 crianças uberlandenses estão sem seu grupo escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 fev. 1958.

questão abordada por Selmane Felipe Oliveira, na medida em que chega a referir-se aos mineiros como “vizinhos”. Segundo o artigo, o risco de desabamento era iminente, e refere-se aos alunos que ali estudam como “meninos e meninas pobres” sem condições de pagar pelos estudos. Outro ponto destacado foi o de que a situação vinha sendo alertada ao governo estadual já há algum tempo, mas não foram tomadas providências.

A denúncia do descaso do governo estadual em relação à educação pública foi freqüente nas páginas do jornal “Correio”; e não se tratava de denunciar apenas os casos em que grupos escolares situados na cidade de Uberlândia eram afetados, o jornal também tratava da educação em todo o estado. Assim, em artigo do ano de 1958, em um artigo pequeno, porém com a manchete em letras muito grandes em comparação com o restante da página, o jornal apontara o fato de que 418.808 crianças não haviam conseguido matrícula nas escolas mineiras.<sup>148</sup>

Uma tendência visível em artigos da revista “Uberlândia Ilustrada” bem como no jornal “Correio de Uberlândia” era a exaltação do desempenho individual de determinados profissionais da educação. Estes profissionais eram elogiados em função de seu esforço e dedicação, sobretudo na medida em que demonstrassem êxito ainda em meio às carências do meio educacional. No caso do jornal acima mencionado, além do recorrente elogio a diretores de escolas, sobretudo das particulares e do Colégio Estadual de Uberlândia, uma professora, de nome Juvenília Ferreira dos Santos foi homenageada com um pequeno artigo na ocasião de seu aniversário sendo referenciada como “bandeirante do ensino”.<sup>149</sup>

Não considero a homenagem à professora, definida como “exemplo de amor ao ensino” um problema em si. O que me incomoda é que seguir por esse raciocínio de exaltar os professores que superam os problemas educacionais aponta para a idéia de que serão justamente posturas individuais e questões subjetivas que garantiriam a qualidade deste serviço. Isso diminui a responsabilidade da classe política e da sociedade como um todo no sentido de se preocupar com a educação, de buscar coletivamente as soluções, de forma a torná-las políticas públicas efetivas. As conquistas no meio educacional seriam, caso ele fosse alicerçado em políticas públicas sólidas, oriundas de condições garantidas a todos os profissionais da educação e a todos os estudantes do setor público, e não mais como resultado de benevolência ou da

---

<sup>148</sup> 418.808. crianças sem matrícula nas escolas de Minas Gerais. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 9 mar. 1958.

<sup>149</sup> BANDEIRANTE do ensino completa mais um ano de vida. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 15 mar. 1958.

postura de profissionais que “faziam milagres”. Mas os cidadãos de Uberlândia das décadas de 1950 e 1960, sobretudo no que diz respeito aos ocupantes de cargos políticos e à elite local, com espaço privilegiado na imprensa; encaravam a educação de forma muito diferente, e é lamentável que a contemporaneidade tenha conservado muitos dos traços daquela época no que se refere ao ensino público.

Tal qual fazia a revista “Uberlândia Ilustrada”, o jornal *Correio* também endossava a presença de instituições que abrigassem menores de rua, afastando-os do convívio diário com o restante da população, em detrimento de alternativas que possibilitassem uma integração social mais efetiva; e o periódico acima também rendia muitos elogios ao Patronato de Menores. O texto de um artigo de 1958 foi elaborado por Moacir Lopes de Carvalho e teve como base uma visita feita ao Patronato de Menores sobre a qual relata o bom estado das instalações, a ordem reinante no local, os internos em seus “macacões azuis”.

O artigo informa-nos que o Patronato abrigava 96 meninos, fora concebido pelo Rotary Club, mas possuía diretoria autônoma. Além da educação formal, os meninos, com idade entre 6 e 12 criavam animais e cultivavam alguns vegetais, todos voltados para consumo interno, como por exemplo, peixes, galinhas, vacas, milho, arroz. O autor faz um balanço da produção do Patronato, mas não especifica o período de tempo, como quando afirma que são colhidas 600 toneladas de cana-de-açúcar, que neste caso, são vendidas à Usina Ribeiro, mas suponho que ele falasse da produção anual.<sup>150</sup> É interessante notar que é uma quantidade considerável de cana-de-açúcar, e fico a imaginar como crianças de 6 a 12 anos conseguiam efetuar uma tarefa que deixa, ainda hoje, muitos bóias-fria debilitados por exaustão.

O autor do artigo destaca também as dificuldades que o Patronato enfrentava, sendo a primeira delas, a ausência de ensino profissionalizante, o que para ele significava um problema a mais para a reinserção destes menores no convívio social. Havia apenas uma oficina de telas, e poucos alunos aprendiam tal ofício. Para Moacir Lopes, ou deveriam ser criados cursos profissionalizantes na instituição, ou deveriam ser criados meios para que os internos frequentassem cursos na cidade. Ele também fala das carências sentimentais e propõe que Patronato fosse visitado com mais frequência, pois ainda eram poucos seus colaboradores além da diretoria e de dois dentistas que prestavam atendimento gratuitamente aos alunos e ainda os presenteava nos finais de

---

<sup>150</sup> MOACIR LOPES DE CARVALHO. Uma visita ao Patronato de Menores. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 mar. 1958. p. 4.

ano. O artigo tem ainda longos elogios ao comportamento dos alunos, que rezaram e cantaram o hino nacional, de forma que não lhes faltavam a educação cristã e os ensinamentos cívicos, e chama a população uberlandense a colaborar material e espiritualmente com o Patronato de Menores.

Embora existam elementos recorrentes que perpassam vários artigos publicados no jornal “Correio”, como a responsabilização quase exclusiva do governo estadual pelas debilidades em serviços públicos e a exaltação de instituições assistencialistas, como no caso do “Patronato de Menores”; houve artigos que desviavam destas linhas gerais. Assim, em um artigo de primeira página de 12 de abril de 1958, o jornal em questão se aproximava de uma das principais causas dos problemas nos serviços públicos: as disputas intra e inter-partidárias inspiradas pela cobiça pelos cargos públicos, e não necessariamente por divergências ideológicas ou programáticas. No artigo ainda fala-se da tendência a se justificar os ataques entre políticos pela defesa do interesse do povo:

(...) todos se julgam com a razão, ninguém está errado, tudo se pratica visando os interesses do povo. Coitado do povo! Sofre o diabo, agüenta o veloz aumento do custo de vida, que a poderosa “Ferrari inflacionária” do Sr. Alkmin acelera; e ainda, deve servir de instrumento da demagogia, da vaidade e da ambição daqueles que sonham com uma cadeira no palácio da Inconfidência, ou palácio Tiradentes e nas prefeituras.<sup>151</sup>

O artigo segue apontando exemplo de intrigas políticas nas cidades de Uberlândia e Uberaba atribuídas à questão da ambição pelos cargos públicos, questão gravíssima também nos dias de hoje. Mas o artigo não contradiz todos os pontos mais gerais detectados na imprensa uberlandense, pois omite qualquer referência aos interesses de classe e sua influência sobre a política. Afinal, a ambição dos políticos seria ameaça aos “interesses da cidade”, tomada como bloco homogêneo, com interesses comuns a todas as classes, se é que pode-se afirmar que as diferenças de classe eram reconhecidas no jornal pois referir-se a termos como “povo” pouco diz das relações sociais.

O problema das disputas intra-partidárias foi retomado em 29 de maio do mesmo ano, mas agora tendo como exemplo um caso específico de prejuízos para os serviços públicos: a não resolução do problema da precariedade e degradação do prédio do Grupo Escolar Coronel Carneiro, mencionado em artigo anterior. Segundo o artigo, o partido dominante na cidade, o PSD, vinha tendo desavenças internas ligadas à disputa

---

<sup>151</sup> A AMBIÇÃO pelos cargos públicos prejudica os interesses da cidade. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 12 abr. 1958.

por cargos, já sobravam afiliados e faltavam cargos. Vários integrantes do partido viajaram para Belo Horizonte, mas conforme consta no jornal, não se sabe se o fizeram para tentar solucionar o problema da escola ou para resolver questões pessoais; o que de fato se viu “foi o partido gerar, como os protozoários, por cissiparidade, outro partido ... com a divisão tudo se acomodou: dois candidatos para cada posto”<sup>152</sup>. Há também queixa contra à prática de se supervalorizar a realização de obras de saneamento e infraestrutura nas campanhas políticas, independentemente do quão pequenas tenham sido as obras e do fato de que no final das contas é o “povo” quem paga por elas. No início do artigo lamenta-se a inferioridade de alguns serviços públicos quando comparados à iniciativa privada, de forma que é mencionado o esforço de alguns empresários locais no sentido de solucionar o problema da escola. Mas, conforme consta no artigo, os poderes públicos provavelmente hostilizariam tais iniciativas de particulares.

A iniciativa privada poderia ajudar em casos como o do Grupo Escolar Cel. Carneiro, mas até mesmo o jornal *Correio* reconhecia que algumas questões eram de responsabilidade exclusiva do governo, sobretudo em se tratando dos salários dos funcionários públicos. Assim, em artigo de 20 de maio de 1958, na primeira página, falava-se da falência das finanças públicas, mas que apesar dela, deveria ser encontrado um meio para aumentar os salários das professoras municipais:

O salário de fome que estas abnegadas do ensino recebem, a dificuldade da missão que lhes é confiada, a alfabetização de um povo desnutrido, são alguns dos motivos que nos levam ao convencimento de que as professoras municipais poderiam e deveriam ser mais bem remuneradas.<sup>153</sup>

O artigo critica o encaminhamento do gasto das verbas públicas pois o prefeito sequer cogitava enviar à câmara um projeto de lei que aumentasse o salário das professoras, por mais que sua situação penosa e os “sacrifícios” cotidianos fossem conhecidos por todos. Por se tratarem de profissionais da rede municipal, trabalhavam apenas com o nível primário, e talvez por isso o artigo traz apenas o substantivo feminino professoras, já que a presença de homens na escola restringia àquelas em que se ministrava o ensino secundário.

Os protestos contra mal funcionamento de serviços públicos são elementos que permitem afirmar que o jornal não era espaço de uma hegemonia absoluta das classes

---

<sup>152</sup> HOMENAGENS no Grupo Escolar cel. Carneiro. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 29 abr. 1958.

<sup>153</sup> PROFESSORAS municipais querem e precisam de salário mínimo. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 mai. 1958. p. 1.

dominantes, sobretudo porque traziam à tona evidências de que as reivindicações não partiam só dos políticos institucionalizados. Trata-se de uma diferença em relação aos processos da câmara municipal que não justificaram um projeto sequer como atendimento a exigências de qualquer parcela da população. Neste sentido, em um artigo do jornal “Correio de Uberlândia”, tratando da precariedade da previdência para professoras <sup>154</sup>primárias da rede estadual, afirma que as profissionais de Uberlândia haviam enviado ao governador Bias Fortes um ofício reivindicando que um aumento de 1% na taxa previdenciária fosse estendido também às professoras do interior.

Há queixas também em relação à falta de acesso a qualquer assistência médico-hospitalar e dentária às professoras do interior; de forma que quem precisasse ser atendido como funcionário público, precisava viajar até Belo Horizonte. Reivindicavam atendimento na própria região interiorana pois ir à capital seria dispendioso, e talvez uma perda de tempo pois sabiam das dificuldades para o atendimento aos funcionários públicos na própria capital mineira. As professoras declaravam que caso não houvessem melhorias na assistência, deveriam ser reembolsadas da contribuição previdenciária que não lhes repercutia em melhorias e atendimento digno.

Em meio à documentação até aqui analisada, não encontrei referências à questão dos materiais didáticos, mas um artigo de maio de 1958 veio a apontar algumas questões que ajudam a esclarecer sobre como se encontrava esta questão na época. O artigo é da autoria de Maria Teresa e falava da dificuldade dos pais para comprarem os materiais didáticos, tanto pelo preço dos mesmos quanto pelo fato de que os professores escolhiam novos títulos com muita frequência. O ideal, segundo ela, seria a compra dos livros didáticos pelo governo, fosse o federal, o estadual ou o municipal. Mas era algo quase inalcançável na época, segundo Maria Teresa, por causa da burocracia e da distância em relação ao governo federal, do desinteresse do governo estadual em relação ao ensino, e da incapacidade do governo municipal no sentido de cuidar de suas verbas.

A autora do artigo aponta características da produção de livros didáticos na época, destacando que, na ausência de uma listagem de livros reconhecidos pelo governo, tal qual temos hoje, era publicada uma grande variedade de títulos, com vários professores/autores buscando lançar seus livros no mercado e trabalhar com os mesmos. Este seria um dos motivos para as trocas constantes dos a serem adotados, mas ela afirma também ter tido conhecimento da queima de livros novos para causar a alta da

---

<sup>154</sup>AS PROFESSORAS primárias protestam contra a “Previdência Estadual”. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 22 mai. 1958.

mercadoria. Além disso, outros materiais didáticos, como os cadernos e folhas de papel em geral estavam muito caros.<sup>155</sup>

A convicção de que Uberlândia era injustiçada em relação ao repasse das verbas permanece forte no jornal *Correio* já em 1960. Afirma-se que a arrecadação do governo estadual sobre o município em 1959 fora de 422 milhões cruzeiros, colocando a cidade no segundo lugar no ranking de arrecadação, estando Juiz de Fora em primeiro. Mas a cidade de Uberlândia pouco ou quase nada vinha recebendo de Belo Horizonte, muito longe de atender a maioria das reivindicações do município.<sup>156</sup>

A questão do tratamento dos menores de rua foi tomando caráter mais rigoroso no início dos anos 60, de forma que em 31 de janeiro de 1960 o jornal *Correio de Uberlândia* anunciou a criação do “Comissariado de Menores” que trataria de questões sobre a assistência e proteção ao menor<sup>157</sup>. Em outro artigo, ficou explicitado que haveriam medidas coercitivas ao lado da assistência, de forma que o juiz de menores convocou uma reunião, onde estariam presentes representantes da polícia e comissários de menores. Ficou determinado que os menores não poderiam permanecer nas ruas perambulando após as 22 horas e não poderiam mais esmolar. Os que fossem enquadrados nestas posturas tidas como irregulares seriam encaminhados ao Centro de Saúde onde seria verificada sua incapacidade para o trabalho. Caso ficasse comprovado que estavam saudáveis, eram encaminhados a casas especializadas em menores infratores e/ou abandonados.<sup>158</sup>

De acordo com o que se afirmou no artigo referente às determinações do Juiz de Menores, a sociedade da época acreditava que, para a classe pobre bastava a aptidão física para o exercício de alguma profissão, descartando condições sociais, nível de escolaridade, moradia fixa, etc. Em se tratando de um período escasso em ações afirmativas para o combate à miséria, parece ter sido mais conveniente punir os moradores de rua do que atacar as causas sociais de sua condição desumana.

A partir dos primeiros anos da década de 1960 as publicações que tratavam diretamente dos ensinos fundamental e médio, das redes estadual e municipal, tornaram-se escassos em relação à década anterior. Os temas e as concepções presentes nestas

---

<sup>155</sup> MARIA TERESA. Destino dos livros escolares. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 29 mai. 1958. p. 4.

<sup>156</sup> 422 Milhões arrecadou o Estado em Uberlândia 1960. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 24 jan. 1960. p. 1.

<sup>157</sup> CRIADO e regulamentado o comissariado de menores. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 31 jan. 1960. p. 4.

<sup>158</sup> JUIZ de menores vai moralizar abandonados. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 4 fev. 1960. p. 1.

publicações pouco se alteraram, mas elas de fato tornaram-se menos freqüentes, dando espaço para um novo tema em educação: a instalação dos primeiros cursos universitários em Uberlândia. Os artigos ligados ao ensino superior tornaram-se mais freqüente, tratando dos cursos recém-criados na cidade e também de experiências ocorridas em outras universidades, incluindo assuntos estudantis. Assim, foi publicada na imprensa local a notícia de que o “Diário Oficial” dera decreto da criação da Faculdade de Direito de Uberlândia, sendo que no artigo constou a reprodução do decreto nº 47. 732 de 2 de fevereiro de 1960<sup>159</sup>. A notícia foi publicada em tom de comemoração, e haveriam cada vez mais artigos relativos ao ensino superior na cidade de Uberlândia, inclusive o anúncio do concurso de habilitação às Secções Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.<sup>160</sup> Mereceu a primeira página a aprovação de uma emenda proposta pelo então deputado Rondon Pacheco, na câmara de deputados, que propunha a construção da Escola de Engenharia em Uberlândia.<sup>161</sup> As Irmãs Salesianas foram tema de uma reportagem do jornal *Correio* em que se falava do trabalho que elas vinham realizando na cidade, sobretudo com o “Instituto Tereza Valse Pantellini, sem o apoio da prefeitura ou da Câmara, contando apenas com a ajuda de algumas personalidades locais. A reportagem deu detalhes do funcionamento do instituto:

(...) primário pela manhã; a série ginásial pela tarde; e o curso de alfabetização costura, corte e bordado à noite. São 252 meninas e moças que aprendem de graça. Porque o curso noturno é gratuito, apenas 10 pagam entre 137 alunas. Dos 115 alunos dos cursos diurnos a maioria paga Cr\$ 300,00 mensais, apenas.

Isso significa que as salesianas recebem o que lhes garante o pão de cada dia somente.<sup>162</sup>

Instituições privadas e/ou filantrópicas compensavam em parte a insuficiência numérica das escolas públicas e a precariedade das instalações não apenas pelo seu empenho em buscar lucros ou sentimento filantrópico, isso acontecia porque na época não estava consolidada a idéia de educação pública como direito de todos e dever do Estado, pelo menos no caso dos grupos em condições de tomar as decisões em relação

---

<sup>159</sup> DIÁRIO oficial deu decreto da nossa Faculdade de Direito. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 6 fev.1960. p. 1.

<sup>160</sup> FACULDADE de filosofia ciências e letras de Uberlândia, concurso de habilitação. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 8 fev. 1960. p. 4.

<sup>161</sup> CÂMARA aprovou emenda de Rondon : Nova Escola. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 fev. 1960. p. 1. O projeto do deputado Rondon Pacheco foi publicado na íntegra em artigo publicado em 17 de agosto de 1962. ÍNTEGRA do projeto da Escola de Engenharia. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 17 ago. 1962. p. 1.

<sup>162</sup> AS IRMÃS salesianas de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 19 mai. 1960. p. 2

aos serviços públicos. E o próprio poder público era favorável à intervenção de instituições como o Instituto Irmã Teresa Valsé, pois esta era uma das escolas que recebia a contribuição para manutenção de bolsistas que destaquei ao analisar os processos da câmara de vereadores.

O Patronato de Menores não era a única instituição de amparo para as crianças de Rua na década de 1960, o jornal “Correio de Uberlândia” publicou artigo referindo-se à “Casa da Criança”, já que uma comissão representando-a havia visitado a redação do jornal no dia anterior à publicação da notícia. A instituição recebera uma nova professora designada pela prefeitura e dirigira-se ao jornal para expressar seus agradecimentos. O prefeito na época era Raul Pereira Rezende, e a diretora da instituição, d. Lourdes Saraiva Queiroz, “distinta dama” da sociedade uberlandense. O artigo apontava o prefeito como “benemérito” da Casa da Criança e colaborava constantemente com a mesma.<sup>163</sup> Parecia não haver, para o jornal, distinção entre contribuições particulares e o auxílio prestado pelas instituições públicas municipais pois, designar uma professora é atributo da prefeitura, deve ser tratada como ação a ser discutida e empreendida coletivamente. Aparentemente, não fazia diferença se o auxílio a instituições desse tipo era uma questão de política pública ou se dependia da benevolência de figuras como o prefeito Raul Rezende.

A Fazenda Escola Patronato Rio das Pedras foi outra instituição destacada; foi tema de uma matéria que relatava a visita de membros da igreja católica, no caso freiras e do bispo D. Almir Marques,; além de professores e um músico da cidade. Como em outros relatos de visitas a locais deste tipo, foi destacado o bom comportamento dos internos e a necessidade de se levar “um pouco mais de conforto material e espiritual àquelas crianças”.<sup>164</sup>

Na mesma edição, algumas páginas depois do relato da visita, o jornal anunciava uma “campanha relâmpago” idealizada por um jovem universitário da cidade que buscava arrecadar gêneros alimentícios, roupas e dinheiro para o mesmo patronato. Afirmava-se que as crianças estavam passando fome e necessitadas de roupas e agasalhos pois a verba mensal de 120 mil cruzeiros, cuja origem não foi apontada, era

---

<sup>163</sup> CASA da criança agradece: prefeito. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 21 jun. 1960. p. 2.

<sup>164</sup> J. PIRES. Crianças tiveram dia mais alegre. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 15 jul. 1962. p. 4. Em 1962 também foi inaugurado o Lar Alfredo Júlio, fato que recebeu destaque no jornal *Correio*, instituição esta ligada aos representantes da religião espírita em Uberlândia. Na solenidade de inauguração, um tal dr. Helvécio Gomes pronunciou-se “em nome do povo de Uberlândia” enaltecendo a obra e lamentando que os poderes públicos não haviam dado assistência a mais esta organização. LAR Alfredo Júlio inaugurado dia 9. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 set. 1962. p. 1.

quase toda gasta com os recursos humanos envolvidos no cuidado das mais de 100 crianças abrigadas. O artigo se mostrou otimista em relação à campanha, acreditando que não falharia “a grande vontade de ajudar do povo de nossa terra”.<sup>165</sup>

Um detalhe curioso observável nesta edição que trata da questão da Casa da Criança, mas também em várias outras, é a nova forma de escrever as manchetes. Neste caso, foi escrito “Casa da Criança agradece: prefeito”, de forma que os dois pontos substituíam, neste e em outros casos, as palavras que geralmente ligam vocábulos ou orações, como no caso das preposições e conjunções. Talvez por razões econômicas o jornal precisasse criar formas de melhor aproveitar o espaço das páginas. Anos depois, já em meados da década de 60 tornou-se comum a publicação de um jornal para dois dias, geralmente sendo agrupados numa mesma edição a sexta-feira e o sábado, o domingo e a segunda-feira, como no caso do número do “Correio de Uberlândia” que noticiou o envolvimento dos uberlandenses na Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade, movimento de apoio ao golpe militar de 1960.<sup>166</sup> Se a partir da análise das constituições mineira e federal percebi que o auxílio às instituições particulares de ensino, a oferta insuficiente de escolas de nível secundário e a atribuição de verbas insuficientes para a educação tinham aparo constitucional; a Declaração dos Direitos da Criança, publicada pelo Jornal Correio traz alguns elementos que mostram que a forma de tratar a educação das crianças pobres, e sobretudo os menores abandonados, não era exclusividade do município de que trato e eram endossadas pela imprensa local. Falava-se da proteção em relação a discriminações de raça, credo e nacionalidade, mas o preconceito social era ignorado; fala-se da necessidade de prepará-la “para um desenvolvimento normal, tanto material como moral e espiritual (...) a criança inadaptada deve ser reeducada, o órfão e o abandonado devem ser recolhidos.”<sup>167</sup> Ao mesmo tempo em que o documento afirma defender a integridade familiar, fala em reeducação da criança inadaptada, preparação para o desenvolvimento material e espiritual, o que ao meu ver, representa um ataque às bases culturais do meio social de onde provém a criança.

Ao mesmo tempo em que afirma ser necessário protegê-las do preconceito ao seu credo, fala em preparação espiritual. A questão dos abandonados, no texto da

---

<sup>165</sup> CAMPANHA em benefício das crianças do Rio das Pedras. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 15 jul. 1962. p.8.

<sup>166</sup> MILHARES de Uberlandenses na Marcha pela Liberdade. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 5/6 de abr. 1964. p. 1.

<sup>167</sup> MÁRIO PINOTTI. Declaração dos direitos da criança. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 jun. 1960. p. 4.

declaração, não traz explícito o teor coercitivo desse recolhimento, mas só o fato de o Patronato de Menores em Uberlândia localizar-se fora do perímetro urbano, mostra o fato de que estes menores eram encarados como perigo para a população cordial e ordeira da cidade. De acordo com o documento, a criança deveria ser preparada para “ganhar a vida” no momento oportuno, mas durante a infância deveria ser protegida da exploração, mas o que dizer de meninos de 6 a 12 anos que chegaram a colher 600 toneladas de cana, provavelmente em um ano, para o Patronato de Menores?

Após a reprodução da Carta da União Internacional de Proteção da Infância, de onde foi extraída a declaração, o autor do artigo ressalta a importância da educação moral para as crianças. Assim, ao mesmo tempo em que o jornal “Correio de Uberlândia” publicou este documento que já continha algumas premissas válidas até hoje, juntamente com outras que consideraríamos absurdas, endossa práticas e idéias comuns na cidade que contradiziam profundamente a declaração supracitada.

Não bastassem os problemas relacionados às instalações das escolas, houve também o descaso com a Biblioteca Municipal, que provavelmente afetava o quadro da educação pública na cidade. Segundo artigo do jornal “Correio”, ela estava funcionando no prédio da Estação Rodoviária, ocupando parcialmente o segundo andar do mesmo, sem instalações sanitárias.<sup>168</sup>

Em meio aos artigos até aqui mencionados é possível perceber, em linhas gerais, como o jornal “Correio de Uberlândia” concebia a questão da educação, e que esta não diferia significativamente daquilo encontrado nos documentos da Câmara de vereadores. Mas quero destacar agora a forma como era caracterizada a atuação das professoras e o seu ofício. Em várias matérias elas foram chamadas de “abnegadas”, protagonistas de uma “carreira de sacrifício”, “classe sacrificada”,<sup>169</sup> o que representava uma desconsideração do caráter profissional de sua atuação, traduzindo-a em valores morais no sentido de dramatizar a situação do ensino. Por mais que tivessem uma Associação das Professoras Primárias do Estado de Minas Gerais, o jornal “Correio de

---

<sup>168</sup> BIBLIOTECA municipal está mal instalada. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 5 ago. 1962. p. 1.

<sup>169</sup> PROFESSORAS municipais querem e precisam de salário mínimo. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 mai. 1958. p. 1; MARIA TERESA. Escolas Municipais. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 7 jul. 1951. s. p.2; PROFA. Martha Monteiro virá a Uberlândia. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 6 set. 1962. p. 1. Este último artigo noticiava a vinda da presidente da Associação das Professoras Primárias do Estado de Minas Gerais, que se reuniria com as professoras da cidade no Colégio Nossa Senhora das Lágrimas.

Uberlândia” parecia não acreditar numa intervenção coletiva do professorado que alterasse o quadro da educação e as precariedades da carreira, de forma que deveriam limitar-se ao sacrifício cotidiano nas salas de aula.

Para reforçar a idéia de que o ensino é bem mais que mais uma profissão, em que as pessoas buscam basicamente seu sustento, mas sim uma das mais gloriosas atividades humanas, de acordo com o jornal “Correio de Uberlândia”, os professores da Faculdade de Direito de Uberlândia haviam recusado seu 13º salário. O dinheiro, cujo pagamento era supostamente determinado por lei federal, foi doado à Instituição Uberlandense de Ensino, entidade sobre a qual obtive poucas informações, mas que provavelmente era voltada para os alunos do ensino superior. Acredito que assim o era porque a doação fora feita para evitar que fossem cobradas taxas suplementares dos estudantes que freqüentavam a faculdade em questão . de acordo com o artigo. A notícia foi dada em tom de grande exemplo, talvez para que os professores primários e secundários se espelhassem nele e abrissem mão de alguns dos seus direitos.<sup>170</sup>

O anti-comunismo do Jornal “Correio de Uberlândia” não podia deixar de influenciar a forma com que este periódico concebia a questão da educação. Neste sentido, no dia 25 de dezembro de 1962 foi publicado um artigo da autoria de Ruth de Assis em que eram feitos elogios à d. Lia e a uma de suas escolas, o Colégio Brasil Central. O autor do artigo destacava o bom aproveitamento dos alunos que saíam deste colégio e cursavam vestibulares, e elogiava a prontidão com que eram aceitas os pedidos de bolsas de estudo feitas a dona Lia.

Para Ruth de Assis, as qualidades daquele “educandário” não eram divulgados, nem os bons resultados, e havia a acusação de presença de elementos comunistas no colégio. Em relação a isso ele argumenta que a presença de comunistas também era observável nos estabelecimentos públicos, inclusive no Colégio Estadual de Uberlândia; estas figuras esforçavam-se por colocar os alunos contra a pátria e por causar prejuízos ao ensino ao incentivar a realização de greves. Ele chega afirmar que “se fôsse gente do govêrno, expurgava tudo quanto é comunista da escola, principalmente oficial, para focalizar a família e o lar, e a pátria brasileira, exclusivamente nas escolas.”<sup>171</sup>

A partir do início dos anos 60 as matérias diretamente ligadas à educação pública tornaram-se menos recorrentes, e é por isso que analiso poucos artigos deste

---

<sup>170</sup> PROFESSORES da FDU recusam o 13º salário: doação. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 2 nov. 1962. p. 1. No caso dos docentes do ensino superior, sempre era usado o termo “professor”, no masculino.

<sup>171</sup> DONA Lia e suas escolas. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 dez. 1962. p. 4.

período. Mas ainda assim, existe uma continuidade das tendências que destaquei nos jornais da década de 1950. Isso é perceptível na notícia da inauguração do Grupo Escolar Clarimundo Carneiro. A matéria do jornal baseou-se no pronunciamento da professora Marlene Alves Cruz no dia da inauguração, em presença de várias autoridades, inclusive do governador Magalhães Pinto. A professora destaca que o governador estava, com a inauguração do grupo, ajudando a atenuar um problema antigo, caracterizado pela abundância de escolas primárias particulares e escassez de escolas públicas. Isso era fruto, segundo ela, do descuido dos governos pelas crianças e pela região do Triângulo Mineiro, chamada no pronunciamento de “celeiro dos cofres mineiros”.

Existe, nesse discurso, a reafirmação da idéia de que o Triângulo Mineiro recebia pouca atenção do governo estadual, mas a questão da falta de escolas é tratada num tom mais realista pois a professora afirma que apesar da importância do novo grupo, que atenderia a muitas crianças, uma multidão delas continuariam sem escola onde pudessem “aprender a amar o Brasil, respeitar seus chefes e seus pais, atender a Deus ... aprendam o dom da vida e a ciência de ser cidadão útil à coletividade.”<sup>172</sup> Persistem os objetivos associados à educação, sobretudo na questão do civismo e da moral; a bajulação dos representantes do executivo, pois a professora afirmou em seu discurso que o governador Magalhães Pinto estava superando a distância em relação a Uberlândia gerada pelos governos anteriores e a construção da escola foi chamada de “dádiva magnífica”; e a referência constante a Deus. O golpe de 1964 ainda nem havia acontecido e estes pressupostos, tão próximos do que a ditadura militar impor mais tarde, já eram tradicionais em Uberlândia há algumas décadas.

A segunda metade da década de 1960 parece ter sido marcada pela construção de mais escolas num menor período de tempo. Como sinal disso, além da inauguração do Grupo Escolar Clarimundo Carneiro acima mencionada, o jornal *Correio de Uberlândia* informou a aprovação da construção de mais dois grupos escolares, cujas obras já se encontravam em processo de aprovação orçamentária. Segundo a matéria, os prédios teriam oito salas cada um, e ofereceriam o curso primário. O processo todo é apontado como mérito do Deputado Valdir Melgaço Barbosa e do Prefeito Raul Pereira de Rezende, de forma que a cidade, portanto, passava “a dever aos dois dinâmicos líderes políticos, Raul Pereira e dep. Valdir Melgaço, novo benefício no sentido da educação da

---

<sup>172</sup> SAUDAÇÃO ao novo grupo tem sorriso de crianças. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18/19 jan. 1964. p.4.

infância”<sup>173</sup>.

O artigo em questão foi publicado em primeira página, com foto do deputado na extremidade direita da página e aponta para o fato de que a idéia de educação pública como direito de todos e dever do Estado não havia se consolidado ainda. O jornal “Correio de Uberlândia” afirmou que a cidade passaria a dever àqueles políticos, demonstrando uma noção distorcida de representação política, sobretudo de compararmos com a contemporaneidade.

A exaltação do Correio de Uberlândia às obras de caridade para crianças permaneceu forte ano após ano; mas suas matérias ajudam a compreender como funcionavam tais instituições e apontam para o fato que estas instituições eram pensadas não apenas enquanto lares de amparo, mas também como espaços em que as crianças receberiam determinada educação. Mas estas instituições foram se tornando mais diversificadas quanto à sua natureza e funcionamento sendo exemplo disso a “Organização Fé, Esperança e Caridade”, ligada aos espíritas, que oferecia diferentes formas de assistência, mas não era exatamente a moradia das crianças auxiliadas.<sup>174</sup>

O ano de 1968 foi marcado por agitações políticas consideráveis, sobretudo pela eclosão das guerrilhas armadas que resistiam ao regime militar no Brasil, e movimentos estudantis ao redor do mundo, iniciado sobretudo a partir do exemplo de maio de 1968 vivenciado na França. O jornal Correio de Uberlândia manteve sua linha política e ideológica publicando um artigo que atacava tais movimentos. O texto foi assinado por Luís Carlos de Portilho, com uma indicação de que fora escrito em Belo Horizonte, na data de 25 de junho do ano corrente, sem referência ao órgão que o publicara. Chamou-me a atenção o fato de que o texto foi todo impresso em uma letra maior que o habitual e em negrito.

O autor do texto refuta a idéia de uma mobilização consciente dos jovens, para ele, estes nem sabiam porque lutavam, tudo resumia-se a uma manipulação da inquietação da juventude da parte de líderes desonestos. Luís Carlos comemora a derrota do movimento estudantil na França e passa a relatar seu encontro com um velho professor com o qual passa a debater a questão. Na opinião do senhor de que ele fala faltavam “quatro educações, sorrateiramente eliminadas do “currículo” escolar: a

---

<sup>173</sup> VALDIR consegue mais dois grupos escolares: cidade. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 7/8 abr. 1964. p. 1. A inauguração do prédio do Grupo Escolar Padre Mário Forestan, na vila Presidente Roosevelt, foi anunciada para o dia 24 de maio de 1964, e eram esperadas as presenças do prefeito Raul Pereira e do bispo D. Almir Marques Ferreira. GRUPO inaugura prédio amanhã. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 23 mai. 1964. p. 1.

<sup>174</sup> FÉ e Esperança dará amparo à infância. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 2/3 jul. 1968. p. 1.

religiosa, a ginástica, a moral e cívica e a pré-militar. “Além de umas amáveis chineladas do papai ou da mamãe, no tempo próprio”.<sup>175</sup>

O jornal *Correio* também endossava parcerias entre iniciativa privada e prefeitura no que se referia à educação. A construção da Escola Lions 2, surgida de convênio entre prefeitura e Lions Clube foi noticiada em primeira página em tom de comemoração. Não faltaram elogios a membros do Lions, à qualidade das instalações e sua conformidade com as exigências do Ministério da Educação. Não existem informações sobre os termos em que foi firmado o convênio.<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup> LUÍS CARLOS DE PORTILHO. Assim pensamos: as quatro educações. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 1º ago. 1968. p.3.

<sup>176</sup> LIONS Clube – Prefeitura de Uberlândia constroem nova escola em convênio. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18/19 ago. 1968. p. 1.

## Considerações finais

No início do texto, me preocupei em fazer uma contextualização histórica, cruzando elementos políticos, econômicos, sociais e culturais; bem como questões de nível municipal, estadual e nacional. Essa preocupação decorre da concepção de sociedade dos historiadores da História Social, que percebem que o cotidiano não está compartimentado em economia, religião, cultura, política, etc. Todas estas dimensões dialogam entre si, exercem influência mútua e constante, e a questão da educação não poderia ser diferente, como qualquer outra atividade humana, ela tem ligações com o modo de produção vigente.

A partir dos pontos levantados, pode-se dizer que o Brasil vivenciava um momento de expansão industrial, de reflexos da experiência ditatorial sob Vargas, crescente urbanização, e ainda repercutiam os debates do pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo a bipolarização entre capitalismo e socialismo. Por mais que várias correntes socialistas e comunistas tenham sido relevantes no Brasil, a posição do Estado foi predominantemente marcada por uma adesão aos princípios capitalistas, e isso marcou a condução dos serviços públicos.

Uma das heranças mais significativas deixadas pelo Estado Novo talvez tenha sido a supervalorização das questões morais e do civismo, e o culto dos líderes, sobretudo do executivo, características que deixaram sua marca na educação. Estes valores foram reproduzidos e destacados em boa parte da documentação consultada, apontando-os inclusive como objetivos centrais na educação. O processo de industrialização em Uberlândia iria fornecer um novo elemento, a idéia de educação como preparação para o mercado de trabalho, que juntou-se a elementos mais tradicionais sem grandes contradições.

No caso de Minas Gerais, e de regiões como o Triângulo Mineiro, a industrialização era fenômeno bem mais recente por volta de 1950 do que no caso de estados como Rio de Janeiro e São Paulo, com uma economia mais fortemente marcada pela indústria e mesmo com um operariado muito mais numeroso, com a experiência de trabalhar na indústria mais consolidada. Nas Minas Gerais, o setor agropecuário ainda predominava sobre o industrial, e mesmo a indústria tinha uma ligação significativa com o beneficiamento de produtos agrícolas e pecuários.

Em Uberlândia, de acordo com a bibliografia analisada, os empresários ligados à indústria buscaram fazer parecerias com os setores mais tradicionais, como os grandes proprietários rurais, os comerciantes e os prestadores de determinados serviços, médicos, advogados e banqueiros, por exemplo.

Pode-se dizer que os grupos dominantes em Uberlândia eram os grandes proprietários rurais, os comerciantes, os industriais, os banqueiros, os prestadores de serviços para estes grupos, e os chamados “profissionais liberais”. Estes grupos foram os principais responsáveis por definir objetivos, ideais, concepções e medidas relativos aos serviços públicos, inclusive à educação, pois tinham maior oportunidade de ocupar cargos eletivos ou de confiança na administração municipal, e também de intervir na opinião pública por meio dos veículos de comunicação, entre eles a imprensa. Diversos textos e documentos destacaram a figura de Jerônimo Arantes, que ocupara cargos de confiança, foi proprietário de uma escola privada na cidade e era diretor da revista “Uberlândia Ilustrada”.

Chamei a atenção para a forte presença do ideário anti-comunista em Uberlândia, e por mais que as fontes não estabeleçam uma ligação direta entre esta tendência e as políticas educacionais, acredito que tenha sido significativo para uma manutenção do modelo educacional vigente. Percebo a concepção de educação da época como fortemente influenciado pelas premissas do capitalismo, voltado para a preservação dos interesses dos grupos que destaquei como dominantes, e modesto quanto às obrigações que eram atribuídas ao estado.

Tanto nos jornais quanto nos processos da Câmara, tanto os setores público quanto privado, eram considerados como co-responsáveis pela educação, mas não necessariamente num sentido de obrigação para com a mesma. Muitas das vezes, as medidas tomadas pelos dois lados eram revestidas de teor de doação, fruto da generosidade e presteza fosse dos governantes, fosse dos cidadãos ilustres, considerados os verdadeiros sujeitos na condução da educação, sem espaço para reconhecimento dos trabalhadores da educação e das comunidades atendidas pelas escolas como co-autores dos valores que permeavam o sistema educacional. Da mesma forma, a escola particular era tão digna do auxílio da Prefeitura quanto as públicas, afinal, acreditava-se que todas contribuíssem igualmente para a educação.

Em decorrência disso, cada camada social era associada a um tipo de instituição educativa e a determinado nível de escolaridade. Os mais “afortunados” estudariam nas escolas particulares, nas confessionais – em determinados cursos,

pois estas instituições tinham cursos específicos para crianças carentes e abandonadas, ou na única escola pública da cidade que oferecia ensino secundário, de forma que pressupunha-se a continuidade de sua formação, sendo eles os poucos para quem cogitava-se o ensino superior. A formação dos filhos da elite visava ao mercado de trabalho, mas também pressupunha a aquisição da cultura erudita, pois eles não iriam ocupar os mesmos postos de trabalho das crianças pobres.

Os filhos dos trabalhadores tinham à sua disposição as escolas públicas primárias, sempre caracterizadas nas fontes analisadas como espaços onde estudavam pobres, em meio à precariedade das instalações e que se tinham algum resultado, era devido ao sacrifício das professoras. É claro que aqueles que apesar da miséria conseguissem destacar-se, tinham a chance de conseguir bolsas de estudo nas escolas privadas ligadas ou não a ordens religiosas, só não era tão claro como se manteriam lá, pois as bolsas cobriam apenas as mensalidades, não auxiliavam em questões como vestuário, material didático e alimentação. Eram amparados pelos caixas escolares das escolas, que eram mantidos pela Prefeitura e pelos cidadãos dispostos a contribuir com os mesmos, mas isso não constituía política pública efetiva, os processos da câmara concebem o auxílio como caridade, favor prestado, e não obrigação do estado.

Às crianças sem pai nem mãe, moradoras das ruas, restavam as instituições que davam-lhes abrigo, ou prestavam outros serviços, como no caso das escolas religiosas que formavam turmas gratuitas e ensinavam-lhes certos ofícios, ou as entidades ligadas ao espiritismo, que alimentavam e educavam. Os patronatos e as turmas gratuitas nas escolas religiosas tinham em comum a concepção de que crianças de rua não deveriam ocupar as mesmas classes das crianças com família e residência fixa, além do fato de que apropriavam-se do trabalho destas crianças, alegando que tratava-se de uma forma de manter as instituições abertas.

De tudo isso, o mais significativo, o que mais contrasta com nossas experiências contemporâneas é o fato de que a diferença entre a educação pública e a privada não era tão clara quando se tratava de definir qual era o posicionamento do Estado em relação a elas. Fica a impressão de que a ajuda a qualquer tipo de instituição de ensino era bem vinda, contribuía para a “instrução”, mas que, em consequência disso, a iniciativa privada também tinha de contribuir. E como já afirmei outras vezes, muitos das questões relativas à atuação do Estado no campo da educação não eram consideradas obrigações do mesmo, em um artigo do jornal

apontado no presente trabalho chamou a inauguração de uma escola pública de “dádiva”.

As duas bases documentais desta pesquisa foram os processos da “Câmara Municipal de Uberlândia” e reportagens do jornal “Correio de Uberlândia”, além do uso menos abrangente de publicações de outros periódicos. São fontes muito diferentes entre si, e procurei deixar claro que tinha consciência das especificidades de cada uma. Mas estas fontes entrecruzaram-se na medida em que encontrei nelas concepções em comum no que se referia à educação, na medida também em que havia um diálogo próximo entre os políticos e os responsáveis pelas publicações de jornais e revistas, como no caso de Jerônimo Arantes, e da presença de documentos da câmara nos jornais.

Os processos do legislativo, por exemplo, tinham o caráter de documentos do funcionamento interno da Câmara, tinham uma circulação limitada, a produção de exemplares era limitada, no máximo havia uma cópia e o respectivo original nas pastas, e além disso não eram vendidos, como no caso dos jornais e revistas. O vocabulário é muito diferente também, costumava ser moderado, mesmo quando se tratava de um parecer contrário a algum projeto de lei, ou da reprovação das contas do prefeito.

Os jornais e revistas, por outro lado, tinham o caráter de mercadoria como uma de suas características, eram produzidos vários exemplares, podiam ter artigos com linguajar moderado e sofisticado, ou com palavras que expressavam ataques severos a determinado político ou instituição, como no caso daqueles assinados por Maria Teresa. O tom consensual que os textos da Câmara pareciam buscar sustentar diferia bastante das publicações da imprensa, com a veiculação de textos com posicionamentos diferentes, já que alguns eram mais radicais nas críticas ao Estado e outros eram amenos, mas no geral, as idéias mais essenciais eram mantidas.

Contudo, por mais que a idéia de educação básica, hoje compreendendo os ensinos fundamental e médio, esteja mais enraizada que na época analisada neste trabalho, muitas daquelas práticas deixaram suas marcas. O Estado ainda busca reduzir suas obrigações em relação a vários serviços de interesse público apelando para a iniciativa privada, e fornecendo-lhe várias formas de contribuição, como programas de bolsas e subvenções. Outra questão grave é que a educação pública não é oferecida com mesmas condições em todas as regiões, estados, cidades ou bairros. Como naquela época, em que a realidade do Colégio Estadual de Uberlândia

contrastava com o restante das escolas públicas da cidade, existem diferenças drásticas entre as escolas públicas atuais quanto aos recursos humanos e materiais disponíveis. O mais alarmante, é que este quadro de desigualdades de uma escola para outra, entre as redes estaduais e municipais, de cidade para cidade, ou entre diferentes regiões do país, muitas das vezes é endossado e mantido por medidas tomadas pelos mais diferentes órgãos administrativos.

Assim, se a comparação entre o contexto com que tive contato ao longo da pesquisa e os dias atuais mostra por um lado um avanço na diferenciação entre ensino público e privado e melhor definição das obrigações do Estado em relação ao primeiro deles, evidencia-se que muitos dos problemas enfrentados hoje remontam a esse período e precisam ser enfrentados urgentemente.

## Fontes

### Revista “Uberlândia Ilustrada”

UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 3. Uberlândia, maio/1939.

UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 6. Uberlândia, julho/1940.

UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 7/8. Uberlândia, agosto e setembro/1940.

UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 10. Uberlândia jul./1941

UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 9. Uberlândia, abril/1941.

UBERLÂNDIA ILUSTRADA. n. 15. Uberlândia, jan./1952

UBERLANDIA ILUSTRADA. n. 18. Uberlândia, fevereiro de 1954

UBERLÂNDIA Ilustrada. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 abr. 1955. Sem página.

### Jornal “Correio de Uberlândia”

BRASÍLIA: Nova capital inaugurada por Juscelino Kubitschek de Oliveira. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 23 abr. 1960. p. 1.

A EDUCAÇÃO física no Brasil. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 fev. 1938. n.2

INSTRUÇÃO Municipal. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 15 dez. de 1951.

AZÁFAMA escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 9 dez. de 1951.

ESTATÍSTICA Escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 dez. 1951. p. 3.

COLAÇÃO de grau. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 dez. 1951. p. 4.

MARIA TERESA. Escolas Municipais. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 7 jul. 1951. s. p.

OS VENCIMENTOS do professorado mineiro. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 27 out. 1951.

JOÃO EDISON DE MELLO .Cidade dos meninos. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 16 set. 1951. p.1

O COLÉGIO estadual e o 21 de Abril. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 abr. 1955.

OS ESCOLARES nas paradas. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 6 out. 1951. p. 1.

PREFEITURA Municipal. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 9 dez. 1951. p. 2.

INSTRUÇÃO Municipal. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 15 dez. 1951.p. 4.

MARIA TERESA. Gravíssimas falhas em matéria de educação dentro da cidade: responsabilidade do Estado e do município. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 10 mar. 1952. p. 2.

VIDA, Escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 mar. 1952. p. 3.

MARIA TERESA. Escolas para o Brasil, na Loja Maçônica “Seis de Junho”. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18 jun. 1952.

CAMARA Municipal de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 13 jan. 1955, p. 2.

INSTRUÇÃO Municipal. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 abr. 1955. p. 1

DEVEMOS formar futuros cidadãos para as grandes Nações: Palestra da Senhora Este Aliventi, no Rotary Club de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 4 mai. 1955. pp. 2 e 4.

INSTRUÇÃO Municipal. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia. 25 abr. de 1955.

418.808. crianças sem matrícula nas escolas de Minas Gerais. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 9 mar. 1958.

BANDEIRANTE do ensino completa mais um ano de vida. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 15 mar. 1958.

MOACIR LOPES DE CARVALHO. Uma visita ao Patronato de Menores. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 mar. 1958. p. 4.

A AMBIÇÃO pelos cargos públicos prejudica os interesses da cidade. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 12 abr. 1958. A AMBIÇÃO pelos cargos públicos prejudica os interesses da cidade. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 12 abr. 1958.

HOMENAGENS no Grupo Escolar cel. Carneiro. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 29 abr. 1958.

PROFESSORAS municipais querem e precisam de salário mínimo. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 mai. 1958. p. 1.

AS PROFESSORAS primárias protestam contra a “Previdência Estadual”. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 22 mai. 1958.

IRAN MAIA JÚNIOR. Coluna escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 11 mai. 1958.

MARIA TERESA. Destino dos livros escolares. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 29 mai. 1958. p. 4.

422 Milhões arrecadou o Estado em Uberlândia 1960. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 24 jan. 1960. p. 1.

CRIADO e regulamentado o comissariado de menores. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 31 jan. 1960. p. 4.

MÁRIO PINOTTI. Declaração dos direitos da criança. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 jun. 1960. p. 4.

JUIZ de menores vai moralizar abandonados. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 4 fev. 1960. p. 1

DIÁRIO oficial deu decreto da nossa Faculdade de Direito. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 6 fev. 1960. p. 1.

AS IRMÃS salesianas de Uberlândia. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 19 mai. 1960. p. 2

FACULDADE de filosofia ciências e letras de Uberlândia, concurso de habilitação. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 8 fev. 1960. p. 4.

CÂMARA aprovou emenda de Rondon : Nova Escola. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 20 fev. 1960.

CASA da criança agradece: prefeito. *Correio de Uberlândia* . Uberlândia, 21 jun. 1960. p. 2.

<sup>1</sup> J. PIRES. Crianças tiveram dia mais alegre. *Correio de Uberlândia* . Uberlândia, 15 jul. 1962. p. 4.

p. 1.

CAMPANHA em benefício das crianças do Rio das Pedras. *Correio de Uberlândia* . Uberlândia, 15 jul. 1962. p.8.

PROFESSORES da FDU recusam o 13º salário: doação. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 2 nov. 1962. p. 1. No caso dos docentes do ensino superior, sempre era usado o termo “professor”, no masculino.

DONA Lia e suas escolas. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 25 dez. 1962. p. 4.

BIBLIOTECA municipal está mal instalada. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 5 ago. 1962. p. 1.

ÍNTEGRA do projeto da Escola de Engenharia. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 17 ago. 1962. p. 1.

SALOMÃO Filipe Milken. Coluna Escolar. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 4 jan. 1964 p. 1.

MILHARES de Uberlandenses na Marcha pela Liberdade. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 5/6 de abr. 1964. p. 1.

SAUDAÇÃO ao novo grupo tem sorriso de crianças. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18/19 jan. 1964. p.4.

VALDIR consegue mais dois grupos escolares: cidade. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 7/8 abr. 1964. p. 1.

GRUPO inaugura prédio amanhã. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 23 mai. 1964. p. 1.

FÉ e Esperança dará amparo à infância. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 2/3 jul. 1968. p. 1.

LUÍS CARLOS DE PORTILHO. Assim pensamos: as quatro educações. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 1º ago. 1968. p.3.

LIONS Clube – Prefeitura de Uberlândia constroem nova escola em convênio. *Correio de Uberlândia*. Uberlândia, 18/19 ago. 1968. p. 1.

### **Jornal “A Tribuna”**

CAIXAS escolares. *A Tribuna*, Uberlândia, 20 abr. 1934. n. 786

O ENSINO primário no Brasil. *A tribuna*. Uberlândia, 18 ago. 1941. n. 1464. p. 3

VILLA operária está desprezada. *A tribuna*, Uberlândia, 28 fev. de 1934. n. 771.

COLOCAÇÃO do quadro do Dr. Duarte Pimentel de Ulhôa. *A Tribuna*. Uberlândia, 24 out. de 1934.

### **Processos da Câmara Municipal de Uberlândia**

CAMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 233, projeto n. 112. Proposta orçamentária para o exercício de 1950. Quadro comparativo da despesa realizada no exercício de 1948 com as dotações da proposta para 1950. Uberlândia, 17 de outubro de 1949.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 609. Projeto 500. Prestação de contas do exercício 1952. Autor: Prefeito Municipal.

CAMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 839, projeto n.653. "Prefeito concede auxílio a Caixas escolares." 30 de novembro de 1954

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 829, projeto 643. Proposta Orçamentária para o ano de 1955, comparativo da proposta com os gastos de 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 769. Projeto n. 621. Emenda substitutiva. 3 de novembro de 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 755. Projeto n. 589. Concede subvenção à Associação Profissional dos Professores de Uberlândia. 05 de julho de 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 769. Projeto n. 621. Parecer da Comissão de Educação e Saúde. Sala das comissões, 26 de Agosto de 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo nº. 919, projeto. nº 724. Exposição Justificativa. 28 de setembro de 1955.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo nº. 1103, projeto 869, 01/06/1957

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Parecer da Comissão de Educação e Saúde. Processo n. 1238. Projeto n. 992. 21 de outubro de 1958.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Exposições Justificativas. CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo nº. 1911. Projeto. nº1616. Parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas. Sala de Sessões 26 de Novembro de 1963.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Projeto n. 1877. 22 de Dezembro de 1963.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1852. projeto n.1556. Parecer Comissão de Finanças, Legislação e Justiça. Sala das Comissões, 6 de Novembro de 1963.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1950. Projeto n. 1653. Relação de presença para pagamento de ajuda de custo a vereadores pela primeira reunião ordinária de 1963. Uberlândia, 20 de fevereiro de 1963.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1983. Projeto n. 1684. Parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas. Sala das Comissões, 13 de maio de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1988, projeto n. 1689. Declara de utilidade pública o Colégio Anchieta. Uberlândia, 26 de maio de 1964

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1950. Projeto n. 1653. Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Uberlândia, 28 de fevereiro de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1985. Projeto n. 1686. Justificativa. Sala das Sessões, 12 de maio de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1990. Projeto n. 1671. Uberlândia, 12 de junho de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 1933. Projeto n.1674. Sala das Sessões, 25 de maio de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2004. Projeto n. 1685. Justificativa. Prefeitura Municipal de Uberlândia, 3 de junho de 1964. Raul Pereira de Rezende, Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2004. Projeto n. 1686. Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Sala das Comissões, 5 de Junho de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2029. Projeto n.1707. Emenda. Sala das Comissões, 21 de agosto de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2175. Projeto n. 1846. Justificativa. Sala das Sessões, 30 de março de 1965.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2126. Projeto n. 1833. Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Sala das Comissões, 13 de maio de 1965.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2182. Projeto n. 1852. Parecer da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação. Sala das Comissões, 13 de maio de 1965.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2174. Projeto n. 1845. Justificativa. Sala das Sessões, em 22 de março de 1965.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2331, projeto n. 1991. 29 de novembro de 1966.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2364. Projeto n. 2019. Proposição de lei n. 20/69. 12 de março de 1967.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n.2604. Projeto n. 2222. Proposição de lei n. 1168. 05 de março de 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2678. Projeto n. 2278. Exposição Justificativa. 7 de agosto de 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2743, projeto n. 2326. 22 de novembro de 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2734, projeto 2320. Estabelece o quadro do funcionalismo público. 13 de novembro de 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2723, projeto n. 2314. Uberlândia 17 de outubro 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2720, projeto 2311. Aprova convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais. Uberlândia, 18 de fevereiro de 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2654. Projeto n. 2260. Altera a Lei nº 1178 de 06 de Março de 1964 – Concede – isenção de impostos às indústrias que se instalarem na Cidade Industrial de Uberlândia, Minas e outorga incentivos fiscais. Câmara Municipal de Uberlândia, 13 de Agosto de 1968.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2946. Projeto n. 2507. Proposta orçamentária para o ano de 1971. Uberlândia, 28 de novembro de 1970.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Processo n. 2949, projeto n.2510. Estabelece o quadro geral de funcionários municipais e fixa-lhes os respectivos vencimentos e contem outras providencias. 29 de novembro de 1970.

### **Outros Jornais**

O DESENVOLVIMENTO da cidade. *O Estado de Goyaz*. Uberlândia, 1º set. 1938.

### **Outras fontes**

BRASIL. Constituição (1946). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. São Paulo: Edições e Publicações Editora Brasil, [19--].

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da décima primeira sessão da terceira reunião ordinária em 1949. 27 de agosto de 1949.

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. Ata da sétima sessão da terceira reunião ordinária em 1949. 10 de agosto de 1949.

MINAS GERAIS. Constituição (1947). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1947.

MINAS GERAIS. Constituição (1967). Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Serviço de Documentação e Divulgação, 1979

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1982.

## Bibliografia

ARAÚJO, José Carlos Souza & TEODORO, Júlio César Orias. Instituto Teresa Valsé Pantellini: Compromisso com a formação da mulher ( 1959- 1971). *Cadernos de História da Educação*. v. 8, n. 2. Edufu: Uberlândia. Jul. / dez. 2009. pp. 341-363.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In. : ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes. (Orgs.). *Outras histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 267

CADERNOS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, n. 1 a 5, Uberlândia, Edufu, 2002/2006.

CARVALHO, Carlos Henrique de; CARVALHO, Luciana Beatriz de. As singularidades do Grupo escolar Bueno Brandão no processo de construção da modernidade (Uberabinha- MG, 1915-1929) In. : *Cadernos de História da Educação*. Uberlândia, Edufu. N. 2. Jan./dez. 2003. p. 135.

CRUZ, Heloísa de Faria. No avesso das comemorações: memória, historiografia e o bicentenário da imprensa. *História & Perspectivas*. Uberlândia, n. 39. Jul. dez. 2008. pp.11-36.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*, PUC- SP, n.10, Dez./1993.p. 73- 90.

\_\_\_\_\_. Trabalho, Cultura e História Social: Perspectivas de Investigação. *Projeto História*. PUC-SP. n. 4. Jun. /1985. p.25.

GALLAGHER, Catherine. Ficção. In.: Moretti, F. (org.) *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naif, 2009.

GATTI, Giseli Cristina do Vale; GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. A escola na cidade: a criação das instituições escolares em Uberlândia, Minas Gerais, na primeira metade do século XX. In.: *Cadernos de História da Educação*. N. 5. jan./dez. 2006.

GATTI, Giseli Cristina do Vale. *História e representações sociais da Escola Estadual de Uberlândia (1929-1950)*. Uberlândia, 2001. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Mestrado em Educação.

<sup>1</sup>GRAMISCI, Antônio. A formação dos intelectuais. In. : \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

HOBSBAWM, Eric. A história de baixo pra cima. In: \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 216- 231

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História* (história e oralidade). n. 22, São Paulo, Educ, 1998. Jun./2001, p. 79-103

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de si, história dos outros*: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Campinas: São Paulo, 2004. (tese de doutorado)

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *História e memória*: um diálogo com as representações do prof. Jerônimo Arantes. Disponível em: <<<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/cms1403.htm>>>. Acesso em 05/06/2010.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. *A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês*: assistência social institucionalizada. (Uberlândia, 1965 a 1980)- Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1990

OLIVEIRA, Selmane Felipe de. *Minas Gerais na ditadura militar*: Lideranças e Práticas Políticas (1971- 1983). Uberlândia : Rápida Editora, 2001.

RAMOS, Lucélia Carlos & INÁCIO FILHO, Geraldo. A atuação da Igreja Católica na educação uberlandense: o Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. *Cadernos de História da Educação*. v. 1, n. 1. Edufu: Uberlândia. Jan. / dez. 2002.

REZENDE, Marilza Abrahão Pires. *A educação mineira dos anos 60 / 70*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 1993.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, v.9, n.19, São Paulo, Anpuh/ Marco Zero, Set./ 1989/ Fev./ 1990, p.219-243

SANTOS, Regma Maria dos. Práticas culturais: as tipografias, os jornais e as livrarias de Uberlândia (1987- 1950). *História & Perspectivas*.Uberlândia, n. 40. Jan. Jun. 2009. p. 207-226.

SILVA, Marcos A. da. A história e seus limites. *História & Perspectivas*. n.6 Uberlândia, Edufu, Jan./ Jun.1992. p.59- 65

SOARES, Beatriz R. Habitação e produção do espaço em Uberlândia. Dissertação de Mestrado. São Paulo. USP, 1988.

THOMPSON, Eduard Palmer. Intervalo: A lógica histórica. In: \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria* ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1981. p. 47- 62

\_\_\_\_\_. A história vista de baixo. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 185- 201

\_\_\_\_\_. Folclore, Antropologia e história social. In: \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 227-267

ZOTTI, Solange Aparecida. Sociedade, Educação e Currículo no Contexto da Ditadura Militar. In: \_\_\_\_\_. *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004. p. 137-211.